



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Informação Estatística e  
Indicadores

# 2022



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E INDICADORES

MAIO 2023



## ÍNDICE

I – Sessões de decisões do Tribunal	5
II – Recomendações	6
III – Controlo prévio	8
IV – Controlo concomitante	14
V – Controlo sucessivo	15
VI – Outras ações de controlo	24
VII – Efetivação de responsabilidades	25
VIII – O Ministério Público junto do Tribunal de Contas	29
IX – Participações do Centro de Arbitragem Administrativa – CAAD	31
X – Entidades controladas	32
XI – Elementos complementares da Conta Consolidada	67



**RELAÇÃO DE SIGLAS**

ALRA	Assembleia Legislativa da Região Autónoma
APP	Ação preparatória do parecer
ARF	Apuramento de responsabilidades financeiras
CALRA	Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma
CGE	Conta geral do Estado
CRA	Conta da Região Autónoma
CRP	Constituição da República Portuguesa
EM	Empresa municipal
LOPTC	Lei de organização e processo do Tribunal de Contas
MP	Ministério Público
OAC	Outra ação de controlo
OE	Orçamento do Estado
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira
RAM	Região Autónoma da Madeira
SEE	Setor empresarial do Estado
SEL	Setor empresarial local
SS	Segurança Social
SRA	Secção Regional dos Açores
SRM	Secção Regional da Madeira
TC	Tribunal de Contas
VEC	Verificação externa de contas
VIC	Verificação interna de contas

O presente volume, de informação estatística e indicadores, apresenta os dados agregados da Sede, Secção Regional do Açores e Secção Regional da Madeira.

## I – SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas, na Sede, em Plenário Geral, Plenário de Secção, Subsecção (três juízes), em sessão diária de visto e por Juiz singular. Nas Secções Regionais, em coletivo especial, sessão ordinária, sessão diária de visto e audiência de julgamento.

### Número de sessões e decisões do Tribunal

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acórdãos	Resoluções	Relatórios de Auditoria, VEC, ARF VIC, AEO e OAC	Pareceres
Plenário Geral do Tribunal	6				7	1	3
1.ª Secção - plenário e subsecção	27			22	2	3	
1.ª Secção - sessões diárias de visto		1269					
1.ª Secção - juiz singular		38	11				
2.ª Secção - plenário e subsecção	34			1	7	76	
2.ª Secção - juiz singular							
3.ª Secção - plenário	6			8			
3.ª Secção - juiz singular	20	6	17				
Secção Regional dos Açores							
Sessões diárias de visto	36	88					
Sessões ordinárias e extraordinárias	5	1				7	
Audiências de julgamento							
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa			1				
Secção Regional da Madeira							
Sessões diárias de visto	27	113					
Sessões ordinárias e extraordinárias	12	5				13	
Audiências de julgamento							
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa			1				

AEO - Acompanhamento da execução orçamental  
OAC - Outras ações de controlo  
ARF - Apuramento de responsabilidades financeiras  
VEC - Verificação externa de contas  
VIC - Verificação interna de contas

## II – RECOMENDAÇÕES

### NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES FORMULADAS

A Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas – LOPTC) prevê o poder do Tribunal de Contas (TC) formular recomendações no âmbito da sua atividade, constituindo as mesmas instrumentos essenciais da sua atuação.

#### Número de recomendações formuladas

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
<b>Controlo prévio e concomitante</b>				
Fiscalização prévia	1 013		1	1 014
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	1		3	4
Auditorias de controlo concomitante	1		3	4
<b>Controlo sucessivo</b>				
Pareceres (CGE, CRA)	49	3	7	59
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	2 429	10	26	2465
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	9	3	8	20
Verificação interna de contas	95	21	3	119
Outras ações de controlo *	78			78
<b>Total</b>	<b>3 675</b>	<b>37</b>	<b>51</b>	<b>3 763</b>

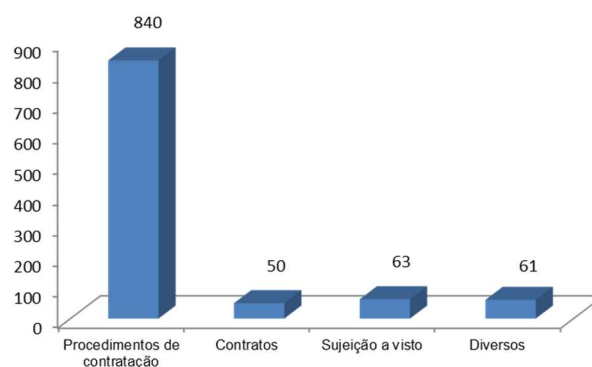
Nota: Em recomendação dirigida a mais de uma entidade, são consideradas tantas recomendações quantas as entidades

\* Não foram consideradas todas as entidades a quem foram formuladas as recomendações dada a sua abrangência

Considerando a sistematização das recomendações pela matéria em que incidiram:

#### Número de recomendações formuladas por tipo (fiscalização prévia)

Matéria da recomendação	Sede	SRA	SRM	Total
1 Procedimentos de contratação	839		1	840
2 Contratos	50			50
3 Sujeição a visto	63			63
4 Diversos	61			61
<b>Total</b>	<b>1 013</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1 014</b>

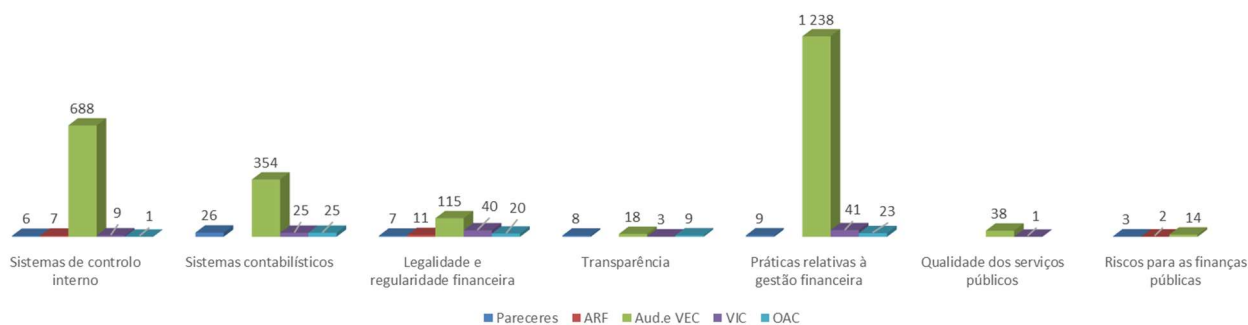


## Número de recomendações formuladas por tipo (fiscalização sucessiva)

Tipo de recomendação	Pareceres				Auditorias e VEC										ARF				VIC				OAC**				Total geral					
	PCGE	PCRAA	PCRAM	Total	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	SRA	SRM	Total	AR VI	AR IX	SRA	SRM	Total	AR III	AR IX*	SRA	SRM	Total	PG		1.ª S 2.ª S	AR III e IV	AR IX	Total	
1 Sistemas de controlo interno	5	1	1	6	1	2	49	19	1	6	6	600	2	2	688	2	5			7	1	8			9					1	1	711
2 Sistemas contabilísticos	24	1	1	26	4	4	53	9		5	278		1	354					0	7	12	3	3	25			25		25	430		
3 Legalidade e regularidade financeira	2	1	4	7			77	4	1	4	5	10	5	9	115			3	8	11	7	16	17	40	2	12	6	6	20	193		
4 Transparência	6	1	1	8			3	10	2	2				1	18					0	2	1		3	2	4		3	9	38		
5 Práticas relativas à gestão financeira	9			9		5	52	5	6	22	18	1 119	3	8	1 238					0	2	39		41	2	9	12	23	1311			
6 Qualidade dos serviços públicos				0			11				6	21			38					0		1		1				0	39			
7 Riscos para as finanças públicas	3			3			2	6		1				5	14					2				0				0	19			
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>59</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>236</b>	<b>64</b>	<b>10</b>	<b>32</b>	<b>43</b>	<b>2 028</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>2 465</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>78</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>119</b>	<b>6</b>	<b>25</b>	<b>43</b>	<b>4</b>	<b>78</b>	<b>2 741</b>	

\* Inclui 6 recomendações relacionadas com a legalidade e regularidade financeira e 8 com práticas relativas à gestão financeira de uma VIC refletida no Relatório n.º 14/2022-ARF

\*\* Não foram consideradas as entidades destinatárias das recomendações dada a sua abrangência



### III – CONTROLO PRÉVIO

#### NÚMERO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Nos termos da LOPTC, compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de visto aos atos, contratos e outros instrumentos geradores de encargos.

#### Movimento processual no ano

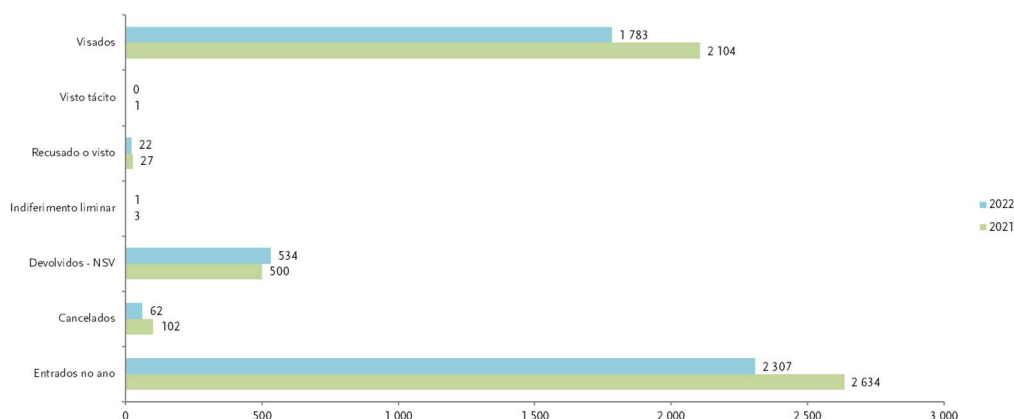
Processos de visto/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	388	25	14	427
Entrados no ano	2 143	45	119	2 307
<b>Total para análise no ano</b>	<b>2 531</b>	<b>70</b>	<b>133</b>	<b>2 734</b>
Cancelados *	60	2		62
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	514	14	6	534
Indiferimento liminar	1			1
Recusado o visto	15	1	6	22
Visados **	1 640	35	108	1 783
Visto tácito ***				0
<b>Total concluído no ano</b>	<b>2 230</b>	<b>52</b>	<b>120</b>	<b>2 402</b>
Transitados para o ano seguinte	301	18	13	332

\* Inclui processos cancelados na sequência da extinção da instância por deserção, além de desistências do pedido e outros cancelamentos

\*\* Inclui processos com declaração de conformidade homologada

\*\*\* Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia cuja decisão não tenha ocorrido no prazo de 30 dias após a data de registo de entrada no TC (exclui sábados, domingos e feriados).

#### Movimento processual – comparação com 2021



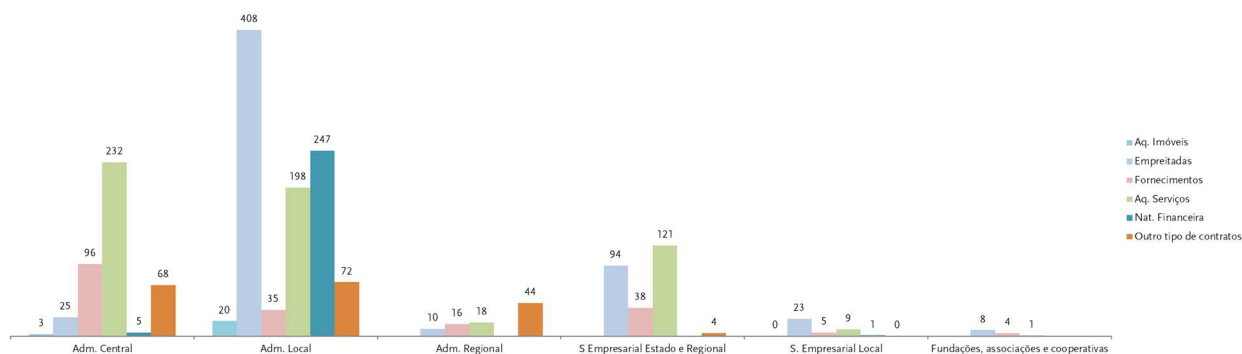
Em 2022, foram efetuadas 2.578 devoluções de processos para complemento de instrução ou esclarecimento de dúvidas (2.411 na Sede, 77 na SRA e 90 na SRM).

Por outro lado, foram efetuadas 2.571 reaberturas deste tipo de processos (2.459 na Sede, 17 na SRA e 95 na SRM).

## Origem dos processos objeto de controlo prévio

Origem	Espécie processual						Total	
	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aquisição de Serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos *	N.º	Peso
Administração Central	3	25	96	232	5	68	429	23,8%
Administração Local	20	408	35	198	247	72	980	54,3%
Administração Regional		10	16	18		44	88	4,9%
Setor Empresarial do Estado e Regional		94	38	121		4	257	14,2%
Setor Empresarial Local		23	5	9	1		38	2,1%
Fundações, associações e cooperativas		8	4	1			13	0,7%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>568</b>	<b>194</b>	<b>579</b>	<b>253</b>	<b>188</b>	<b>1 805</b>	<b>100,0%</b>

\* Inclui, designadamente, os processos relativos a contratos de concessão, incluindo parcerias público-privadas, contratos-programa, contratos de gestão, aquisição de participações sociais e projetos de constituição de empresas locais e de empresas intermunicipais, aditamentos a contratos e adendas, termo adicional a contrato, protocolos, acordo para a modificação de contrato visado, contrato de promessa de compra e venda, aditamentos a contratos de concessão de serviço público, contratos simples, de associação e de cooperação e adendas aos mesmos, adesão a associação, cessão de posição contratual, cessão de exploração de unidade fabril com opção de compra das participações sociais



Os processos objeto de controlo tiveram origem maioritariamente em entidades da Administração Local, da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado e Regional, com 54,3%, 24,8% e 14,2% respetivamente.

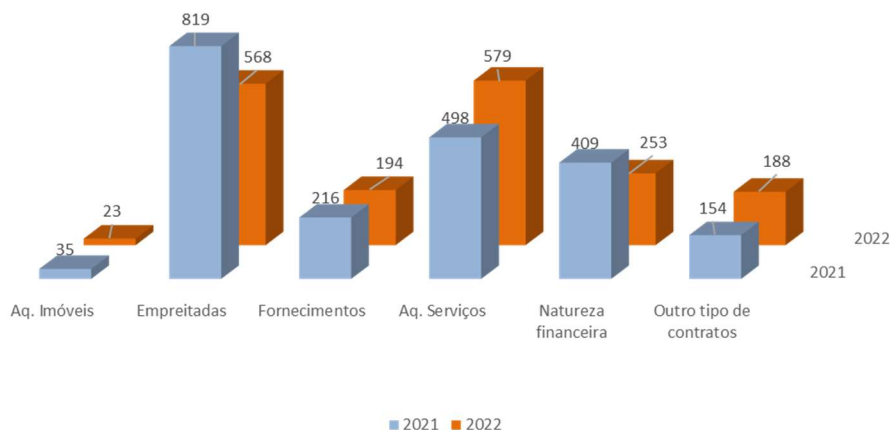
No que respeita à espécie processual, verifica-se que os contratos de aquisições de serviços e de empreitada constituem a maioria dos processos objeto de controlo, com 32,1% e 31,5%, respetivamente.

## Processos por tipo de decisão e espécie processual

Tipo de decisão	Espécie processual						Total
	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aquisição de Serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos	
Recusados		4	1	13	3	1	22
Visados	23	456	174	511	250	114	1 528
sem recomendações - em sessão diária de visto	22	129	95	263	234	97	840
com recomendações - em sessão diária de visto	1	327	79	248	16	17	688
Com homologação de conformidade		108	19	55		73	255
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>568</b>	<b>194</b>	<b>579</b>	<b>253</b>	<b>188</b>	<b>1 805</b>
<i>Peso (%)</i>	<i>1,3%</i>	<i>31,5%</i>	<i>10,7%</i>	<i>32,1%</i>	<i>14,0%</i>	<i>10,4%</i>	<i>100,0%</i>

No gráfico seguinte, pode observar-se a distribuição de processos por tipologia e sua comparação com o ano transato, verificando-se que em ambos os anos predominam os processos relativos a empreitadas seguidos das aquisições de bens e serviços.

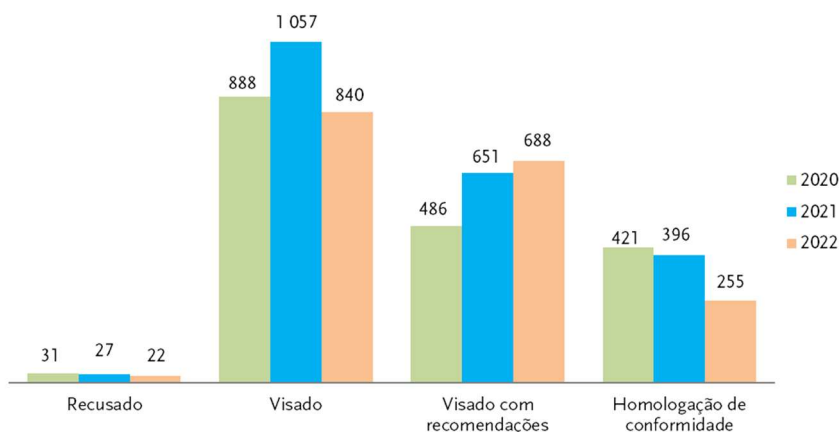
### Distribuição dos processos por tipologia



Em termos globais, verificou-se um decréscimo de 15,3% do número de processos controlados. Ocorreu um acréscimo dos processos visados com recomendações de 5,7% e um decréscimo dos processos visados sem recomendações, das recusas de visto e dos processos com homologação de conformidade de 20,5%, 18,5% e 35,6% respetivamente.

### Evolução do número de processos controlados

Tipo de decisão	2020	2021	Var. %	2022	Var. %
<b>Recusado</b>	31	27	-12,9%	22	-18,5%
<b>Visado</b>	888	1 057	19,0%	840	-20,5%
<b>Visado com recomendações</b>	486	651	34,0%	688	5,7%
<b>Com homologação de conformidade</b>	421	396	-5,9%	255	-35,6%
<b>Total</b>	<b>1 826</b>	<b>2 131</b>	<b>16,7%</b>	<b>1 805</b>	<b>-15,3%</b>



## VOLUME FINANCEIRO DOS PROCESSOS CONTROLADOS

No que se refere ao volume financeiro dos processos objeto de controlo, verifica-se que o maior valor respeita aos processos provenientes da Administração Central (48,9%), seguido da Administração Local (26,4%) e do Setor Empresarial do Estado e Regional (17,8%).

### Montantes controlados

(Unidade: m €)

Origem	Sede	SRA	SRM	Total	Peso (%)
Administração Central	3 339 172			3 339 172	48,9%
Administração Local	1 751 375	5 656	44 464	1 801 495	26,4%
Administração Regional		18 852	235 895	254 747	3,7%
Setor Empresarial do Estado e Regional	1 075 192	87 154	53 537	1 215 883	17,8%
Setor Empresarial Local	133 485	23 656		157 141	2,3%
Fundações, associações e cooperativas	65 091			65 091	1,0%
<b>Total</b>	<b>6 364 315</b>	<b>135 318</b>	<b>333 896</b>	<b>6 833 529</b>	<b>100,0%</b>

Os processos de natureza financeira representam 43,9% do volume financeiro global, predominantemente oriundos da Administração Central e Local, seguidos dos processos de empreitadas com 21% maioritariamente provenientes do Setor Empresarial do Estado e Regional e da Administração Local.

### Montantes controlados por origem e espécie processual

(Unidade: m €)

Origem	Espécie processual						Total
	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aquisição de Serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos *	
Administração Central	19 618	40 597	185 420	555 394	2 326 097	212 046	3 339 172
Administração Local	45 150	540 528	49 295	437 322	670 860	58 341	1 801 496
Administração Regional		105 933	16 291	16 700		115 822	254 746
Setor Empresarial do Estado e Regional		593 230	163 590	451 915		7 148	1 215 883
Setor Empresarial Local		92 513	24 023	39 802	803		157 141
Fundações, associações e cooperativas		61 112	2 783	1 196			65 091
<b>Total</b>	<b>64 768</b>	<b>1 433 913</b>	<b>441 402</b>	<b>1 502 329</b>	<b>2 997 760</b>	<b>393 357</b>	<b>6 833 529</b>
(%)	<b>0,9%</b>	<b>21,0%</b>	<b>6,5%</b>	<b>22,0%</b>	<b>43,9%</b>	<b>5,8%</b>	<b>100,0%</b>

Quando comparado com o ano anterior, verifica-se um decréscimo do volume financeiro controlado na ordem dos 1,5%.

O valor dos processos objeto de recusa de visto representa 0,7% do volume financeiro controlado.

### Evolução dos processos

(Unidade: m €)

	2020					2021					2022				
	Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados	
				Valor	%				Valor	%				Valor	%
Sede	1 598	346	4 856 975	98 278	2,0%	1 945	340	6 260 799	102 638	1,6%	1 655	349	6 364 315	40 529	0,6%
SRA	62	26	287 302	2 279	0,8%	52	24	351 723	61	0,0%	36	14	135 318	1 576	1,2%
SRM	166	29	243 506	1 914	0,8%	134	28	326 790		0,0%	114	23	333 896	8 281	2,5%
<b>Total</b>	<b>1 826</b>	<b>401</b>	<b>5 387 783</b>	<b>102 471</b>	<b>1,9%</b>	<b>2 131</b>	<b>392</b>	<b>6 939 312</b>	<b>102 699</b>	<b>1,5%</b>	<b>1 805</b>	<b>386</b>	<b>6 833 529</b>	<b>50 386</b>	<b>0,7%</b>

\* Considerada apenas uma entidade aquando da submissão de vários processos



## INDICADORES FINANCEIROS

Unidade: me

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos cancelados antes de decisão devido a intervenção do Tribunal	128 838			128 838
Redução de valores contratuais decorrente da intervenção do Tribunal	2 736			2 736
Recusas de visto	40 529	1 576	8 281	50 386
Visados (sem recomendações)	4 637 778	133 742	324 292	5 095 812
Visto com recomendações	1 686 008		1 323	1 687 331
Volume financeiro dos processos com visto tácito				0

## RECURSOS ORDINÁRIOS

Das decisões finais de recusa, concessão e isenção de visto, bem como dos emolumentos fixados pelo Tribunal, quer na Sede, quer nas Secções Regionais, podem ser interpostos recursos para o plenário da 1.ª Secção.

Em 2022 foram interpostos 9 recursos e proferidos 10 acórdãos e decisões, maioritariamente respeitantes a processos de aquisição de serviços.

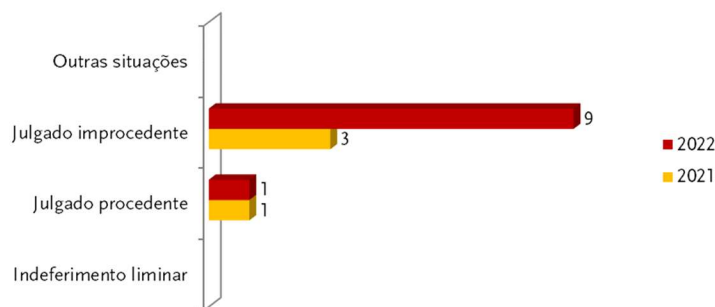
## Recursos ordinários - movimento processual

Recursos e recursos ordinários/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	2	1		3
Distribuídos no ano	7		2	9
<b>Total para julgamento</b>	9	1	2	12
Indeferimento liminar				0
Julgado procedente	1			1
Julgado improcedente	7	1	1	9
Outras situações				0
<b>Total de acórdãos/decisões no ano</b>	8	1	1	10
Transitados para o ano seguinte	1	0	1	2

## Recursos ordinários - decisões por espécie processual

Tipos de decisão	Aquisição de Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aquisição serviços	Natureza Financeira	Outro tipo de contratos	Total
Transitados		1	1		1		3
Distribuídos no ano *		2		5	2		9
<b>Total</b>	0	3	1	5	3	0	12
Indeferimento liminar							0
Julgado procedente			1				1
Julgado improcedente		1		5	3		9
Outras situações							0
<b>Total de acórdãos/decisões no ano</b>	0	1	1	5	3	0	10
Transitados para o ano seguinte	0	2	0	0	0	0	2

\* Inclui um processo de Recurso de Emolumentos



### AUDITORIAS PARA APURAMENTO DE EVENTUAIS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

No exercício da fiscalização prévia podem ser desenvolvidas auditorias para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto e que lhe permitam instaurar os respetivos processos de responsabilização.

#### Auditorias para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras

	Concluídas	Arquivadas/ extintas
Sede	1	
SRA		
SRM	1	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Neste âmbito, foram concluídas, com relatório aprovado, as seguintes ações, todas com recomendações formuladas:

Relatório	Designação	N.º Recom.
01/2022 - 1.ª S	Contrato de empreitada para a “ <i>Construção de uma ligação mista pedonal/ciclável entre Idanha-a-Nova e a zona industrial</i> ” celebrado pelo Município de Idanha-a-Nova (Proc.º FP 1243/2021)	1
11/2022 - SRM	Contrato da aquisição de serviços de locação de um meio aéreo (helicóptero ligeiro) para combate a incêndios florestais	3
<b>Total de recomendações em sede de apuramento de responsabilidades financeiras</b>		<b>4</b>

### INDICADORES FINANCEIROS (ARF)

	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	0,5			0,5
Volume financeiro controlado em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	1 398		383	1 781

Unidade: me

## IV – CONTROLO CONCOMITANTE

### ADICIONAIS A CONTRATOS VISADOS

Os atos ou contratos que titulem modificações aos contratos visados e que, nos termos da LOPTC estão isentos de fiscalização prévia<sup>1</sup>, devem ser remetidos ao TC para análise, no prazo de 60 dias a contar do início da sua execução.

Dessa análise, pode ocorrer a realização de uma auditoria a determinado ato ou contrato.

#### Atos e contratos adicionais recebidos

Unidade: m€

Atos e contratos	2021				2022			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
<b>Número</b>	1 049	26	2	1 077	1 068	36	5	1 109
<b>Valor</b>	94 724	5 049	263	100 036	108 086	2 553	1 151	111 790

O número de contratos adicionais recebidos apresenta um aumento de 3% face ao ano anterior e o seu valor global cifra-se em 111.790 m€ com um acréscimo de 11,7%.

### AUDITORIAS DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE

#### Auditorias de controlo concomitante

	Concluídas	Arquivadas/ extintas
<b>Sede</b>	1	1
<b>SRA</b>		
<b>SRM</b>	1	
<b>Total</b>	2	1

Foram concluídas, com relatório aprovado, 2 auditorias (1 na Sede e 1 na Secção Regional da Madeira), todas com recomendações formuladas.

Relatório	Designação	N.º Recom.
01/2022 - 1.ª S	Execução do contrato de empreitada de “Reabilitação e Ampliação do Mercado Municipal” - Contratos adicionais Município de Braga	1
13/2022 - SRM	Contratação de Serviços Jurídicos pelo Município de Santa Cruz à empresa Santos Pereira & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL	3
<b>Total de recomendações em sede de controlo concomitante</b>		<b>4</b>

### INDICADORES FINANCEIROS

Unidade: m€

	Sede	SRA	SRM	Total
<b>Montante das irregularidades detetadas em auditorias de controlo concomitante</b>	834		662	1 496
<b>Volume financeiro controlado em auditorias de controlo concomitante</b>	1 551		1 235	2 786

<sup>1</sup> Atos ou contratos que no âmbito de empreitadas de obras públicas já visadas, titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões (artigo 47.º da LOPTC, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro)

## V – CONTROLO SUCESSIVO

De acordo com a LOPTC, compete à 2.<sup>a</sup> Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro concomitante e sucessivo, o qual é exercido mediante a realização de ações conducentes à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), incluindo a da Segurança Social, dos Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas (PCRAA e PCRAM), de relatórios de auditoria e de verificação (externa e interna) de contas.

Ocorreu a aprovação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2021, do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021 e do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2021.

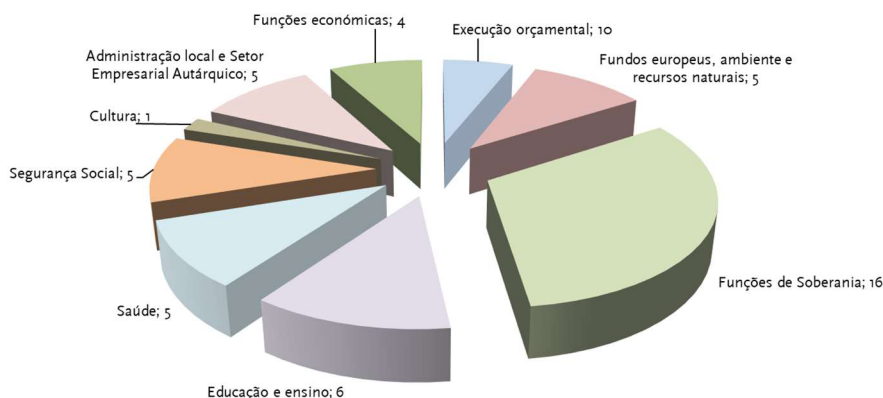
### AUDITORIAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E TIPOLOGIA

Foram concluídas 50 auditorias e verificações externas de contas (VEC), das quais 34 na Sede, 8 na SRA e 8 na SRM, apresentando-se de seguida a sua distribuição por área de atuação e por tipologia.

#### Auditorias e VEC concluídas – por área de atuação

Áreas de atuação	2020				2021				2022			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Execução orçamental (OE, SS e RA)	2	1	3	6	4	3	3	10		2	1	3
Funções de Soberania	6	3	3	12	6	3	3	12	10	3	3	16
Saúde	2			2	1	1		2	3	1	1	5
Segurança Social	1			1	4			4	4		1	5
Educação e ensino	2			2	4	1		5	5		1	6
Cultura									1			1
Funções económicas	1		1	2	2			2	2	1	1	4
Fundos europeus, ambiente e recursos naturais	4			4	2			2	4	1		5
Administração local e Setor Empresarial Autárquico	1		1	2		2		2	5			5
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>31</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>39</b>	<b>34</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>50</b>

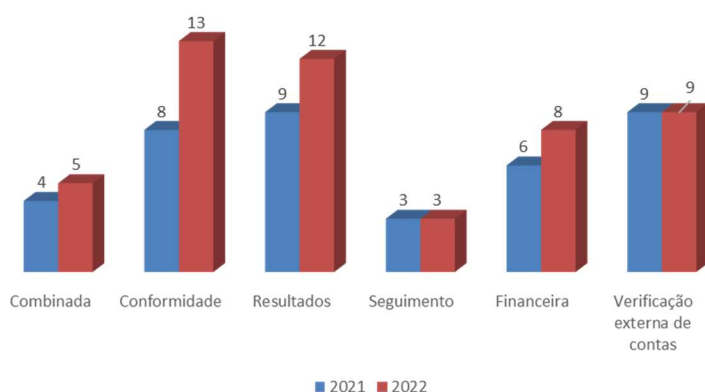
Nota: Inclui Pareceres sobre as contas da Assembleia da República e Assembleias Legislativas Regionais e sobre a conta da Presidência da República.



## Auditorias e VEC concluídas – por tipologia

Tipo de auditoria	2021				2022			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Combinada	3	1		4	4	1		5
Conformidade	2	5	1	8	7	3	3	13
Resultados	8	1		9	10	1	1	12
Seguimento	2		1	3	3			3
Financeira	4	1	1	6	6	1	1	8
Verificação externa de contas	4	2	3	9	4	2	3	9
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>39</b>	<b>34</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>50</b>

Nota: Inclui Pareceres sobre as contas da Assembleia da República e Assembleias Legislativas Regionais e sobre a conta da Presidência da República



Verifica-se que maioritariamente foram desenvolvidas auditorias de conformidade (26%), auditorias de resultados (24%), verificações externas de contas (18%) e auditorias financeiras (16%).

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2022 com relatório aprovado, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

**LISTA DE AUDITORIAS/VEC/PARECERES CONCLUÍDOS COM RELATÓRIO APROVADO/  
N.º RECOMENDAÇÕES**

Relatório	Área de atuação/Designação	N.º Recom. I	N.º Recom.II (a)
<b>Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas</b>			
5/2022 - SRA	Receita regional do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	-	-
VEC 12/2022 - SRM	Verificação Externa à Conta do Tesoureiro do Governo Regional de 2021	1	1
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2021	49	49
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2021	3	3
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2021	7	7
<b>Funções de Soberania</b>			
8/2022 - AR IV	Auditoria de Seguimento ao Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	23	191
14/2022 - AR IV	Auditoria a contrato público isento de fiscalização prévia nos termos da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, celebrado pela Força Aérea Portuguesa (FAP)	4	4

Relatório	Área de atuação/Designação	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
15/2022 - AR IV	Auditoria a contratos públicos isentos de fiscalização prévia nos termos da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, celebrados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)	5	5
17/2022 - AR IV	Auditoria a contrato público isento de fiscalização prévia nos termos da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, celebrado pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA)	3	3
28/2022 - AR IV	Auditoria à Guarda Nacional Republicana (GNR) – Ano económico de 2020	17	18
Parecer PR	Parecer e Relatório de Auditoria sobre a Conta da Presidência da República (PR) – Ano económico de 2021	9	9
Parecer AR	Parecer e Relatório de Auditoria sobre a Conta da Assembleia da República (AR) – Ano económico de 2021	6	6
VEC 1/2022 - AR II	Conta do Tribunal de Contas – Sede – Cofre Privativo - Exercício de 2021	1	1
VEC 2/2022 - AR II	Conta do Tribunal de Contas – Sede – Orçamento do Estado - Exercício de 2021	1	1
VEC 3/2022 - AR II	Contas Consolidadas do Grupo Público Tribunal de Contas - Exercício de 2021	1	1
Parecer ALRAA	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - 2021	-	-
VEC 2/2022 - SRA	Conta da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - Orçamento do Estado - 2021	-	-
VEC 3/2022 - SRA	Conta da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - Cofre Privativo - 2022	-	-
Parecer ALRAM	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira - 2021	2	2
VEC 4/2022 - SRM	Conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas - Cofre Privativo - 2021	-	-
VEC 5/2022 - SRM	Conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas - Orçamento do Estado – 2021	-	-
<b>Saúde</b>			
9/2022 - AR V	Auditoria de seguimento às Contas Consolidadas do Ministério da Saúde	13	13
11/2022 - AR V	Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde Oncológicos no Serviço Nacional de Saúde 2017-2020	18	27
12/2022 - AR V	Auditoria ao reforço de ventiladores do Serviço Nacional de Saúde para resposta à COVID-19	7	7
3/2022 - SRA	COVID-19 – Contratos isentos de fiscalização prévia nos termos da Lei n.º 1-A/2020, celebrados pelo Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.	5	5
7/2022 - SRM	Auditoria de conformidade às despesas do Serviço de Saúde da RAM (SESARAM, EPERAM) com a aquisição de bens e serviços destinados à luta contra a pandemia da Covid-19	7	7
<b>Segurança Social</b>			
2/2022 - AR III	Auditoria financeira ao Centro de Formação Profissional para o Setor da Indústria da Cerâmica	6	6
3/2022 - AR V	Auditoria ao <i>lay-off</i> simplificado e ao Apoio à retoma em 2020	7	8
13/2022 - AR V	Auditoria aos apoios do Estado a Instituições Particulares de Solidariedade Social com Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas – COVID-19	7	9
VEC 4/2022 - AR III	Verificação externa da conta do Centro de Formação Profissional para Jornalistas (2019)	5	5
3/2022 - SRM	Auditoria de Conformidade aos subsídios atribuídos às Instituições Particulares de Solidariedade Social pelo Instituto de Segurança Social da Madeira I.P. RAM	6	6
<b>Educação e ensino</b>			
19/2022 - AR VI	Auditoria à Aquisição de computadores e conectividade para alunos com Ação Social Escolar - Fase Zero	2	2
20/2022 - AR VI	Auditoria à Aplicação de Recursos Públicos na Digitalização para as Escolas	2	2

Relatório	Área de atuação/Designação	N.º Recom. I	N.º Recom.II (a)
21/2022 - AR VI	Auditoria de Seguimento de recomendações da auditoria "Ensino a distância e digitalização nas escolas durante a pandemia"- Relatório n.º 9/2021	-	-
24/2022 - AR VI	Auditoria à Empregabilidade dos Ciclos de Estudos do Ensino Superior	3	3
25/2022 - AR VI	Auditoria à Regularização do património imobiliário das Instituições de Ensino Superior	3	3
8/2022 - SRM	Auditoria às propinas em dívida à Universidade da Madeira 2008-2019	3	3
<b>Cultura</b>			
27/2022 - AR II	Auditoria aos Ativos Fixos Tangíveis do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. – exercício de 2021	2	2
<b>Funções económicas</b>			
18/2022 - AR VII	Gestão do Novo Banco com Financiamento Público	13	19
26/2022 - AR VII	Reação ao Impacto Adverso da Pandemia na Economia	9	13
1/2022 - SRA	Obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores	1	1
10/2022 - SRM	Auditoria de resultados à Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S.A.	7	7
<b>Fundos Europeus, Ambiente e Recursos Naturais</b>			
4/2022 - AR VIII	Auditoria à utilização de fundos na reparação dos danos causados nas habitações pelos incêndios de outubro de 2017 e agosto de 2018	8	10
7/2022 - AR VIII	Auditoria à Gestão dos Resíduos Urbanos de Plástico	4	4
22/2022 - AR VIII	Auditoria às Áreas Protegidas	16	18
23/2022 - AR VIII	Auditoria ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP – ICNF	11	11
4/2022 -SRA	Estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores	4	4
<b>Administração Local e Setor Empresarial Autárquico</b>			
1/2022 - AR IX	Auditoria à execução de planos de ajustamento financeiro de Autarquias Locais - Município do Fundão	11	11
5/2022 - AR IX	Auditoria ao financiamento pelos municípios de corpos e associações de bombeiros - Relatório Global	32	609
6/2022 - AR IX	Auditoria a casos de risco identificados em denúncias ao Tribunal de Contas na área da contratação pública nas autarquias locais - Município de Montalegre	9	9
10/2022 - AR IX	Auditoria à execução de planos de ajustamento financeiro de Autarquias Locais - Município de Fornos de Algodres	7	7
16/2022 -AR IX	Auditoria a contratos celebrados pela administração local no âmbito do regime de contratação pública excecional	6	1 392
<b>Total de recomendações em sede de fiscalização sucessiva das quais do Parecer sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas</b>		<b>366</b>	<b>2 524</b>
		<b>59</b>	<b>59</b>

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

Nota: Foi ainda concluída uma auditoria na Secção Regional dos Açores no âmbito do PCRAA

## AUDITORIAS PARA APURAMENTO DE EVENTUAIS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS (ARF)

Áreas de atuação	2020				2021				2022			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede *	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Execução orçamental (OE, SS e RA)				0		2		2				0
Funções de Soberania									1			
Educação e ensino				0	5			5	2		1	3
Fundos Europeus, Ambiente e Recursos Naturais											1	
Administração local e Setor Empresarial Autárquico	10			10	10	2	1	13	12	1		13
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>18</b>

\* Dados corrigidos face aos apresentados no Relatório de Atividades de 2021. Um relatório foi aprovado no âmbito de uma VIC

Listas das ARF com relatório aprovado:

Relatório	Área de atuação/Designação	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
<b>Funções de Soberania</b>			
8/2022 - AR IV	Revogação do contrato de contrapartidas celebrado no decurso da aquisição das Aeronaves C-295	-	-
<b>Educação e ensino</b>			
6/2022 - AR VI	Universidade de Coimbra	-	-
13/2022 - AR VI	Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional	2	2
9/2022 - SRM	Contratação de serviços de restauração pela Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol	4	7
<b>Fundos Europeus, Ambiente e Recursos Naturais</b>			
6/2022 - SRM	Contratação de serviços de conservação e reabilitação da rede hidrográfica	1	1
<b>Administração Local e Setor Empresarial Autárquico</b>			
1/2022 - AR IX	Município de Elvas	-	-
2/2022 - AR IX	Celebração de contratos de aquisição de bens e serviços - Município de Castelo de Paiva	1	1
3/2022 - AR IX	Município de Murça	2	2
4/2022 - AR IX	Município de Tabuaço	-	-
5/2022 - AR IX	Município de Vieira do Minho	-	-
7/2022 - AR IX	Município de Azambuja	-	-
9/2022 - AR IX	AMBIFARO, EM	1	1
10/2022 - AR IX	Município da Guarda	-	-
11/2022 - AR IX	Junta de Freguesia Vila Franca de Xira	-	-
12/2022 - AR IX	Alienação de património municipal – Município de Cascais	1	1
14/2022 - AR IX *	Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento	*	*
15/2022 - AR IX	Município de Fornos de Algodres	-	-
16/2022 - AR IX	Município de Castro Daire	2	2
2/2022 - SRA	Recurso ao crédito pela Freguesia de Rosto do Cão (São Roque)	3	3
<b>Total de recomendações em sede de auditorias de apuramento de responsabilidades financeiras</b>		<b>17</b>	<b>20</b>

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

\* O relatório 14/2022 foi aprovado no âmbito de uma VIC. As recomendações encontram-se na lista dos relatórios VIC



## VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS

O controlo sucessivo engloba igualmente a verificação interna de contas das entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal e não isentas da sua apresentação.

	Contas entradas no ano													Total
	Prestação eletrónica						Suporte de papel							
	Adm. Central *	Adm. Local	Adm. Regional	SEER **	SEL **	Fund. Ass. Coop.	Adm. Central ***	Adm. Local	Adm. Regional	SEER	SEL	Fund. Ass. Coop. ****		
Sede	1 863	3 463		295	180	213	6 014	68					5	73
SRA	11	184	114	34	12	25	380			3				3
SRM	7	68	42	36	3	2	158							0
<b>Total</b>	<b>1 881</b>	<b>3 715</b>	<b>156</b>	<b>365</b>	<b>195</b>	<b>240</b>	<b>6 552</b>	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>76</b>

\* Inclui contas de Grupos Públicos (contas consolidadas)

\*\* Inclui empresas privadas ou participadas/Grupos públicos que prestam contas por serem empresas concessionárias/subconcessionárias

\*\*\* Gerências partidas de seções de tesouraria cujas contas foram recebidas antes de entrar em vigor a Instrução n.º 1/2021-2.ª/S/SRA/SRM

\*\*\*\* Entidades que não se encontram classificadas como prestadoras de contas

Entraram 6.628 contas no decurso do ano, tendo 98,9% sido apresentadas eletronicamente e 1,1% em suporte de papel. Das contas apresentadas em suporte de papel 89,5% provêm da administração central.

Foi proferida decisão de homologação relativamente a 325 contas, das quais ocorreu a homologação (com e sem recomendações) em 294, a recusa de homologação relativamente a 29 e outras situações em relação a 2, tendo-se registado um decréscimo de 19% face ao ano anterior. O montante financeiro controlado foi de 47.182.137 m€.

## Verificação interna de contas com decisão

Unidade: me

	Contas homologadas		Homologadas com recomendações		Recusa de homologação		Outra situação *		Total		Entidades a que respeitam as contas com decisão		Volume financeiro das contas com decisão	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	Montante	%
Sede	176	64,7%	12	54,5%	25	86,2%	2	100,0%	215	0,0%	196	65,1%	44 537 257	94,4%
SRA	36	13,2%	10	45,5%	2	6,9%		0,0%	48	0,0%	48	15,9%	610 302	1,3%
SRM	60	22,1%		0,0%	2	6,9%		0,0%	62	0,0%	57	18,9%	2 034 578	4,3%
<b>Total</b>	<b>272</b>	<b>100,0%</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>	<b>29</b>	<b>100,0%</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	<b>325</b>	<b>0,0%</b>	<b>301</b>	<b>100,0%</b>	<b>47 182 137</b>	<b>100,0%</b>

\* Imputação de responsabilidade (1 VIC que originou o relatório n.º 14/2022 - ARF) e inutilidade superveniente da ação

## Verificação interna de contas com decisão – por origem

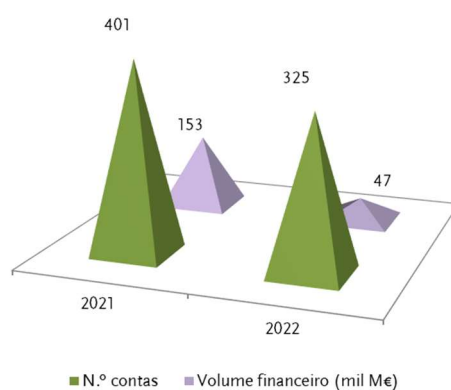
Unidade: me

	Contas homologadas		Homologadas com recomendações		Recusa de homologação		Outra situação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	Montante	%
Administração Central	144	52,9%		0,0%	11	37,9%		0,0%	140	46,5%	41 568 124	88,1%
Administração Local	27	9,9%	7	31,8%	14	48,3%	2	100,0%	42	14,0%	1 225 450	2,6%
Administração Regional	57	21,0%		0,0%	2	6,9%		0,0%	59	19,6%	1 261 155	2,7%
Setor Empresarial Estado e Regional	27	9,9%	10	45,5%		0,0%		0,0%	36	12,0%	2 937 874	6,2%
Setor Empresarial Local	2	0,7%	2	9,1%	1	3,4%		0,0%	4	1,3%	29 020	0,1%
Fundações, associações e cooperativas	15	5,5%	3	13,6%	1	3,4%		0,0%	20	6,6%	160 514	0,3%
<b>Total</b>	<b>272</b>	<b>100,0%</b>	<b>22</b>	<b>100,0%</b>	<b>29</b>	<b>100,0%</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	<b>301</b>	<b>100,0%</b>	<b>47 182 137</b>	<b>100,0%</b>

## Verificação interna de contas com decisão - evolução

Unidade: me

	2021		2022	
	N.º contas	Volume fin.	N.º contas	Volume fin.
<b>Sede</b>	286	150 788 131	215	44 537 257
<b>SRA</b>	44	356 254	48	610 302
<b>SRM</b>	71	1 781 156	62	2 034 578
<b>Total</b>	401	152 925 541	325	47 182 137
			-19%	-69%



## RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

Nos termos da LOPTC, os serviços de controlo interno, nomeadamente as inspeções-gerais ou quaisquer outras entidades de controlo ou auditoria dos serviços e organismos da Administração Pública, bem como das entidades que integram o Setor Público Empresarial, estão sujeitos a um especial dever de colaboração com o Tribunal, o qual compreende o envio dos relatórios das suas ações, por decisão do ministro ou do Órgão competente para os apreciar, sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal, concretizando as situações geradoras de eventuais responsabilidades com indicação documentada dos factos.

Foram recebidos relatórios nomeadamente da Inspeção-geral de Educação e Ciência, Inspeção-geral de Finanças, Inspeção-geral do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, Inspeção-geral da Defesa Nacional, Inspeção Administrativa Regional, da Transparência e do Combate à Corrupção da Região Autónoma dos Açores e Inspeção Regional de Finanças da Região Autónoma da Madeira.

### Relatórios de órgãos de controlo interno

	Transitados *	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
<b>Administração Central **</b>	5	5	8	6	2
<b>Administração Local</b>	9	22	19	20	12
<b>Administração Regional</b>	12	4	8	8	8
<b>Setor Empresarial Estado e Regional</b>	3	1	1	1	3
<b>Setor Empresarial Local</b>	0	0	0	0	0
<b>Fundações, associações e cooperativas</b>	0	1	1	0	0
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>37</b>	<b>35</b>	<b>25</b>

\* Dados corrigidos face aos processos em curso no Relatório de Atividades de 2021, por atualização estatística na Sede e na SRA

\*\* Inclui a classificação administrativa do sistema GENT "Órgãos de Soberania"

### Relatórios de órgãos de controlo interno - evolução

	2021			2022		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
<b>Sede</b>	21	6	17	25	7	23
<b>SRA</b>	3	21	3	12	16	12
<b>SRM</b>	2		1	0	2	0
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>21</b>	<b>37</b>	<b>25</b>	<b>35</b>

## PARTICIPAÇÕES, EXPOSIÇÕES, QUEIXAS E DENÚNCIAS

As participações, exposições, queixas e denúncias recebidas no Tribunal são analisadas e, sempre que tenham factualidade pertinente dão origem ao desenvolvimento das diligências consideradas necessárias, podendo levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

### Participações, exposições, queixas e denúncias – por origem

	Transitados *	Entrados	Concluídos	A transitar
<b>Participações, exposições, queixas e denúncias (PEQD) **</b>				
Administração Central ***	20	0	10	10
Administração Local	41	0	6	35
Administração Regional	0	0	0	0
Setor Empresarial do Estado e Regional	5	0	2	3
Setor Empresarial Local	3	0	0	3
Fundações, associações e cooperativas	3	0	0	3
Outros ****	2	0	0	2
<b>Total PEQD</b>	<b>74</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>56</b>
<b>Denúncias *****</b>				
Administração Central ***	11	101	62	50
Administração Local	61	205	88	178
Administração Regional	3	10	9	4
Setor Empresarial do Estado e Regional	2	18	12	8
Setor Empresarial Local	3	4	2	5
Fundações, associações e cooperativas	4	8	6	6
Outros ****	0	1	1	0
<b>Total Denúncias</b>	<b>84</b>	<b>347</b>	<b>180</b>	<b>251</b>
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>347</b>	<b>198</b>	<b>307</b>

\* Na Sede os dados foram corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2021 por atualização estatística

\*\* Os dados de PEQD respeitam exclusivamente à Sede

\*\*\* Inclui, na Sede, as classificações administrativas "Órgãos de Soberania" e "Administração Autónoma"

\*\*\*\* Inclui a classificação administrativa do sistema GENT "Não classificado"

\*\*\*\*\* Pela Resolução n.º 3/2021-PG e consequente alteração do Regulamento do Tribunal foi autonomizada a espécie processual de denúncias

Em 2022 entraram ainda 9 processos relacionados com a atividade de fiscalização prévia da 1.ª Secção. Os PEQD da 1.ª Secção são integrados nos respetivos processos de visto quando já criados, ou posteriormente se e quando vierem a ser criados, sendo nesse âmbito que são objeto de apreciação e ponderação. Apesar de não serem objeto de uma decisão autónoma, o seu conteúdo é tido em conta no contraditório efetuado no âmbito do processo de visto com o qual se relaciona e as informações dele resultantes e eventuais alegações apresentadas são tomadas em consideração na decisão final que vier a ser tomada sobre o(s) ato(s) ou contrato(s) a que respeitam

### Participações, exposições, queixas e denúncias – evolução

	2021		2022	
	Concluídos	Em curso	Concluídos	Em curso
Sede	212	143	174	296
SRA	5	2	16	4
SRM	14	6	8	7
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>151</b>	<b>198</b>	<b>307</b>

## VI – OUTRAS AÇÕES DE CONTROLO

Em 2022 foram aprovados os relatórios relativos a outras ações de controlo, que se listam seguidamente.

Relatório	Designação	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
<b>Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas</b>			
3/2022 - PG *	Acompanhamento dos contratos abrangidos pelo regime de exceção previsto na Lei nº 1-A/2020, incluindo os isentos de fiscalização prévia	5	6
1/2022 - 1ªS 4/2022 - 2ªS *	Acompanhamento da Contratação Pública abrangida pelas Medidas Especiais previstas na Lei n.º 30/2021	20	25
s/n.º - 2ª S	Exame Panorâmico sobre as entidades que integram os subsectores da Administração Central e da Segurança Social e resultados da respetiva revisão legal de contas (contas 2021 )	-	-
s/n.º - PG	Análise global do tratamento das participações, exposições, queixas e denúncias	-	-
<b>Funções de Soberania</b>			
2/2022 - 2ª S (AR III e IV)	Aplicação dos novos referenciais contabilísticos na área da Defesa	4	43
<b>Administração Local e Setor Empresarial Autárquico</b>			
1/2022 - 2ª S (AR IX)	Análise das Certificações Legais de Contas (CLC) das Autarquias Locais – 2019	-	-
5/2022 - 2ª S (AR IX) *	Impacto da pandemia COVID-19 nas contas de 2020 dos Municípios do Continente	4	4
<b>Total de recomendações em sede de auditorias de apuramento de responsabilidades financeiras</b>		<b>33</b>	<b>78</b>

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

\* Não foram consideradas todas as entidades destinatárias das recomendações dada a sua abrangência

## VII – EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Quando os relatórios das ações de controlo do Tribunal, ou os relatórios dos órgãos de controlo interno, evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, são remetidos ao Ministério Público, a quem compete, embora não exclusivamente, requerer o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Uma das competências primordiais do Tribunal de Contas é a de efetivar as responsabilidades pela prática de infrações financeiras, a qual compete à 3.ª Secção e às Secções Regionais.

A responsabilidade financeira pode ser reintegratória ou sancionatória, traduzindo-se a primeira pela obrigação de repor as importâncias correspondentes aos danos causados e a segunda pela aplicação de uma sanção pecuniária (multa).

O Tribunal pode ainda sancionar outras infrações, como por exemplo, pela falta injustificada de remessa de contas, pela inobservância dos prazos legais de remessa dos processos relativos a atos ou contratos que produzam efeitos antes do visto, nos termos do artigo 66.º da LOPTC, competindo a sua aplicação, bem como a relevação, às 1.ª e 2.ª Secções e às Secções Regionais.

Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 69.º da LOPTC, o responsável indiciado pode proceder ao pagamento da multa em fase anterior à de julgamento, pelo valor mínimo da multa, extinguindo-se desta forma o procedimento por responsabilidades sancionatórias.

De igual forma, a responsabilidade financeira reintegratória extingue-se pelo pagamento da quantia a repor, em qualquer momento, nos termos do n.º 1 do art.º 69.º da LOPTC.

### RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA

#### Multas do art.º 65 e do art.º 66.º

Tipo de controlo	Multas do art. 65.º			Multas do art. 66.º *		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (euros)
No âmbito da fiscalização prévia	1	4	10 200			
No âmbito da fiscalização concomitante	1	6	15 300	9	9	6 120
No âmbito da fiscalização sucessiva	1	14	35 700	1	1	612
Em processos de Órgãos de Controlo Interno						
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>61 200</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>6 732</b>

\* Inclui multas aplicadas e multas pagas voluntariamente

Dos 13 processos de multas aplicadas (3 do art. 65.º e 10 do art. 66.º), 1 respeita à fiscalização prévia (SRM) 10 são referentes a fiscalização concomitante (9 na Sede e 1 na SRM) e 2 a fiscalização sucessiva (1 na SRA e 1 na SRM).

De acordo com o n.º 8 do artigo 65.º e o n.º 3 do artigo 66.º da LOPTC, o Tribunal pode relevar a responsabilidade por infração financeira apenas passível de multa.

Foi relevada a responsabilidade sancionatória em 119 processos, 114 na Sede, 1 na SRA e 4 na SRM.

### Multas do art.º 65 e do art.º 66.º - relevação de responsabilidade sancionatória

Tipo de controlo	Relevação de Multas do art. 65.º			Relevação de Multas do art. 66.º *		
	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (euros)	N.º processos	N.º de demandados	Montantes (euros)
No âmbito da fiscalização prévia	6	6	15 300	64	64	32 640
No âmbito da fiscalização concomitante	3	6	13 260	34	35	30 600
No âmbito da fiscalização sucessiva	12	45	129 050			
Em processos de Órgãos de Controlo Interno						
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>57</b>	<b>157 610</b>	<b>98</b>	<b>99</b>	<b>63 240</b>

\* Inclui multas aplicadas e multas pagas voluntariamente

### RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – 3.ª SECÇÃO E SECÇÕES REGIONAIS

Dos processos em que o Ministério Público requereu julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras existentes, em 2021, na 3.ª Secção e nas Secções Regionais, foram julgados 15 processos, 13 dos quais com sentença condenatória e 2 com sentença absolutória.

### Efetivação de responsabilidades financeiras

	Transitados		Distribuídos no ano		Findos antes de julgamento		Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso	
	Com decisão	Sem decisão	Origem em relatórios do Tribunal	Origem em relatórios de OCI	Prescrição	Pagamento voluntário	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Relevação		Com decisão	Sem decisão
<b>Julgamento de contas</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97												
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97												
Art. 65.º da Lei 98/97												
<b>Julgamento de resp. financeira</b>	<b>31</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>34</b>	<b>12</b>
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2	3					3			1	4	
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	19	1	2				2			5	16	1
Art. 65.º da Lei 98/97	10	6	10	7		2	8	2		8	14	11
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>34</b>	<b>12</b>

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

### Efetivação de responsabilidades financeiras - origem

	Transitados		Distribuídos no ano		Findos antes de julgamento		Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso	
	Com decisão	Sem decisão	Origem em relatórios do Tribunal	Origem em relatórios de OCI	Prescrição	Pagamento voluntário	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Relevação		Com decisão	Sem decisão
3.ª Secção	22	10	12	7		2	13	2		12	27	12
Secção Regional dos Açores	4									1	3	
Secção Regional da Madeira	5									1	4	
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>34</b>	<b>12</b>

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

Em plenário da 3.ª Secção foram apreciados os recursos interpostos, tendo sido proferidos 6 acórdãos em processos de julgamento de responsabilidade financeira e de multas aplicadas.

### Recursos ordinários – Plenário 3.ª Secção

	Transitados		Interpostos no ano	Findos antes de julgamento	Julgados		Remetidos à 1.ª Instância	Em curso	
	Com decisão	Sem decisão			Procedentes	Improcedentes		Com decisão	Sem decisão
<b>Em matéria de resp. financeira</b>	5	2	4	0	4	0	3	6	2
<i>Julgamento de contas</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97									
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97									
Art. 65.º da Lei 98/97									
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	5	2	4	0	4	0	3	6	2
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97			1		1			1	
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97			1					4	1
Art. 65.º da Lei 98/97			2		3		3	1	1
<b>Em matéria emolumentar</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>De multas</b>	0	0	2	0	0	2	2	0	0
Aplicadas pela 1.ª Secção			2			2	2		
Aplicadas pela 2.ª Secção									
Aplicadas pela SRA									
Aplicadas pela SRM									
<b>Recurso da 3.ª Secção</b>			1						1
<b>Revisão de decisões da 1.ª Inst. e Plenário</b>	1		1				1		1
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

Nos termos do n.º 1 do art. 101.º da LOPTC, se, no domínio da mesma legislação, em processos diferentes nos plenários das 1.ª ou 3.ª Secções, forem proferidas duas decisões, em matéria de concessão ou recusa de visto e de responsabilidade financeira, que, relativamente à mesma questão fundamental de direito, assentem sobre soluções opostas, pode ser interposto recurso extraordinário da decisão proferida em último lugar para fixação de jurisprudência.

### Recursos extraordinários – Plenário 3.ª Secção

Origem	Transitados		Interpostos no ano	Findo por não haver oposição de julgados	Em curso	
	Com decisão	Sem decisão			Com decisão	Sem decisão
3.ª Secção	1				1	
Secção Regional dos Açores						
Secção Regional da Madeira						
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

### Evolução da distribuição processual

	Distribuídos no ano		Variação %
	2021	2022	
<b>Plenário da 3.ª Secção:</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0,0%</b>
<b>Em matéria de resp. financeira</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	
Julgamento de contas	0	0	
Julgamento de resp. financeira	5	4	
<b>Em matéria emolumentar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
<b>De multas</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	
<b>Revisão de decisões</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<b>Recursos extraordinários</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	
<b>1.ª Instância:</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>26,7%</b>
Julgamento de contas	0	0	
Julgamento de resp. financeira	15	19	
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>26</b>	<b>18,2%</b>



Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas, tendo sido igualmente efetuados pagamentos voluntários de multas e reposições antes de julgamento.

### Multas e reposições

Unidade: euro

	2021					2022				
	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.
<b>Reposições ordenadas</b>	<b>48 499</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>48 499</b>	<b>9</b>	<b>1 265 171</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 265 171</b>	<b>4</b>
Por pagamentos indevidos				0		1 265 171				4
Por desvios de dinheiros ou valores	48 499			48 499	1				0	
Outros				0						
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>				0		1 248 624				3
<b>Multas aplicadas</b>	<b>93 534</b>	<b>3 600</b>		<b>97 134</b>	<b>23</b>	<b>52 734</b>			<b>52 734</b>	<b>15</b>
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	<i>80 070</i>			<i>80 070</i>	<i>10</i>	<i>17 238</i>			<i>17 238</i>	<i>7</i>
<b>Reposições pagas voluntariamente antes de julgamento</b>				<b>0</b>		<b>17 706</b>			<b>17 706</b>	<b>4</b>
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>										
<b>Sanções pagas voluntariamente antes de julgamento</b>	<b>18 870</b>			<b>18 870</b>	<b>5</b>	<b>52 020</b>		<b>1 530</b>	<b>53 550</b>	<b>15</b>
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	<i>5 100</i>			<i>5 100</i>	<i>1</i>	<i>10 200</i>			<i>10 200</i>	<i>4</i>

### EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – ART.º 66.º - PROCESSOS AUTÓNOMOS DE MULTA

A partir da entrada em vigor da Lei n.º 48/2006, a 1.ª, 2.ª Secção e Secções Regionais do Tribunal passaram também a dispor de competência para a efetivação de responsabilidades sancionatórias processuais, competindo-lhe aplicar as multas previstas no artigo 66.º da LOPTC.

A aplicação dessa multa é da competência do juiz relator, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 78.º da LOPTC.

	Transitados *		Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados			Remetidos ao arquivo	Em curso	
	Com decisão	Sem decisão		Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória	Relevação responsabilidade		Com decisão	Sem decisão
<b>Sede</b>	<b>33</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>35</b>	<b>13</b>
1.ª Secção	7		13	3				1	8	9	3
2.ª Secção	26	9	1							26	10
<b>Secção Regional dos Açores</b>	<b>1</b>	<b>1</b>				<b>1</b>				<b>2</b>	
<b>Secção Regional da Madeira</b>			<b>1</b>			<b>1</b>				<b>1</b>	
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>38</b>	<b>13</b>

## VIII – O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

## O MINISTÉRIO PÚBLICO

Ao Ministério Público compete, embora não exclusivamente, requerer, perante a 3.ª Secção e as Secções Regionais, o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

## Processos remetidos ao MP com infrações evidenciadas (art.º 57.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados *	Participados no ano	Decisão				Em curso
			Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira (relatórios TdC)	
<b>Plenário Geral</b>	0	0	0	0	0	0	0
Relatórios de outras ações de controlo							0
<b>Controlo prévio e concomitante</b>	3	4	1	1	0	0	5
Relatórios para apuramento de responsabilidade financeira	3	1					4
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante		3	1	1			1
<b>Controlo sucessivo</b>	14	14	3	3	12	0	10
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental							0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	4	3		2	2		3
Relatórios para apuramento de responsabilidade financeira	8	6	3	1	7		3
Relatórios de verificação externa de contas							0
Relatórios de verificação interna de contas	2	5			3		4
Relatórios de outras ações de controlo							0
<b>Relatórios de órgãos de controlo interno</b>	18	35	15	5	7		26
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>53</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>41</b>

(a) Engloba os processos em que o MP arquivou, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração ou por prescrição do procedimento.

\* Na Sede, os dados foram corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2021, por atualização estatística.

## Processos remetidos ao MP sem infrações evidenciadas (art.º 29.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados	Participados no ano	Decisão				Em curso
			Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira (relatórios TdC)	
<b>Plenário Geral/Coletivo Especial</b>	0	2	0	0	0	2	0
Relatórios de outras ações de controlo							0
Parecer e relatório		2				2	0
<b>Controlo prévio e concomitante</b>	0	0	0	0	0	0	0
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.							0
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante							0
<b>Controlo sucessivo</b>	0	73	5	0	0	68	0
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental							0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva		4	1			3	0
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.		1	1				0
Relatórios de verificação externa de contas		3	1			2	0
Relatórios de verificação interna de contas		2	2				0
Outros (Homologação de contas e PEQD)	0	63				63	0
<b>Relatórios de órgãos de controlo interno</b>							0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>75</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>70</b>	<b>0</b>

Nota: Informação apenas relativa à Secção Regional da Madeira

(a) Engloba os processos em que o MP arquivou, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração, por prescrição do procedimento ou por responsabilidade relevada no relatório

A Resolução n.º 1/2020-PG determinou que “Para efeitos do n.º 4 do artigo 29.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, a notificação ao Ministério Público dos relatórios e pareceres que não evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, ou cujas responsabilidades financeiras tenham sido integralmente relevadas quanto a todos os visados, é feita através de comunicação eletrónica para a caixa de correio do núcleo de apoio ao Ministério Público, com a indicação da ligação para o respetivo ficheiro eletrónico, nada obstando a que a Secretaria do Tribunal, seguidamente, dê cumprimento ao n.º 1 do artigo 151.º do Regulamento do Tribunal de Contas.”

Considerando a resolução, na Sede e na SRA no que respeita ao coletivo especial os processos são remetidos ao Ministério Público sem que seja proferido despacho por este.

### Processos sem infrações evidenciadas de que foi dado conhecimento ao MP (Resolução n.º 1/2020 - PG)

Tipologia dos processos	Remetidos
<b>Plenário Geral/Coletivo Especial</b>	<b>1</b>
Relatórios de outras ações de controlo	1
Parecer e relatório	
<b>Controlo prévio e concomitante</b>	<b>1</b>
Relatórios para apuramento de responsabilidade financeira	1
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	
<b>Controlo sucessivo</b>	<b>105</b>
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental	
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	31
Relatórios para apuramento de responsabilidade financeira	2
Relatórios de verificação externa de contas	6
Relatórios de verificação interna de contas	63
Relatórios de outras ações de controlo	3
<b>Relatórios de órgãos de controlo interno</b>	
<b>Total</b>	<b>107</b>

### Origem dos processos remetidos ao MP

	Sede	SRA	SRM	Total
<b>Processos com infrações notificados ao MP para decisão</b>	36	12	5	53
<b>Processos sem infrações notificados ao MP para decisão</b>			75	75
<b>Processos remetidos ao MP sem infrações evidenciadas *</b>	52	55		107
<b>Despacho MP:</b>				
Não requer procedimento jurisdicional	13	6	5	24
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	4	2	3	9
Requer procedimento jurisdicional	19			19
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira			70	70

\* Em vigor a partir de 2020 (Resolução n.º 1/2020 - PG)

### Mapa comparativo da evolução processual

	2020	2021	2022
<b>Processos com infrações notificados ao MP para decisão</b>	50	38	53
<b>Processos sem infrações notificados ao MP para decisão</b>	46	79	75
<b>Processos remetidos ao MP sem infrações evidenciadas *</b>	47	111	107
<b>Despacho MP:</b>			
Requer procedimento jurisdicional	11	15	19
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	0	6	9
Não requer procedimento jurisdicional	74	21	24
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	17	79	70

\* Em vigor a partir de 2020 (Resolução n.º 1/2020 - PG)

### PARTICIPAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO A OUTRAS JURISDIÇÕES

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, dos órgãos de controlo interno, em acórdãos do Tribunal de Contas e em denúncias.

Em 2022 o Ministério Público não fez nenhuma participação a outras jurisdições

## IX – PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE ARBITRAGEM ADMINISTRATIVA - CAAD

O Tribunal de Contas e o Centro de Arbitragem Administrativa – CAAD, celebraram em 2021 um protocolo para enquadrar e definir as bases da cooperação institucional entre si.

O CAAD comunica ao Tribunal, por via eletrónica, a submissão de pedidos à arbitragem e as subsequentes decisões arbitrais em matéria administrativa.

O Tribunal procede ao registo dessas comunicações e analisa as decisões arbitrais com vista a aferir se da factualidade aí analisada resultam indícios de infrações financeiras que o Tribunal deva conhecer no âmbito dos seus poderes de fiscalização e controlo.

Em 2022, foram comunicados pelo CAAD ao Tribunal 54 processos e concluída a análise de 41 decisões arbitrais.

## X – ENTIDADES CONTROLADAS

Sede - Em ações de Fiscalização Prévia e Concomitante

## Síntese

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
<b>Autarquias Locais</b>	<b>253</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>253</b> *
Ministério da Administração Interna	6			6
Ministério da Agricultura e da Alimentação	4			4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	16			16
Ministério da Coesão Territorial	1			1
Ministério da Cultura	5		1	6
Ministério da Defesa Nacional	9			9
Ministério da Economia e do Mar	7			7
Ministério da Educação	7			7
Ministério da Justiça	4			4
Ministério da Saúde	2			2
Ministério das Finanças	8			8
Ministério das Infraestruturas	1			1
Ministério das Infraestruturas e da Habitação	5			5
Ministério do Ambiente e da Ação Climática	7			7
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	7			7
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3			3
Presidência do Conselho de Ministros	4			4
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>350</b> *

Este total não inclui duplicações resultantes do controlo por mais que uma tipologia de ação \*

## Detalhe

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
<b>Autarquias Locais</b>	<b>253</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>253</b> *
AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E. M.	1			
Águas de Gaia, E. M., S. A.	1			
AMBIOLHÃO - Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, E. M.	1			
AMBISOUSA - Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, E. I. M.	1			
AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central	1			
Área Metropolitana do Porto	1			
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	1			
Associação de Municípios de Loulé / Faro	1			
Cascais Próxima - Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E. M., S. A.	1			
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A.	1			
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	1			
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	1			
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes	1			
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	1			
Comunidade Intermunicipal do Ave	1			
Comunidade Intermunicipal do Cávado	1			
Comunidade Intermunicipal do Douro	1			
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	1			
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	1			
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	1			
EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E. M., S. A.	1			
EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E. M., S. A.	1			
Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E. M., S. A.	1			
Freguesia de Pombal - Pombal	1			
Freguesia de Pombeiro da Beira - Arganil	1			
Freguesia de Santa Clara-a-Velha - Odemira	1			
Freguesia de Serra de Santo António - Alcanena	1			
GAIURB - Urbanismo e Habitação, E. M. Gestão e Obras do Porto, E. M.	1			
LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto	1			
Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., S. A.	1			
MAIAMBIENTE, E. M.	1			
Município da Amadora	1			
Município da Anadia	1			
Município da Azambuja	1			
Município da Batalha	1			
Município da Chamusca	1			
Município da Covilhã	1			
Município da Guarda	1			
Município da Lagoa	1			
Município da Lourinhã	1			
Município da Lousã	1			
Município da Maia	1			
Município da Marinha Grande	1			
Município da Mealhada	1			
Município da Murtosa	1			
Município da Nazaré	1			
Município da Pampilhosa da Serra	1			
Município da Póvoa de Lanhoso	1			
Município da Póvoa de Varzim	1			
Município da Sertã	1			
Município da Trofa	1			
Município da Vidigueira	1			
Município das Caldas da Rainha	1			
Município de Abrantes	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
Município de Águeda	1			
Município de Albergaria-a-Velha	1			
Município de Albufeira	1			
Município de Alcanena	1			
Município de Alfândega da Fé	1			
Município de Alijó	1			
Município de Almada	1			
Município de Almeirim	1			
Município de Alpiarça	1			
Município de Amarante	1			
Município de Amares	1			
Município de Ansião	1			
Município de Arcos de Valdevez	1			
Município de Arganil	1			
Município de Armamar	1			
Município de Arruda dos Vinhos	1			
Município de Aveiro	1			
Município de Avis	1			
Município de Baião	1			
Município de Barcelos	1			
Município de Beja	1			
Município de Benavente	1			
Município de Borba	1			
Município de Braga	1		1	
Município de Bragança	1			
Município de Cantanhede	1			
Município de Carregal do Sal	1			
Município de Cascais	1			
Município de Castelo Branco	1			
Município de Castro Daire	1			
Município de Castro Marim	1			
Município de Castro Verde	1			
Município de Celorico da Beira	1			
Município de Chaves	1			
Município de Cinfães	1			
Município de Coimbra	1			
Município de Condeixa-a-Nova	1			
Município de Constância	1			
Município de Coruche	1			
Município de Esposende	1			
Município de Estarreja	1			
Município de Estremoz	1			
Município de Évora	1			
Município de Fafe	1			
Município de Faro	1			
Município de Felgueiras	1			
Município de Ferreira do Zêzere	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
Município de Figueira da Foz	1			
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	1			
Município de Figueiró dos Vinhos	1			
Município de Fornos de Algodres	1			
Município de Góis	1			
Município de Gondomar	1			
Município de Grândola	1			
Município de Guimarães	1			
Município de Idanha-a-Nova	1	1		
Município de Ílhavo	1			
Município de Lagos	1			
Município de Lamego	1			
Município de Leiria	1			
Município de Lisboa	1			
Município de Loulé	1			
Município de Loures	1			
Município de Lousada	1			
Município de Macedo de Cavaleiros	1			
Município de Mafra	1			
Município de Marco de Canaveses	1			
Município de Marvão	1			
Município de Matosinhos	1			
Município de Mêda	1			
Município de Melgaço	1			
Município de Mértola	1			
Município de Mesão Frio	1			
Município de Mira	1			
Município de Mirandela	1			
Município de Mogadouro	1			
Município de Moimenta da Beira	1			
Município de Monchique	1			
Município de Monforte	1			
Município de Montalegre	1			
Município de Montemor-o-Velho	1			
Município de Mora	1			
Município de Moura	1			
Município de Murça	1			
Município de Óbidos	1			
Município de Odemira	1			
Município de Odivelas	1			
Município de Oeiras	1			
Município de Oleiros	1			
Município de Olhão	1			
Município de Oliveira de Azeméis	1			
Município de Oliveira de Frades	1			
Município de Oliveira do Bairro	1			
Município de Oliveira do Hospital	1			

(cont.)



(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
Município de Ourém	1			
Município de Ourique	1			
Município de Ovar	1			
Município de Paços de Ferreira	1			
Município de Palmela	1			
Município de Paredes	1			
Município de Paredes de Coura	1			
Município de Pedrógão Grande	1			
Município de Penacova	1			
Município de Penafiel	1			
Município de Penalva do Castelo	1			
Município de Penela	1			
Município de Peniche	1			
Município de Peso da Régua	1			
Município de Pinhel	1			
Município de Pombal	1			
Município de Portalegre	1			
Município de Portel	1			
Município de Portimão	1			
Município de Porto de Mós	1			
Município de Proença-a-Nova	1			
Município de Reguengos de Monsaraz	1			
Município de Resende	1			
Município de Ribeira de Pena	1			
Município de Rio Maior	1			
Município de Salvaterra de Magos	1			
Município de Santa Comba Dão	1			
Município de Santa Maria da Feira	1			
Município de Santarém	1			
Município de Santiago do Cacém	1			
Município de Santo Tirso	1			
Município de São João da Madeira	1			
Município de São João da Pesqueira	1			
Município de São Pedro do Sul	1			
Município de Sátão	1			
Município de Seia	1			
Município de Sernancelhe	1			
Município de Sesimbra	1			
Município de Setúbal	1			
Município de Sever do Vouga	1			
Município de Silves	1			
Município de Sines	1			
Município de Sintra	1			
Município de Soure	1			
Município de Tábua	1			
Município de Tarouca	1			
Município de Tavira	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
Município de Terras de Bouro	1			
Município de Tomar	1			
Município de Torre de Moncorvo	1			
Município de Torres Novas	1			
Município de Torres Vedras	1			
Município de Vagos	1			
Município de Vale de Cambra	1			
Município de Valongo	1			
Município de Valpaços	1			
Município de Vendas Novas	1			
Município de Viana do Alentejo	1			
Município de Viana do Castelo	1			
Município de Vieira do Minho	1			
Município de Vila de Rei	1			
Município de Vila do Bispo	1			
Município de Vila do Conde	1			
Município de Vila Flor	1			
Município de Vila Franca de Xira	1			
Município de Vila Nova de Cerveira	1			
Município de Vila Nova de Famalicão	1			
Município de Vila Nova de Foz Côa	1			
Município de Vila Nova de Gaia	1			
Município de Vila Nova de Paiva	1			
Município de Vila Nova de Poaires	1			
Município de Vila Pouca de Aguiar	1			
Município de Vila Real	1			
Município de Vila Velha de Ródão	1			
Município de Vila Verde	1			
Município de Vila Viçosa	1			
Município de Viseu	1			
Município de Vizela	1			
Município de Vouzela	1			
Município do Alandroal	1			
Município do Barreiro	1			
Município do Bombarral	1			
Município do Cadaval	1			
Município do Cartaxo	1			
Município do Crato	1			
Município do Entroncamento	1			
Município do Porto	1			
Município do Sabugal	1			
Município do Sardoal	1			
Município do Seixal	1			
Município do Sobral de Monte Agraço	1			
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Almada	1			
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Leiria	1			
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Sintra	1			
TEJO AMBIENTE - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E. I. M., S. A.	1			
União das Freguesias de Além da Ribeira e Pedreira - Tomar	1			
União das Freguesias de Cardielos e Serreleis - Viana do Castelo	1			
União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - Leiria	1			
União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão - Sintra	1			
União das Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Baptista) e Santo Amador - Moura	1			
União das Freguesias de Queluz e Belas - Sintra	1			
União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais - Tomar	1			
<b>Ministério da Administração Interna</b>	<b>6</b>			<b>6</b>
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	1			
Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana	1			
Direção Nacional - Polícia de Segurança Pública	1			
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	1			
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	1			
Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública	1			
<b>Ministério da Agricultura e da Alimentação</b>	<b>4</b>			<b>4</b>
Associação de Beneficiários do Vale do Sado	1			
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	1			
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.	1			
Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas	1			
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</b>	<b>16</b>			<b>16</b>
Associação INCD (Infraestrutura Nacional de Computação Distribuída)	1			
Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico	1			
Faculdade de Medicina Veterinária - Universidade de Lisboa	1			
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	1			
Instituto Politécnico de Guarda	1			
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	1			
Instituto Politécnico do Porto	1			
Instituto Superior Técnico - Universidade de Lisboa	1			
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Reitoria	1			
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico do Porto	1			
Serviços de Ação Social - Universidade de Lisboa	1			
Universidade de Aveiro - Reitoria	1			
Universidade de Coimbra - Reitoria	1			
Universidade de Lisboa - Reitoria	1			
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Reitoria	1			
Universidade do Porto - Reitoria	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
<b>Ministério da Coesão Territorial</b>	<b>1</b>			<b>1</b>
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	1			
<b>Ministério da Cultura</b>	<b>5</b>		<b>1</b>	<b>6</b>
Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I. P.	1			
Direção Regional de Cultura do Alentejo			1	
Direção Regional de Cultura do Centro	1			
Direção Regional de Cultura do Norte	1			
Direção-Geral do Património Cultural	1			
Gabinete do Ministro da Cultura	1			
<b>Ministério da Defesa Nacional</b>	<b>9</b>			<b>9</b>
Arsenal do Alfeite, S. A.	1			
Direção-Geral de Política de Defesa Nacional	1			
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	1			
Estado-Maior do Exército	1			
Estado-Maior-General das Forças Armadas	1			
Exército	1			
Força Aérea	1			
Marinha	1			
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional	1			
<b>Ministério da Economia e do Mar</b>	<b>7</b>			<b>7</b>
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos	1			
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.	1			
Instituto do Turismo de Portugal, I. P.	1			
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.	1			
Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E.	1			
Região de Turismo do Algarve - Entidade Regional de Turismo do Algarve	1			
Secretaria-Geral da Economia - Ministério da Economia e do Mar	1			
<b>Ministério da Educação</b>	<b>7</b>			<b>7</b>
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.	1			
Direção-Geral da Administração Escolar	1			
Direção-Geral da Educação	1			
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	1			
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	1			
Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.	1			
Parque Escolar, E.P.E.	1			
<b>Ministério da Justiça</b>	<b>4</b>			<b>4</b>
Direção-Geral da Administração da Justiça	1			
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.	1			
Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.	1			
Polícia Judiciária - Direção Nacional	1			
<b>Ministério da Saúde</b>	<b>2</b>			<b>2</b>
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E.	1			
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
<b>Ministério das Finanças</b>	<b>8</b>			<b>8</b>
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.	1			
Águas do Algarve, S. A.	1			
Águas do Centro Litoral, S. A.	1			
Águas do Norte, S. A.	1			
Águas do Tejo Atlântico, S. A.	1			
Autoridade Tributária e Aduaneira	1			
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	1			
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A.	1			
<b>Ministério das Infraestruturas</b>	<b>1</b>			<b>1</b>
Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas	1			
<b>Ministério das Infraestruturas e da Habitação</b>	<b>5</b>			<b>5</b>
Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A.	1			
Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação	1			
Infraestruturas de Portugal, S. A.	1			
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.	1			
Metro - Mondego, S. A.	1			
<b>Ministério do Ambiente e da Ação Climática</b>	<b>7</b>			<b>7</b>
ADENE - Agência para a Energia	1			
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.	1			
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A.	1			
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.	1			
Metro do Porto, S. A.	1			
Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Ação Climática	1			
TRANSTEJO - Transportes Tejo, S. A.	1			
<b>Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social</b>	<b>7</b>			<b>7</b>
Fundação INATEL	1			
Instituto da Segurança Social, I. P.	1			
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.	1			
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	1			
Instituto de Informática, I. P. - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1			
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	1			
Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.	1			
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros</b>	<b>3</b>			<b>3</b>
Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E.	1			
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.	1			
Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	1			
<b>Presidência do Conselho de Ministros</b>	<b>4</b>			<b>4</b>
Agência para a Modernização Administrativa, I. P.	1			
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.	1			
Instituto Português do Desporto e da Juventude, I. P.	1			
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	1			
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>350</b> *

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Visto	ARF	Auditoria	T
-------------------	-------	-----	-----------	---

Este total não inclui duplicações resultantes do controlo por mais que uma tipologia de ação \*  
Entidade controlada por mais que uma tipologia de ação

(cont.)

Sede - Em ações de auditoria, ARF, APP, verificação externa e interna de contas, outras ações de controlo (OAC)

### Síntese

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade											Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	VIC	VIC		
<b>Autarquias Locais</b>										335	21	335	*
<b>Encargos Gerais do Estado</b>		3		2								5	
<b>Ministério da Administração Interna</b>				1				1				2	
<b>Ministério da Agricultura e da Alimentação</b>	1		2					2				3	*
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</b>	8		15			33		1				55	*
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério da Educação</b>						2						2	
<b>Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em coordenação com o Ministro do Mar e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação</b>						1						1	
<b>Ministério da Coesão Territorial</b>	1							5				6	
<b>Ministério da Cultura</b>		1	1									1	*
<b>Ministério da Defesa Nacional</b>			19	4	21							22	*
<b>Ministério da Economia e do Mar</b>	3		5				6	2				14	*
<b>Ministério da Educação</b>	1		23			5		1				29	*
<b>Ministério da Educação e Ciência</b>			1									1	
<b>Ministério da Justiça</b>	1		1	1								3	
<b>Ministério da Saúde</b>	4		14		7							21	*
<b>Ministério das Finanças</b>	18		69				8	3				90	*
<b>Ministério das Infraestruturas e da Habitação</b>	2		6				5	1				11	*
<b>Ministério do Ambiente e da Ação Climática</b>	5		1					2				8	
<b>Ministério do Planeamento</b>			1									1	
<b>Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social</b>	12	2	11		5							24	*
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros</b>			7	10								16	*
<b>Presidência do Conselho de Ministros</b>	3		10					2				14	*
<b>Secretaria Regional da Solidariedade Social</b>	1											1	
<b>Secretaria Regional das Finanças</b>			4									4	
<b>Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas</b>								1				1	
<b>Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania</b>	1											1	
<b>Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas</b>								1				1	
<b>Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia</b>								1				1	
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>175</b>	<b>35</b>	<b>12</b>	<b>41</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>335</b>	<b>21</b>	<b>673</b>	<b>*</b>

Entidade objeto de controlo por mais que uma Área de Responsabilidade

O número de entidades incluídas na coluna "total" não corresponde à soma das parcelas, uma vez que, nas Áreas de Responsabilidade se incluem todas as entidades abrangidas nas ações, enquanto no "total" cada entidade objeto de controlo só é contabilizada uma vez

## Detalhe

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total	
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC		
<b>Autarquias Locais</b>									335	21	335 *
AMADORA INOVATION, E. M., Unipessoal, Lda									1	1	
AMBIFARO - Gestão de Equipamentos Municipais, E. M.									1		
AR - Águas do Ribatejo, E. I. M., S. A.									1	1	
Assembleia Distrital de Lisboa									1	1	
Freguesia de Arcozelo - Ponte de Lima									1	1	
Freguesia de Lomba - Gondomar									1	1	
Freguesia de Vila Franca de Xira - Vila Franca de Xira									1		
Município da Amadora									1		
Município da Anadia									1		
Município da Azambuja									1		
Município da Batalha									1		
Município da Chamusca									1		
Município da Covilhã									1		
Município da Fronteira									1		
Município da Golegã									1	1	
Município da Guarda									1		
Município da Lagoa									1		
Município da Lourinhã									1		
Município da Lousã									1		
Município da Maia									1		
Município da Marinha Grande									1		
Município da Mealhada									1		
Município da Moita									1		
Município da Nazaré									1	1	
Município da Pampilhosa da Serra									1		
Município da Póvoa de Lanhoso									1		
Município da Póvoa de Varzim									1		
Município da Sertã									1		
Município da Trofa									1		
Município da Vidigueira									1		
Município das Caldas da Rainha									1		
Município de Abrantes									1		
Município de Águeda									1		
Município de Aguiar da Beira									1		
Município de Albergaria-a-Velha									1		
Município de Albufeira									1		
Município de Alcácer do Sal									1		
Município de Alcanena									1		
Município de Alcobça									1		
Município de Alcochete									1		

(cont.)



(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Município de Alcoutim									1	
Município de Alenquer									1	
Município de Alfândega da Fé									1	
Município de Alijó									1	
Município de Aljezur									1	
Município de Aljustrel									1	
Município de Almada									1	
Município de Almeida									1	
Município de Almeirim									1	
Município de Almodôvar									1	
Município de Alpiarça									1	1
Município de Alter do Chão									1	
Município de Alvaiázere									1	
Município de Amarante									1	
Município de Amares									1	
Município de Ansião									1	
Município de Arcos de Valdevez									1	
Município de Arganil									1	
Município de Armamar									1	
Município de Arouca									1	
Município de Arraiolos									1	
Município de Arronches									1	
Município de Arruda dos Vinhos									1	
Município de Aveiro									1	
Município de Avis									1	
Município de Baião									1	
Município de Barcelos									1	
Município de Barrancos									1	
Município de Beja									1	
Município de Belmonte									1	
Município de Benavente									1	
Município de Borba									1	
Município de Boticas									1	
Município de Braga									1	
Município de Bragança									1	
Município de Cabeceiras de Basto									1	
Município de Caminha									1	
Município de Campo Maior									1	
Município de Cantanhede									1	
Município de Carraceda de Ansiães									1	
Município de Carregal do Sal									1	
Município de Cascais									1	
Município de Castanheira de Pêra									1	
Município de Castelo Branco									1	

(cont.)

(cont.) Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Município de Castelo de Paiva									1	
Município de Castelo de Vide									1	
Município de Castro Daire									1	
Município de Castro Marim									1	
Município de Castro Verde									1	
Município de Celorico da Beira									1	
Município de Celorico de Basto									1	
Município de Chaves									1	
Município de Cinfães									1	
Município de Coimbra									1	
Município de Condeixa-a-Nova									1	
Município de Constância									1	
Município de Coruche									1	
Município de Cuba									1	
Município de Elvas									1	1
Município de Espinho									1	
Município de Esposende									1	
Município de Estarreja									1	
Município de Estremoz									1	
Município de Évora									1	
Município de Fafe									1	
Município de Faro									1	
Município de Felgueiras									1	
Município de Ferreira do Alentejo									1	
Município de Ferreira do Zêzere									1	
Município de Figueira da Foz									1	
Município de Figueira de Castelo Rodrigo									1	
Município de Figueiró dos Vinhos									1	
Município de Fornos de Algodres									1	
Município de Freixo de Espada à Cinta									1	
Município de Góis									1	
Município de Gondomar									1	
Município de Gouveia									1	
Município de Grândola									1	
Município de Guimarães									1	
Município de Idanha-a-Nova									1	
Município de Ílhavo									1	
Município de Lagos									1	
Município de Lamego									1	
Município de Leiria									1	
Município de Lisboa									1	
Município de Loulé									1	
Município de Loures									1	1
Município de Lousada									1	

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Município de Mação									1	
Município de Macedo de Cavaleiros									1	
Município de Mafra									1	
Município de Mangualde									1	
Município de Manteigas									1	
Município de Marco de Canaveses									1	
Município de Marvão									1	
Município de Matosinhos									1	
Município de Mêda									1	
Município de Melgaço									1	
Município de Mértola									1	
Município de Mesão Frio									1	
Município de Mira									1	
Município de Miranda do Corvo									1	
Município de Miranda do Douro									1	
Município de Mirandela									1	
Município de Mogadouro									1	
Município de Moimenta da Beira									1	
Município de Monção									1	
Município de Monchique									1	
Município de Mondim de Basto									1	
Município de Monforte									1	
Município de Montalegre									1	
Município de Montemor-o-Novo									1	
Município de Montemor-o-Velho									1	
Município de Mora									1	
Município de Mortágua									1	
Município de Murça									1	
Município de Nelas									1	
Município de Odemira									1	
Município de Odivelas									1	
Município de Oeiras									1	
Município de Oleiros									1	
Município de Olhão									1	
Município de Oliveira de Azeméis									1	
Município de Oliveira de Frades									1	
Município de Oliveira do Bairro									1	
Município de Oliveira do Hospital									1	
Município de Ourém									1	
Município de Ourique									1	
Município de Ovar									1	1
Município de Paços de Ferreira									1	
Município de Palmela									1	
Município de Paredes									1	

(cont.)

(cont.) Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Município de Paredes de Coura									1	
Município de Pedrógão Grande									1	
Município de Penacova									1	
Município de Penafiel									1	
Município de Penalva do Castelo									1	
Município de Penamacor									1	
Município de Penedono									1	
Município de Penela									1	
Município de Peniche									1	
Município de Peso da Régua									1	
Município de Pinhel									1	
Município de Pombal									1	
Município de Ponte da Barca									1	
Município de Ponte de Lima									1	
Município de Ponte de Sor									1	
Município de Portalegre									1	
Município de Portel									1	
Município de Portimão									1	
Município de Porto de Mós									1	
Município de Proença-a-Nova									1	
Município de Reguengos de Monsaraz									1	
Município de Resende									1	
Município de Ribeira de Pena									1	
Município de Rio Maior									1	
Município de Sabrosa									1	
Município de Salvaterra de Magos									1	
Município de Santa Comba Dão									1	
Município de Santa Maria da Feira									1	
Município de Santa Marta de Penaguião									1	
Município de Santarém									1	
Município de Santiago do Cacém									1	
Município de Santo Tirso									1	
Município de São Brás de Alportel									1	
Município de São João da Madeira									1	
Município de São João da Pesqueira									1	
Município de São Pedro do Sul									1	
Município de Sátão									1	
Município de Seia									1	
Município de Sernancelhe									1	
Município de Serpa									1	
Município de Sesimbra									1	
Município de Setúbal									1	
Município de Sever do Vouga									1	
Município de Silves									1	

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Município de Sines									1	1
Município de Sintra									1	1
Município de Soure									1	
Município de Sousel									1	
Município de Tábua									1	
Município de Tabuaço									1	
Município de Tarouca									1	
Município de Tavira									1	
Município de Terras de Bouro									1	
Município de Tomar									1	
Município de Tondela									1	1
Município de Torre de Moncorvo									1	
Município de Torres Novas									1	
Município de Torres Vedras									1	
Município de Trancoso									1	
Município de Vagos									1	
Município de Vale de Cambra									1	
Município de Valença									1	
Município de Valongo									1	
Município de Valpaços									1	
Município de Vendas Novas									1	
Município de Viana do Alentejo									1	
Município de Viana do Castelo									1	
Município de Vieira do Minho									1	
Município de Vila de Rei									1	
Município de Vila do Bispo									1	
Município de Vila do Conde									1	
Município de Vila Flor									1	
Município de Vila Franca de Xira									1	
Município de Vila Nova da Barquinha									1	
Município de Vila Nova de Cerveira									1	
Município de Vila Nova de Famalicão									1	
Município de Vila Nova de Foz Côa									1	
Município de Vila Nova de Gaia									1	
Município de Vila Nova de Paiva									1	
Município de Vila Nova de Poiares									1	
Município de Vila Pouca de Aguiar									1	
Município de Vila Real									1	1
Município de Vila Real de Santo António									1	1
Município de Vila Velha de Ródão									1	
Município de Vila Verde									1	
Município de Vila Viçosa									1	
Município de Vinhais									1	
Município de Viseu									1	

(cont.)

(cont.) Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Município de Vizela									1	
Município de Vouzela									1	
Município do Alandroal									1	
Município do Alvito									1	
Município do Barreiro									1	
Município do Bombarral									1	
Município do Cadaval									1	
Município do Cartaxo									1	
Município do Crato									1	
Município do Entroncamento									1	
Município do Fundão									1	
Município do Gavião									1	
Município do Montijo									1	
Município do Porto									1	
Município do Redondo									1	
Município do Sabugal									1	
Município do Sardoal									1	
Município do Seixal									1	1
Município do Sobral de Monte Agraço									1	
Município do Vimioso									1	
Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento									1	1
Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora									1	
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas									1	1
Serviços Municipalizados - Município da Guarda									1	
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Braga - Editora do Correio do Minho									1	
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Espinho									1	
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros									1	
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponte de Sôr									1	
Serviços Municipalizados de Água da Câmara Municipal de Portimão									1	
Serviços Municipalizados de Água do Município de Seia									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Guimarães									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Ovar									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Braga									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Coimbra									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Esposende									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Gondomar									1	

(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Ílhavo									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Vila Real									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município da Figueira da Foz									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município das Caldas da Rainha									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Alcobaça									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Anadia									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Leiria									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mafra									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Matosinhos									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Mirandela									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Sintra									1	1
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Torres Vedras									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Vila do Conde									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Vila Franca de Xira									1	
Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento do Município de Santo Tirso									1	
Serviços Municipalizados de Água, Eletricidade e Saneamento do Município de Valongo									1	
Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Eletricidade do Município de Castelo Branco									1	
Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Limpeza da Câmara Municipal de Faro									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Cascais									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal do Porto									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município de Tomar									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município do Montijo									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes do Município de Portalegre									1	
Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento do Município da Maia									1	
Serviços Municipalizados de Saneamento Básico do Município de Viana do Castelo									1	
Serviços Municipalizados de Setúbal									1	

(cont.)

(cont.)	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Tutela / Entidade			VIC						VIC	
Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Município do Barreiro									1	
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos da Câmara Municipal de Braga									1	
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos do Município de Coimbra									1	
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos e Estacionamento Tarifado da Câmara Municipal de Évora									1	
Serviços Municipalizados de Transportes, Habitação e Turismo do Município de Vila Nova de Cerveira									1	
Serviços Municipalizados do Município da Nazaré									1	1
Serviços Municipalizados do Município de Aveiro									1	
Serviços Municipalizados do Município de Santarém									1	
Serviços Municipalizados do Município de Viseu									1	
Teatro Municipal de Faro - Serviço Municipalizado									1	
<b>Encargos Gerais do Estado</b>		<b>3</b>		<b>2</b>						<b>5</b>
Assembleia da República				1						
Cofre do Tribunal de Contas - Sede		1								
Grupo Público - Tribunal de Contas		1								
Presidência da República				1						
Tribunal de Contas		1								
<b>Ministério da Administração Interna</b>				<b>1</b>				<b>1</b>		<b>2</b>
Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana				1						
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna								1		
<b>Ministério da Agricultura e da Alimentação</b>	<b>1</b>		<b>2</b>					<b>2</b>		<b>3</b> *
Comissão de Coordenação Nacional do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)								1		
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.			1							
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.	<b>1</b>		<b>1</b>					<b>1</b>		
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</b>	<b>8</b>		<b>15</b>			<b>33</b>		<b>1</b>		<b>55</b> *
Academia das Ciências de Lisboa			1							
Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior						1				
Agência Espacial Portuguesa Portugal Space	1									
Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação								1		
APCTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark)			1							
Associação Centro Ciência Viva do Alviela			1							
Associação Porto Business School (PBS) - U. Porto			1							
Centro Ciência Viva do Algarve			1							
Centro Ciência Viva do Lousal			1							
Centro Científico e Cultural de Macau, I. P.			1							
Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra			1							
CIÊNCIA VIVA - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica			1							



(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Direção-Geral do Ensino Superior	1					1				
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra						1				
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa						1				
Escola Superior de Enfermagem do Porto						1				
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril						1				
Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa	1									
Faculdade de Motricidade Humana - Universidade de Lisboa	1									
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	1									
IMAR - Instituto do Mar	1									
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa			1							
Instituto Politécnico da Guarda						1				
Instituto Politécnico de Beja						1				
Instituto Politécnico de Bragança						1				
Instituto Politécnico de Castelo Branco						1				
Instituto Politécnico de Coimbra						1				
Instituto Politécnico de Leiria			1			1				
Instituto Politécnico de Lisboa						1				
Instituto Politécnico de Portalegre						1				
Instituto Politécnico de Santarém						1				
Instituto Politécnico de Setúbal						1				
Instituto Politécnico de Tomar						1				
Instituto Politécnico de Viana do Castelo						1				
Instituto Politécnico de Viseu						1				
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (Fundação)						1				
Instituto Politécnico do Porto						1				
ISCTE – IUL (Fundação)						1				
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Reitoria			1							
Serviços de Ação Social Escolar - Instituto Politécnico de Viseu			1							
Universidade Aberta						1				
Universidade da Beira Interior						1				
Universidade de Aveiro (Fundação)						1				
Universidade de Aveiro - Reitoria	1									
Universidade de Coimbra						1				
Universidade de Évora						1				
Universidade de Évora - Reitoria			1							
Universidade de Lisboa						1				
Universidade de Trás os Montes e Alto Douro						1				
Universidade do Algarve						1				
Universidade do Minho (Fundação)						1				
Universidade do Porto (Fundação)						1				
Universidade Nova de Lisboa (Fundação)						1				
Universidade do Porto - Reitoria	1									

(cont.)

(cont.)	Área de Responsabilidade									Total	
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX		
Tutela / Entidade	VIC										
UPTEC - Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela			1								
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério da Educação</b>						2					2
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência						1					
Secretaria Geral da Educação e Ciência						1					
<b>Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em coordenação com o Ministro do Mar e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação</b>						1					1
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique						1					
<b>Ministério da Coesão Territorial</b>	1							5			6
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo								1			
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve								1			
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro								1			
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo								1			
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte								1			
Direção-Geral das Autarquias Locais	1										
<b>Ministério da Cultura</b>		1		1							1 *
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.		1		1							
<b>Ministério da Defesa Nacional</b>			19	4	21						22 *
Arsenal do Alfeite, S. A.			1		1						
Direção-Geral de Política de Defesa Nacional			1		1						
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional			1		1						
EMPORDEF - Tecnologias de Informação, S. A.			1		1						
EMPORDEF Engenharia Naval, S. A. - Em Liquidação			1		1						
Estado-Maior da Força Aérea					1						
Estado-Maior-General das Forças Armadas			1		1						
Exército			1	1	1						
Extra - Explosivos da Trafaria, S. A.			1		1						
Força Aérea			1	1	1						
Gabinete da Ministra da Defesa Nacional			1		1						
Gabinete da Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes			1		1						
Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional			1		1						
IDD - PORTUGAL DEFENCE, S. A.			1		1						
Inspeção-Geral da Defesa Nacional			1		1						
Instituto da Defesa Nacional				1	1						
Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.				1							
Instituto Hidrográfico (Marinha)			1		1						
Instituto Português da Conjuntura Estratégica			1		1						
Marinha			1		1						
Polícia Judiciária Militar			1		1						
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional			1		1						

(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
<b>Ministério da Economia e do Mar</b>	<b>3</b>		<b>5</b>				<b>6</b>	<b>2</b>		<b>14</b> *
Banco Português de Fomento, S. A.	1						1			
Comissão de Coordenação para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA)								1		
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos								1		
ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S. A.			1							
FERCONSULT - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S. A.			1							
Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME - IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.			1							
Gabinete do Ministro da Economia e do Mar							1			
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.							1			
Instituto do Turismo de Portugal, I. P.	1						1			
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S. A.			1							
Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A. C. E.	1									
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A. C. E. - Em Liquidação			1							
PORTUGAL 2020 - Autoridade de Gestão do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização							1			
TF Turismo Fundos - SGOIC, S.A.							1			
<b>Ministério da Educação</b>	<b>1</b>		<b>23</b>			<b>5</b>		<b>1</b>		<b>29</b> *
Agência Nacional Erasmus+ Juventude/Desporto e Corpo Europeu de Solidariedade								1		
Agrupamento de Escolas de D. Maria II - Braga (150990)			1							
Agrupamento de Escolas Aqua Alba, Agualva - Cacém - Sintra (171219)			1							
Agrupamento de Escolas de Albufeira - Faro (145385)			1							
Agrupamento de Escolas de Aljustrel - Beja (135367)			1							
Agrupamento de Escolas de António Gedeão - Almada - Setúbal (170940)			1							
Agrupamento de Escolas de D. Afonso Henriques - Santarém(170409)			1							
Agrupamento de Escolas de Diogo Cão - Vila Real (152869)			1							
Agrupamento de Escolas de Francisco Simões-Laranjeiro-Almada (172406)			1							
Agrupamento de Escolas de Gafanha da Encarnação - Ilhavo - Aveiro (160970)			1							
Agrupamento de Escolas de Macedo Cavaleiros - Bragança (150526)			1							
Agrupamento de Escolas de Montelongo - Fafe - Porto (150496)			1							
Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos - Oeiras - Lisboa (171827)			1							
Agrupamento de Escolas de Romeu Correia - Almada - Setúbal (170951)			1							
Agrupamento de Escolas de Terras de Larus, Seixal - Setúbal (171270)			1							

(cont.)

(cont.)	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Tutela / Entidade			VIC						VIC	
Agrupamento de Escolas de Vagos - Aveiro (161070)			1							
Agrupamento de Escolas do Padre Benjamim Salgado - Vila Nova de Famalicão - Braga(150800)			1							
Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva Cantanhede - Coimbra (161240)			1							
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes - Santarém (170320)			1							
Agrupamento de Escolas N.º 1 de Beja - (135021)			1							
Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade - Oleiros - Castelo Branco (160489)			1							
Direção-Geral da Administração Escolar							1			
Direção-Geral da Educação							1			
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	1						1			
Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional - Lisboa							1			
Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos - Aveiro (404299)			1							
Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, Valadares, Vila Nova de Gaia - Porto (401468)			1							
Instituto de Avaliação Educativa							1			
TAGUSPARK - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S. A.			1							
<b>Ministério da Educação e Ciência</b>			1							1
Agrupamento de Escolas de D. Miguel de Almeida, Abrantes - Santarém (170320)			1							
<b>Ministério da Justiça</b>	1		1	1						3
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais				1						
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.	1									
Tribunal da Relação de Évora			1							
<b>Ministério da Saúde</b>	4		14		7					21 *
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.					1					
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.	1				1					
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.			1		1					
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.					1					
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.					1					
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.					1					
Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.			1							
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	1									
Centro Hospitalar Universitário do Porto, E.P.E.			1							
Direção-Geral da Saúde					1					
Hospital de Garcia de Orta, E.P.E.			1							
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.			1							
Hospital do Espírito Santo de Évora, E.P.E.			1							
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E.			1							
Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.			1							
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I. P.			1							

(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.	1		1							
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E.	1		1							
Ordem dos Médicos Dentistas			1							
Ordem dos Nutricionistas			1							
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.			1							
<b>Ministério das Finanças</b>	<b>18</b>		<b>69</b>				<b>8</b>	<b>3</b>		<b>90</b> *
A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S. A.			1							
ADP Valor - Serviços Ambientais, S. A.	1		1							
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.	1						1	1		
Águas de Santo André, S. A.	1									
Águas do Centro Litoral, S. A.			1							
Águas do Vale do Tejo, S. A.			1							
Alfândega do Aeroporto do Porto - Porto			1							
Autoridade Tributária e Aduaneira	1							1		
Banco de Portugal							1			
BANIF - Imobiliária, S. A.	1									
Direção-Geral do Orçamento	1						1	1		
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	1									
Direção-Geral do Tesouro e Finanças - Despesas Excepcionais (Capítulo 60.º)	1									
ESTAMO - Participações Imobiliárias, S. A.	1									
FRME - Fundo Para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, SGPS, S. A.	1									
Fundo de Resolução	1						1			
Gabinete do Ministro das Finanças	1						1			
Grupo Público - Banco Português de Fomento, S. A.							1			
Imofundos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo S.A.	1									
Inspeção-Geral de Finanças	1									
Novo Banco, S. A.							1			
OITANTE, S. A.	1									
PARBANCA, SGPS, S. A. (Zona Franca da Madeira)	1									
PARVALOREM, S. A.	1									
SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S. A.	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Aveiro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Braga			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Coimbra			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Odivelas - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Porto			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Setúbal			1							

(cont.)

(cont.) Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão 1 - Laranjeiras - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Abrantes - Santarém			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Albergaria-a-Velha - Aveiro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Albufeira - Faro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcácer do Sal - Setúbal			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcochete - Setúbal			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alfândega da Fé - Bragança			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aljustrel - Beja			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almada 1 - Almada - Setúbal			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almada 3 - Costa da Caparica - Almada - Setúbal			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amadora 2 - Amadora - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amadora 3 - Amadora - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ansião - Leiria			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arganil - Coimbra			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aveiro 2 - Aveiro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barcelos - Braga			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barreiro - Setúbal			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Beja - Beja			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Bombarral - Leiria			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Braga 1 - Braga			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Braga 2 - Braga			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Bragança - Bragança			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Carrazeda de Ansiães - Bragança			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castelo Branco 2 - Castelo Branco			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Elvas - Portalegre			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Esposende - Braga			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Estremoz - Évora			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Évora - Évora			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Fafe - Braga			1							

(cont.)

(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Faro - Faro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Feira 3 - Santa Maria da Feira - Aveiro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Felgueiras - Porto			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Figueira da Foz 1 - Figueira da Foz - Coimbra			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Figueira da Foz 2 - Buarcos - Figueira da Foz - Coimbra			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gondomar 1 - Gondomar - Porto			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Guimarães 1 - Braga			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lagoa - Faro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lagoa - Ponta Delgada			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lamego - Viseu			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Leiria 2 - Leiria			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 1 - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 10 - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 11 - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 6 (anterior 14) - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 8 - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loulé 1 - Loulé - Faro			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loures 1 - Loures - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loures 4 - Sacavém - Loures - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lourinhã - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mafra - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mangualde - Viseu			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Marco de Canaveses - Porto			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Marinha Grande - Leiria			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mira - Coimbra			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Moimenta da Beira - Viseu			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Peso da Régua - Vila Real			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sintra 4 - Queluz - Sintra - Lisboa			1							
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Valpaços - Vila Real			1							

(cont.)

(cont.) Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III VIC	IV	V	VI	VII	VIII	IX VIC	
Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos							1			
<b>Ministério das Infraestruturas e da Habitação</b>	<b>2</b>		<b>6</b>				<b>5</b>	<b>1</b>		<b>11</b> *
Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A.			1							
APA - Administração do Porto de Aveiro, S. A.			1							
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.			1							
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A.			1							
Fundo para o Serviço Público de Transportes			1							
Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação							1			
Grupo Público - Infraestruturas de Portugal, S. A.							1			
Infraestruturas de Portugal, S. A.	1						1			
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.	1						1	1		
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.			1							
Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.							1			
<b>Ministério do Ambiente e da Ação Climática</b>	<b>5</b>		<b>1</b>					<b>2</b>		<b>8</b>
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.							1			
Fundo Ambiental - Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente	1									
Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético	1									
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.								1		
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.			1							
Metro do Porto, S. A.	1									
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	1									
TRANSTEJO - Transportes Tejo, S. A.	1									
<b>Ministério do Planeamento</b>			<b>1</b>							<b>1</b>
PORTUGAL 2020 - Estrutura de Missão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020)			1							
<b>Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>11</b>		<b>5</b>					<b>24</b> *
Caixa Geral de Aposentações, I. P.	1									
CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas			1	1						
Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição				1						
Centro de Formação Profissional para a Indústria de Cerâmica			1							
Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins			1							
Fundação INATEL			1							
Fundo de Cobrança Executiva da Segurança Social (FCE)	1									
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social	1									
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho			1							
Fundo de Garantia Salarial - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	1									



(cont.)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
			VIC						VIC	
Fundo de Socorro Social - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	1									
Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais da Banca e dos Casinos	1									
Gabinete da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1									
Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social			1							
Instituto da Segurança Social, I. P.	1		1		1					
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.	1									
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	1				1					
Instituto de Informática, I. P. - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1		1							
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	1				1					
O Lar do Comércio					1					
Santa Casa da Misericórdia de Cascais					1					
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa			1							
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Departamento de Jogos			1							
Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social			1							
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros</b>			<b>7</b>	<b>10</b>						<b>16</b> *
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Díli - Timor - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Luanda - Angola - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Maputo - Moçambique - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Paris - França - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Pequim - China - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Português da Cooperação em Luanda - Angola - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Português da Cooperação em Maputo - Moçambique - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Consulado-Geral de Portugal em Genebra - Suíça			1							
Consulado-Geral de Portugal em Macau - China			1							
Consulado-Geral de Portugal no Rio de Janeiro - Brasil			1							
Embaixada de Portugal em Berlim - Alemanha			1							
Embaixada de Portugal em Berna - Suíça			1							
Embaixada de Portugal em Luanda - Angola			1							
Estrutura de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro - Reino Unido e Ilhas do Canal				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - França			1	1						
<b>Presidência do Conselho de Ministros</b>	<b>3</b>		<b>10</b>					<b>2</b>		<b>14</b> *
ACM, I. P. - Gestor do Programa Escolhas			1							

(cont.)

(cont.) Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade											Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	VIC		
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.	1							1				
Centro de Competências Jurídicas do Estado - JurisAPP			1									
Centro de Gestão da Rede Informática do Governo			1									
Centro Jurídico - Presidência do Conselho de Ministros (CEJUR)			1									
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género			1									
EMRP – Estrutura de Missão «Recuperar Portugal								1				
Entidade Contabilística «Gestão Administrativa e Financeira» - Presidência do Conselho de Ministros			1									
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.	1											
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento	1											
Gabinete Nacional de Segurança			1									
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros			1									
Sistema de Segurança Interna			1									
Unidade de Missão para a Valorização do Interior			1									
<b>Secretaria Regional da Solidariedade Social</b>	<b>1</b>											<b>1</b>
Instituto da Segurança Social dos Açores, I. P. R. A.	1											
<b>Secretaria Regional das Finanças</b>			<b>4</b>									<b>4</b>
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão			1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Câmara de Lobos			1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Funchal			1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Machico			1									
<b>Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas</b>									1			<b>1</b>
Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM									1			
<b>Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania</b>	<b>1</b>											<b>1</b>
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	1											
<b>Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas</b>									1			<b>1</b>
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas									1			
<b>Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia</b>									1			<b>1</b>
Direção Regional de Políticas Marítimas									1			
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>175</b>	<b>35</b>	<b>12</b>	<b>41</b>	<b>19</b>	<b>23</b>	<b>335</b>	<b>21</b>	<b>673</b>

Entidade objeto de controlo por mais que uma Área de Responsabilidade

O número de entidades incluídas na coluna “total” não corresponde à soma das parcelas, uma vez que, nas Áreas de Responsabilidade se incluem todas as entidades abrangidas nas ações, enquanto no “total” cada entidade objeto de controlo só é contabilizada uma vez

## Entidades controladas pela Secção Regional dos Açores

Tutela/Entidade	Visto	VIC	Auditoria	T
<b>Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores</b>			1	1
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores			1	
<b>Autarquias Locais</b>	5	11	1	17
Freguesia de Cedros		1		
Freguesia da Feteira - Horta		1		
Freguesia da Matriz - Horta		1		
Freguesia da Praia do Almoxarife - Horta		1		
Freguesia da Praia do Norte - Horta		1		
Freguesia da Ribeirinha - Horta		1		
Freguesia de Pedro Miguel - Horta		1		
Freguesia de Rosto do Cão (S. Roque) - Ponta Delgada			1	
Freguesia de Santa Cruz das Flores - Santa Cruz das Flores		1		
Freguesia do Capelo - Horta		1		
Freguesia dos Flamengos - Horta		1		
Município da Horta	1			
Município da Praia da Vitória	1			
Município da Ribeira Grande	1			
Freguesia do Salão - Horta		1		
Município das Velas	1			
Município de Vila Franca do Campo	1			
<b>Presidência do Governo Regional</b>	1		1	2
Direção Regional das Comunicações e da Transição Digital	1			
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico			1	
<b>7Encargos Gerais do Estado</b>			1	1
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1	
<b>Instituição sem fins lucrativos pública</b>		4		4
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira		1		
Associação Regional de Turismo - Turismo dos Açores		1		
Escola de Novas Tecnologias dos Açores		1		
INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores		1		
<b>Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural</b>	1		1	2
Gabinete do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	1			
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural			1	
<b>Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas</b>	1	1		2
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas	1			
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores		1		
<b>Secretaria Regional da Saúde e Desporto</b>	1	3	1	4
Hospital da Horta, E.P.E.R.		1		
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.		1	1	
Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R.		1		
Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel	1			
<b>Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública</b>			1	1
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública			1	
<b>Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais</b>	1	17		18

(cont.)

(cont.)

Tutela/Entidade	Visto	VIC	Auditoria	T
Fundo Escolar da EBI Canto da Maia		1		
Fundo Escolar da EBI da Maia		1		
Fundo Escolar da EBI da Ribeira Grande		1		
Fundo Escolar da EBI de Água de Pau		1		
Fundo Escolar da EBI de Angra do Heroísmo		1		
Fundo Escolar da EBI de Arrifes		1		
Fundo Escolar da EBI de Biscoitos		1		
Fundo Escolar da EBI de Ginetes		1		
Fundo Escolar da EBI de Rabo de Peixe		1		
Fundo Escolar da EBI Roberto Ivens		1		
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária das Flores		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Antero de Quental		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária da Ribeira Grande		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária das Laranjeiras		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Manuel de Arriaga		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Vitorino Nemésio		1		
Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais	1			
<b>Secretaria Regional do Mar e das Pescas</b>	<b>1</b>			<b>1</b>
Direção Regional de Políticas Marítimas	1			
<b>Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas</b>	<b>1</b>		<b>2</b>	<b>3</b>
Direção Regional da Energia			1	
Gabinete do Secretário Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas	1			
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas			1	
<b>Sector Público Empresarial Local</b>		<b>3</b>		<b>4</b> *
Empresa de Transportes Coletivos da Ilha Graciosa		1		
Nordeste Ativo, E. M., S. A.		1		
Praia Ambiente, S. A., E. M.		1		
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha da Terceira, E. M.	1			
<b>Sector Público Empresarial Regional</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>10</b> *
Atlânticoline, S. A.		1	1	
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.		1		
A. Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S. A.		1		
Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, S. A.	1			
Naval-Canal - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda		1		
Portos dos Açores, S. A.		1		
Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda		1		
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda		1		
Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER		1		
Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos		1		
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>48</b>	<b>10<sup>a)</sup></b>	<b>70</b>

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma forma de controlo \*

a) Inclui entidades em ações de auditorias, pareceres sobre as Contas (AR, ALRA e ALRM), APP, ARF e VEC Entidade objeto de controlo por mais que uma forma

(cont.)

## Entidades controladas pela Secção Regional da Madeira

Tutela/Entidade	Visto	VIC	Auditoria	T
<b>Autarquias Locais</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>12</b> *
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira		1		
Município da Calheta	1	1		
Município da Ponta do Sol	1	1		
Município da Ribeira Brava	1	1		
Município de Câmara de Lobos	1	1		
Município de Santa Cruz		1	1	
Município de Santana		1		
Município de São Vicente	1	1		
Município do Funchal	1	1		
Município do Machico		1		
Município do Porto Moniz	1	1		
Município do Porto Santo		1		
<b>Encargos Gerais do Estado</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Cofre da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira		1		
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</b>		<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b> *
Serviços de Ação Social - Universidade da Madeira		1		
Universidade da Madeira		1	1	
<b>Ministério das Finanças</b>		<b>1</b>		<b>1</b>
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega do Funchal		1		
<b>Presidência do Governo Regional</b>		<b>1</b>		<b>1</b>
Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo		1		
<b>Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais</b>		<b>1</b>		<b>1</b>
Conselho Económico e da Concertação Social da RAM		1		
<b>Secretaria Regional das Finanças</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
Direção Regional de Administração da Justiça		1		
Direção Regional de Informática	1			
Direção Regional do Orçamento e Tesouro			1	
Direção Regional do Património	1			
Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira		1		
Grupo Público Empresarial do Estado - Empresa de Eletricidade da Madeira	1			
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM		1		
Tesoureiro do Governo Regional da Madeira			1	
<b>Secretaria Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural</b>	<b>1</b>	<b>1</b>		<b>2</b>
GESBA - Empresa de Gestão do Setor da Banana, Lda	1			
IVBAM - Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM		1		

(cont.)

(cont.)

Tutela/Entidade	Visto	VIC	Auditoria	T
<b>Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas</b>	<b>2</b>	<b>1</b>		<b>3</b>
ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A.	1			
Gabinete do Secretário Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas	1			
Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM		1		
<b>Secretaria Regional de Economia</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	1			
Instituto do Desenvolvimento Empresarial da Madeira, IP-RAM		1		
Madeira Parques Empresariais, Sociedade Gestora, S. A.			1	
Secretaria Regional de Economia	1			
<b>Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia</b>	<b>1</b>	<b>28</b>	<b>1</b>	<b>29</b> *
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira - Eng.º Luíz Peter Clode		1		
Escola Básica com Pré-escolar de Santo António e Curral das Freiras		1		
Escola Básica com Pré-Escolar e Creche do Caniçal		1		
Escola Básica com Pré-Escolar e Creche Dr. Alfredo Ferreira de Nóbrega Júnior		1		
Escola Básica do 123/PE Bartolomeu Perestrelo		1		
Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos com Pré-Escolar do Porto da Cruz		1		
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro		1		
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves de Andrade, Campanário		1		
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos da Torre		1		
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos		1		
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos dos Louros - Funchal		1		
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia		1		
Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral		1		
Escola Básica e Secundária com Pré-escolar da Calheta		1		
Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz		1		
Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade		1		
Escola Básica e Secundária da Ponta do Sol		1	1	
Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco		1		
Escola Básica e Secundária de Machico		1		
Escola Básica e Secundária de Santa Cruz		1		
Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva		1		
Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas		1		
Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares		1		
Escola Básica e Secundária Prof. Dr. Francisco de Freitas Branco, Porto Santo		1		
Escola dos 2º e 3º Ciclos do Caniço		1		
Escola Secundária de Francisco Franco		1		
Escola Secundária de Jaime Moniz		1		
Instituto para a Qualificação, IP-RAM		1		
Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia	1			

(cont.)

(cont.)

Tutela/Entidade	Visto	VIC	Auditoria	T	
<b>Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas</b>	2	1	1	3	*
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira		1			
IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM.	1				
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas	1		1		
<b>Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania</b>	1	2	1	3	*
Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM		1			
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM		1	1		
Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania	1				
<b>Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil</b>	3	2	2	3	*
Instituto de Administração da Saúde, IP -RAM	1	1			
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.	1		1		
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM	1	1	1		
<b>Secretaria Regional de Turismo e Cultura</b>	1			1	
Secretaria Regional de Turismo e Cultura	1				
<b>Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares</b>			1	1	
Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares			1		
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>57</b>	<b>13</b> <sup>a)</sup>	<b>77</b>	*

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo por mais que uma forma de controlo \*

a) Inclui entidades em ações de auditorias, pareceres sobre as Contas (AR, ALRA e ALRM), APP, ARF e VEC  
Entidade objeto de controlo por mais que uma forma



## **XI - ELEMENTOS COMPLEMENTARES DA CONTA CONSOLIDADA**



for  
X  
[Signature]

# Relatório de Gestão

## Consolidado

### Grupo Tribunal de Contas

2022





## Índice

1.	Introdução .....	2
2.	O Tribunal de Contas.....	4
3.	Impacto COVID – 19/Invasão da Ucrânia.....	5
4.	Informação orçamental – Fontes de financiamento e execução orçamental .....	6
4.1.	Fontes de financiamento .....	6
4.2.	Execução orçamental .....	6
4.2.1.	Receita .....	6
4.2.1.1.	Receita emolumentar.....	8
4.2.1.2.	Evolução do saldo de gerência.....	8
4.2.2.	Despesa .....	9
4.2.2.1.	Taxa de cobertura e saldo da gerência .....	10
4.3.	Desempenho orçamental.....	10
5.	Informação financeira – Demonstrações financeiras.....	11
5.1.	Balanço - Ativo .....	11
5.2.	Balanço – Passivo .....	13
5.3.	Balanço - Património Líquido .....	13
5.4.	Demonstração de resultados .....	14
5.5.	Outras observações às demonstrações financeiras .....	15
5.5.1.	Dívidas de terceiros .....	15
5.5.2.	Especialização de rendimentos.....	15
5.6.	Outras considerações de natureza financeira.....	16
5.6.1.	Evolução de gastos com fornecimentos e serviços externos .....	16
5.6.2.	Evolução dos gastos com pessoal .....	17



## 1. Introdução

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), determinando que o mesmo se aplica «(...) a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local (...)», desde 1 de janeiro de 2018, em conformidade com a redação vigente no seu artigo 18.º.


Conforme a redação atual do artigo 14.º do mencionado diploma, “Durante o ano de 2017 todas as entidades públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP”. A operacionalização deste processo, em termos de adequação do sistema informático *GeRFiP*, encontra-se a cargo da *eSPap*, enquanto *Software House*, como entidade incumbida de assegurar o desenvolvimento e a prestação de serviços partilhados no âmbito da Administração Pública, nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho.

A solução informática preconizada pela *Software House* assenta numa equivalência automatizada entre os dois planos de contas, tendo sido criadas novas contas no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) para garantir essa paridade, pelo que a solução implementada pela *eSPap* determina que todos os registos contabilísticos sejam efetuados de acordo com o plano de contas do POCP, o que não permite, até ao momento, a plena implementação do preconizado quanto ao processamento de vencimentos e respetivos pagamentos de acordo com o estabelecido na Norma de Contabilidade Pública 26 – Contabilidade e Relato Orçamental. Acresce a esta limitação o facto do *GeRFiP* ainda não possuir qualquer valência que permita o cumprimento da Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão.

Em face da situação descrita no parágrafo anterior foram, no decurso de 2021, desenvolvidos contactos periódicos com a *eSPap* no sentido de questionar a entidade quanto às diligências desenvolvidas, bem como ao ponto de situação relativa à plena adequação do sistema *GeRFiP* ao referencial contabilístico SNC-AP, tendo a mesma entidade referido que:

- No concernente à implementação da NCP 26: “...com a mesma redação no SNC-AP e no classificador económico, qualquer uma das opções de tratamento de retenções, orçamental ou extraorçamental é possível, e as opções são interpretativas” e que, “...por segurança jurídica, e bem ainda considerando a proteção do investimento público, atento ao impacto que a alteração terá nos sistemas informáticos, considerou a *ESPAP*, IP prudente aguardar por uma clarificação legislativa, antes de implementar solução distinta, em cumprimento do n.º 12 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 84/2019”;
- Relativamente à implementação da NCP 27, devido à contínua mutação do quadro envolvente à referida norma, a decisão de avançar com a sua implementação ainda se encontra em avaliação, considerando designadamente:
  - ✓ a publicação da Lei n.º 41/2020, de 18 de agosto, que altera a Lei do Enquadramento Orçamental e determina a alteração de prazos, com escalonamento no tempo que implica obrigações subjacentes, que têm de ser tidas em conta no desenho de processos e a sua implementação aplicacional quanto ao modelo de custeio alinhado com a orçamentação de programas,
  - ✓ que se encontra por concluir o projeto experimental com vista a “Atualizar, integrar e racionalizar o conjunto de instrumentos utilizados ao longo do ciclo de gestão”, lançado pelo Decreto-Lei n.º 126/2019, de 29 de agosto, do qual a *eSPap* é parte integrante, e cujos resultados impactam com um modelo de contabilidade analítica;
  - ✓ o relatório do Grupo de Trabalho para a Reavaliação da Lei do Enquadramento Orçamental no que respeita tanto à LEO como ao SNC-AP levanta questões quanto à necessidade de





avaliação de algumas normas e seu tratamento específico em Portugal, designadamente no âmbito da NCP-13 e NCP-14;

- ✓ o surgimento desde o início de 2020, designadamente a nível internacional, de dúvidas quanto ao tratamento específico de verbas de montantes significativos nomeadamente na receita e seu espelho na despesa (quando aplicável), decorrendo discussão e presentemente auscultação pública, no âmbito das normas internacionais para incorporar alterações profundas a normas atuais, com impacto no reconhecimento designadamente de transferências, pedidos de libertação de créditos, entregas e transição de saldos, preços subsidiados ou preços simbólicos e subsídios;
- ✓ a necessidade de estabilização do SNC-AP em função da experiência dos primeiros anos de adoção com a adequação do quadro de contas e notas explicativas.

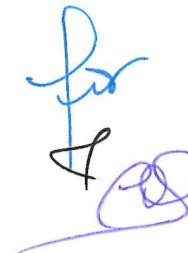
Em novembro de 2021, a eSPap informou que as condicionantes anteriormente expostas se mantinham reiterando que continuará a envidar todos os seus melhores esforços de adequação ao quadro legal quando se verificar a sua estabilização.

No decurso de 2022, foram igualmente feitas insistências, no sentido de obter informação sobre as referidas condicionantes, não tendo sido obtida qualquer resposta por parte da eSPap.

Salvaguarda-se ainda que os documentos referentes às demonstrações financeiras, nomeadamente o Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração das Alterações no Património Líquido e Mapa de Fluxos de Caixa, gerados pela aplicação informática GeRFiP apresentam uma condicionante na sua disponibilização, não permitindo ao utilizador a identificação na coluna “Notas” das Normas de Contabilidade Pública, elemento integrante da estrutura legal dos mapas referidos. Esta limitação foi confirmada pela entidade gestora da *software house* através de resposta a um pedido de apoio funcional (PAF N.º 10643067).

Com o intuito de obviar este condicionalismo exógeno entendeu-se utilizar as valências da plataforma e-contas, a qual permite ao utilizador o preenchimento dos dados relativos à coluna “Notas”, sendo estes documentos, depois de impressos, anexos aos mapas gerados através da aplicação informática em uso na Instituição.

Não obstante o sistema informático não apresentar ainda as valências necessárias à plena implementação do SNC-AP tem sido desenvolvido um esforço por estes serviços no acompanhamento e análise dos produtos disponibilizados e desenvolvidos pela eSPap neste âmbito. Assim, na senda destas ações, as demonstrações financeiras que integram o presente documento, tendo as demonstrações financeiras sido elaboradas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e fidedigna da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa.



## 2. O Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas (TdC) é a instituição suprema de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva das finanças públicas, bem como de julgamento dos responsáveis por infrações financeiras, incumbindo-lhe o controlo da legalidade e da boa gestão dos recursos públicos.

Nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), o TdC tem como missão fiscalizar a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, julgar as Contas que a Lei manda submeter-lhe, dar parecer sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas, apreciar a gestão financeira pública, efetivar as responsabilidades financeiras e exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela Lei (Artigo 214.º da Constituição; Artigo 1.º da LOPTC).

Incumbirá ainda ao Tribunal certificar a Conta Geral do Estado, a partir do exercício de 2023 (artigo 66.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação).

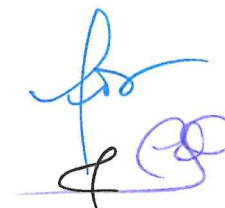
Na realização da sua missão, o Tribunal de Contas contribui para o desenvolvimento sustentável das finanças públicas, norteando-se pelos princípios da Independência, Integridade, Responsabilidade e Transparência.

O Tribunal de Contas (TdC) situa-se na Avenida da República, n.º 65 – 1050 – 189 Lisboa, dispõe de autonomia administrativa, relativamente às verbas provenientes do Orçamento do Estado, e de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e tem património próprio, relativamente às verbas provenientes do Cofre Privativo.

Tem ainda duas Secções Regionais, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as quais se situam, respetivamente, na Rua Ernesto do Canto, 34, 9504-526 Ponta Delgada e na Rua do Esmeraldo, n.º 24, 9004-554 Funchal, dispondendo igualmente de autonomia administrativa, relativamente às verbas provenientes do Orçamento do Estado, e de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e tem património próprio, no que às verbas provenientes do Cofre Privativo diz respeito.

A constituição, orgânica e funcionamento encontram-se definidos na Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), na sua atual redação.

O Presidente do TdC dispõe de poderes administrativos e financeiros idênticos aos que integram a competência ministerial, podendo delegá-los, no todo ou em parte, no vice-presidente e nos juizes das secções regionais, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e de acordo com o entendimento expresso na Nota n.º 27/06-DG, de 18 de maio, apreciada em Plenário Geral de 22 de maio de 2006, relativamente à interpretação do âmbito dos poderes administrativos do Presidente do Tribunal de Contas feita por deliberação do Plenário Geral de 19 de dezembro de 1989 e consubstanciada no Despacho DP n.º 162/89, de 21 de dezembro.



### 3. Impacto COVID – 19/Invasão da Ucrânia

No que respeita ao COVID – 19 salienta-se que esta instituição manteve uma contínua avaliação da situação, tendo sido sempre envidados todos os esforços para a minimização dos impactos sobre o desenvolvimento da atividade do Tribunal.

Importa ainda, vincar que o Tribunal, no seu todo, encontra-se dotado dos equipamentos e das tecnologias necessárias a permitir que a sua atividade decorra dentro da normalidade.

De referir que se mantém a prestação mensal de informação relativa à execução orçamental associada à pandemia da COVID-19 e às medidas de recuperação económica e social nos termos definidos pela Direção-Geral do Orçamento<sup>1</sup>. Salienta-se que as despesas advenientes da prevenção e combate à contaminação do COVID-19 nomeadamente as relacionadas com a aquisição de bens e serviços de limpeza e higiene, resultante do reforço e dispersão nas instalações do TdC de soluções antissépticas de base alcoólica e do reforço da higienização dos sanitários e de superfícies manuseadas são suportadas exclusivamente através das dotações do Cofre Privativo do Tribunal de Contas<sup>2</sup>.

Relativamente aos impactos na economia nacional, decorrentes do conflito armado no leste europeu, o impacto sentido na atividade do Tribunal verificou-se ao nível dos preços da pasta de papel, decorrente do aumento do custo dos combustíveis (eletricidade e gás) indispensáveis no processo de fabrico.

De notar, que os aumentos sentidos ao nível dos combustíveis, energia elétrica e consumo de água, ainda não apresentam os impactos expectáveis na evolução desta tipologia de gastos, em virtude de, até à data desta síntese, a instituição ainda não ter retomado, na sua plenitude, a sua atividade normal, quer no regresso ao trabalho presencial, quer nas deslocações no âmbito da realização *in loco* das ações de fiscalização.

<sup>1</sup> Circular Série A n.º 1401/DCO/2021 e adenda de 5 de julho de 2022 que introduziu o reporte de informação decorrente do choque geopolítico.

<sup>2</sup> Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 98/97, de 26/08, são encargo do Cofre do Tribunal de Contas "As despesas correntes e de capital, que em cada ano, não possam ser suportadas por verbas inscritas no Orçamento do Estado".





#### 4. Informação orçamental – Fontes de financiamento e execução orçamental

##### 4.1. Fontes de financiamento

As dotações iniciais do montante global do financiamento do Tribunal de Contas para 2022 ascendeu a 28.815.151,00 euros dos quais 76,45% respeitaram a receitas de impostos provenientes do Orçamento do Estado e 23,55% a receitas do Cofre Privativo, conforme apresentado no quadro abaixo.

QDR I (em euros)

Fonte de Financiamento	2020 (1)	%	2021 (2)	%	▲ 2021/2020		2022 (5)	%	▲ 2022 / 2021	
					(+/-)	%			(+/-)	%
					(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)			(6)=(5)-(2)	(7)=(6)/(2)
<b>Dotações Iniciais (A)</b>										
Orçamento do Estado	21 531 874,00	75,15%	21 768 724,00	79,32%	236 850,00	1,10%	22 029 948,00	76,45%	261 224,00	1,20%
Cofre Privativo	7 119 942,00	24,85%	5 674 237,00	20,68%	-1 445 705,00	-20,31%	6 785 203,00	23,55%	1 110 966,00	19,58%
<b>Total Dotações Iniciais</b>	<b>28 651 816,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>27 442 961,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1 208 855,00</b>	<b>-4,22%</b>	<b>28 815 151,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 372 190,00</b>	<b>5,00%</b>
<b>Dotações Corrigidas (B)</b>										
Orçamento do Estado	21 531 874,00	40,82%	21 768 724,00	42,85%	236 850,00	1,10%	22 029 948,00	41,71%	261 224,00	1,20%
Cofre Privativo			0,00				0,00			
Receitas correntes e outras receitas	7 119 942,00	22,81%	5 674 237,00	19,55%	-1 445 705,00	-20,31%	6 785 203,00	22,04%	1 110 966,00	19,58%
Saldo de gerência anterior	24 090 430,00	77,19%	23 355 467,00	80,45%	-734 963,00	-3,05%	24 007 331,00	77,96%	651 864,00	2,79%
Subtotal Cofre Privativo	31 210 372,00	59,18%	29 029 704,00	57,15%	-2 180 668,00	-6,99%	30 792 534,00	58,29%	1 762 830,00	6,07%
<b>Total Dotações Corrigidas</b>	<b>52 742 246,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>50 798 428,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1 943 818,00</b>	<b>-3,69%</b>	<b>52 822 482,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1 501 606,00</b>	<b>-2,96%</b>
Variação (B)-(A) - Orçamento do Estado	0,00		0,00				0,00			
Variação (B)-(A) - Cofre Privativo	24 090 430,00		23 355 467,00				24 007 331,00			
Variação (B)-(A) - Total	24 090 430,00		23 355 467,00				24 007 331,00			

Da análise do quadro I, observa-se que o montante global do financiamento do Tribunal de Contas para o ano de 2022, atribuído pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprovou o Orçamento do Estado para 2022, cifrou-se em 22.029.948,00 euros, observando-se um acréscimo de 1.20% (261.224,00 euros) face ao orçamento de 2021, relativo às dotações iniciais.

Quanto ao orçamento do Cofre Privativo constata-se que as dotações referentes às receitas correntes e outras receitas, do exercício de 2022, são superiores em 19,58% (1.110.966,00 euros) comparativamente ao orçamento de 2021, o qual se baseou nos dados fornecidos pelos departamentos de fiscalização sucessiva e na análise histórica da receita que se estimava emitir no âmbito da fiscalização prévia.

A variação observada no orçamento do Cofre Privativo entre as dotações corrigidas e iniciais, nos anos em análise decorre exclusivamente da integração, no orçamento de 2022, do saldo da gerência de 2021, o qual representa 77,96% do total do orçamento privativo, exibindo um acréscimo 651.864,00 euros.

Em termos globais, o orçamento do Cofre Privativo em 2022, apresenta uma variação positiva face ao exercício anterior de 6,07% (1.762.830,00 euros).

##### 4.2. Execução orçamental

###### 4.2.1. Receita

O quadro II permite analisar os valores da receita cobrada em 2022, por classificação económica, conferindo, igualmente, uma noção do seu peso relativo por tipologia, em relação ao total de receita efetivamente cobrada, bem como oferece uma perspetiva da sua evolução no período compreendido entre 2020 e 2021.



CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	Receita Cobrada 2020 (1.)	Receita Cobrada 2021 (2.)	2021/2020		Receita *			2022 / 2021		Orçamento Inicial (9.)	Orçamento Corrigido (10.)	Grau de Execução (11) = (6)/(10)
			Absoluta (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)	Emitidas 2022 (5.)	Cobrada 2022 (6.)	%	Absoluta (7) = (6) - (2)	% (8) = (7)/(2)			
<b>O.E</b>												
<b>Receitas Correntes</b>												
Funcionamento - Correntes	21.281.443,91	21.502.864,16	221.420,25	1,04%	21.971.665,17	21.971.665,17	100,00%	468.801,01	2,18%	22.024.948,00	22.024.948,00	99,76%
<b>Total das receitas correntes</b>	<b>21.281.443,91</b>	<b>21.502.864,16</b>	<b>221.420,25</b>	<b>1,04%</b>	<b>21.971.665,17</b>	<b>21.971.665,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>468.801,01</b>	<b>2,18%</b>	<b>22.024.948,00</b>	<b>22.024.948,00</b>	<b>99,76%</b>
<b>Receitas de Capital</b>												
Funcionamento - Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00		0,00	0,00%	5.000,00	5.000,00	0,00%
<b>Total das receitas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL O.E.</b>	<b>21.281.443,91</b>	<b>21.502.864,16</b>	<b>221.420,25</b>	<b>1,04%</b>	<b>21.971.665,17</b>	<b>21.971.665,17</b>		<b>468.801,01</b>	<b>2,18%</b>	<b>22.029.948,00</b>	<b>22.029.948,00</b>	<b>99,74%</b>
<b>COFRE PRIVATIVO</b>												
<b>RECEITAS CORRENTES</b>												
Taxas de Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Emolumentos do Tribunal de Contas	6.375.713,11	7.623.699,02	1.247.985,91	19,57%	5.583.533,83	5.669.407,82	98,38%	-1.954.291,20	-25,63%	6.729.503,00	6.729.503,00	84,25%
Juros de Mora	88,79	0,00	-88,79	-100,00%	303,42	303,42	0,01%	303,42	0,00%	150,00	150,00	202,28%
Juros - IGCP	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Edições do Tribunal de Contas	0,00	15,34	15,34	0,00%	0,00	0,00	0,00%	-15,34	-100,00%	50,00	50,00	0,00%
Venda de Bens Diversos	455,48	0,00	-455,48	-100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Reembolsos - Serv. Soc. Min. Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	50,00	50,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	74.950,79	55.816,02	-19.134,77	-25,53%	98.323,78	92.061,09	1,60%	36.245,07	64,94%	52.850,00	52.850,00	174,19%
<b>Total das receitas correntes</b>	<b>6.451.208,17</b>	<b>7.679.530,38</b>	<b>1.228.322,21</b>	<b>19,04%</b>	<b>5.682.161,03</b>	<b>5.761.772,33</b>	<b>99,98%</b>	<b>-1.917.758,05</b>	<b>-24,97%</b>	<b>6.782.603,00</b>	<b>6.782.603,00</b>	<b>84,95%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E RECEITAS DE CAPITAL</b>												
Alienação de bens de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outr. Recel. Cap. - Indemnizações	0,00	0,00	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Reposições não abatidas	1.361,63	1.519,82	158,19	11,62%	1.350,29	1.120,64	0,02%	-399,18	-26,26%	2.600,00	2.100,00	53,16%
<b>Total das Outras Receitas</b>	<b>1.361,63</b>	<b>1.519,82</b>	<b>158,19</b>	<b>11,62%</b>	<b>1.350,29</b>	<b>1.120,64</b>	<b>0,02%</b>	<b>-399,18</b>	<b>-26,26%</b>	<b>2.600,00</b>	<b>2.100,00</b>	<b>53,16%</b>
<b>Total das Receitas do Ano</b>	<b>6.452.569,80</b>	<b>7.681.050,20</b>	<b>1.228.480,40</b>	<b>19,04%</b>	<b>5.683.511,32</b>	<b>5.762.892,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1.918.157,23</b>	<b>-24,97%</b>	<b>6.785.203,00</b>	<b>6.784.703,00</b>	<b>84,94%</b>
Saldo de Gerência Anterior	24.090.428,07	23.355.464,81	-734.963,26	-3,05%	24.007.329,73	24.007.329,73		651.864,92	2,79%	0,00	24.007.331,00	
<b>TOTAL DA RECEITA DO COFRE</b>	<b>30.542.997,87</b>	<b>31.036.515,01</b>	<b>493.517,14</b>	<b>1,62%</b>	<b>29.690.841,05</b>	<b>29.770.222,70</b>		<b>-1.266.292,31</b>	<b>-4,08%</b>	<b>6.785.203,00</b>	<b>30.792.034,00</b>	<b>96,68%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>51.824.441,78</b>	<b>52.539.379,17</b>	<b>714.937,39</b>	<b>1,38%</b>	<b>51.662.506,22</b>	<b>51.741.887,87</b>		<b>-797.491,30</b>	<b>-1,52%</b>	<b>28.815.151,00</b>	<b>52.821.982,00</b>	<b>97,96%</b>

\* Deduzida de anulações e restituições

Em 2022, o orçamento de receita inicial correspondeu a 28.815.151,00 euros, dos quais 22.029.948,00 euros são referentes ao Orçamento do Estado e 6.785.203,00 euros ao Cofre Privativo.

O orçamento de receita inicial do Cofre Privativo (6.785.203,00 euros) distribuiu-se em receitas correntes (6.782.603,00 euros) e outras receitas (2.600,00 euros), enquanto o do Orçamento do Estado se encontra, distribuído em receitas correntes (22.024.948,00 euros) e receitas de capital (5.000,00 euros).

#### Relativamente ao Cofre Privativo:

- ✓ O exercício encerrou com um total de 5.682.161,03 euros de receita corrente liquidada, o que corresponde a um desvio negativo de 1.100.441,97 euros, face ao orçamento inicial, tendo sido liquidados menos 1.145.969,17 euros de receita emolumentar face ao valor orçamentado;
- ✓ Em termos globais, o volume de receita corrente cobrada diminuiu 24,97% (-1.917.758,05 euros) no ano 2022, face ao anterior. Esta diferença decorre, essencialmente da redução de receita cobrada verificado ao nível da receita emolumentar;
- ✓ O grau de execução das receitas próprias do ano foi de 84,94%, menos 1.022.310,03 euros, face ao valor orçamentado. Incluindo a execução do saldo de gerências anteriores observa-se que este valor atinge 96,68%;
- ✓ Nas outras receitas correntes incluem-se, nomeadamente, os reembolsos recebidos no âmbito da execução de contratos e dos protocolos celebrados com Instituições Congéneres;
- ✓ A receita emolumentar apresenta um peso de 98,38% no total da receita cobrada do ano, fator por si só indicativo da extrema relevância desta tipologia de receita no orçamento do Cofre Privativo, representando as restantes tipologias de receita valores residuais.





#### 4.2.1.1. Receita emolumentar

Atendendo ao peso da receita emolumentar, e concretamente no que se refere às ações de fiscalização prévia, de verificação interna de contas e de auditorias, no volume das receitas correntes do Tribunal de Contas, elaborou-se o quadro III, que evidencia o volume de liquidações desta tipologia de receita<sup>3</sup> e a correspondente variação.

QDR III (em euros)

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2020		2021		Variação 2021/2020		2022		Variação 2022/2021	
	Emissão	%	Emissão	%	Absoluta	%	Emissão	%	Absoluta	%
Fiscalização prévia	3 693 395,14	56,7%	4 847 401,94	66,83%	1 154 006,80	31,25%	3 555 602,00	63,80%	-1 291 799,94	-26,65%
Verificação interna de contas	2 353 659,06	36,2%	1 693 532,68	23,35%	-660 126,38	-28,05%	1 258 406,49	22,58%	-435 126,19	-25,69%
Auditorias / VEC	462 651,07	7,1%	712 862,14	9,83%	250 211,07	54,08%	758 903,36	13,62%	46 041,22	6,46%
<b>TOTAL DO ANO</b>	<b>6 509 705,27</b>	<b>100,0%</b>	<b>7 253 796,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>744 091,49</b>	<b>11,43%</b>	<b>5 572 911,85</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1 680 884,91</b>	<b>-23,17%</b>

Em 2022, a receita emolumentar liquidada apresenta uma variação negativa de 23,17%, face ao ano de 2021 (-1.680.884,91 euros). Este decréscimo decorre, essencialmente, da variação das receitas relativa à fiscalização prévia (-26,65%) e verificação interna de contas (-25,69%).

Não obstante a referida diminuição, é a fiscalização prévia que continua a apresentar o maior peso (63,80 %) no total da receita liquidada. Neste âmbito considera-se de realçar que a mesma é exclusivamente impulsionada por entidades públicas nas suas relações com terceiros.

No que concerne à receita proveniente da tipologia da Verificação Interna de Contas, mantém-se a tendência de decréscimo verificada no ano transato, apresentando uma diminuição de 25,69% no período de relato. Esta tipologia representa 22,58% do total da receita liquidada.

No que diz respeito às auditorias/VEC, verifica-se que esta tipologia mantém o menor grau de representatividade no triénio em análise (13,62%). No decurso de 2022 a mesma apresenta um acréscimo de 6,46%, a que correspondeu 46.041,22 euros.

#### 4.2.1.2. Evolução do saldo de gerência

QDR IV (em euros)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Saldo p/ gerência seguinte (31.12.ano-n)	21.623.438	23.032.504	24.258.200	24.090.428	23.355.465	24.007.330	21.870.180
Recurso ao saldo da gerência anterior	0	0	0	167.770	734.963	0	1.830.274
1. Insuficiência do Orçamento do Estado	1.658.751	1.185.214	1.163.055	1.489.727	2.847.930	2.516.516	2.959.899
2. Insuficiência de receitas próprias	0	0	0	0	0	0	0

Conforme apresentado no quadro IV, no período de 2016 a 2018, a execução orçamental do Cofre Privativo caracterizou-se por um aumento dos saldos de gerência gerados, tendência essa que foi quebrada nos anos 2019 e 2020, nos quais se observa uma diminuição deste saldo. Em 2021 verificou-se um acréscimo relativamente ao ano anterior, no entanto esta tendência foi descontinuada em 2022, onde existiu uma diminuição do saldo de gerência.

No ano em análise, a insuficiência das dotações do Orçamento de Estado, cifrou-se em aproximadamente 2.959.899,00 euros, o que se traduz num aumento de 443.384,00 euros relativamente ao ano transato (2.516.515,00 euros).

<sup>3</sup> Receita líquida de anulações e restituições.



Relativamente à Secção Regional dos Açores, a insuficiência das verbas do Orçamento do Estado não pôde ser colmatada, na sua totalidade, pelo orçamento do Cofre Privativo, através do seu saldo de gerência anterior, pelo que, à semelhança de anos transatos, esta insuficiência teve de ser suprimida por um reforço proveniente das dotações do Tribunal de Contas (Sede), no valor de 391.201,00 euros.

#### 4.2.2. Despesa

A observação do quadro infra permite obter uma perspetiva da execução orçamental de 2022, quer através da análise do grau de realização apresentado por cada um dos agrupamentos económicos de despesa, quer pela determinação do seu peso relativo no total de despesa realizada.

(em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2020		2021		Variação 2021-2020		2022		Variação 2022-2021		2022		Taxa de Execução (7)=(4)/(6)
	Despesa Realizada (1)	%	Despesa Realizada (2)	%	(3)=(2)-(1)	%	Despesa Realizada (4)	%	(5)=(4)-(2)	%	Orçamento Inicial (6)	Orçamento Corrigido (6)	
<b>COFRE PRIVATIVO</b>													
Despesas com pessoal	4 623 483,73	64,33%	4 106 169,04	58,42%	-517 314,69	-11,19%	4 737 265,88	59,97%	-631 096,84	15,37%	2 098 364,00	5 406 215,00	87,63%
Bens e serviços correntes	2 252 504,31	31,34%	2 511 431,98	35,73%	258 927,67	11,50%	2 710 491,44	34,31%	199 059,46	7,93%	3 941 694,00	4 284 558,00	63,26%
Bens de Capital	311 545,02	4,33%	411 584,26	5,86%	100 039,24	32,11%	452 285,22	5,73%	40 700,96	9,89%	575 515,00	1 011 368,00	44,72%
Reserva	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	169 630,00	13 877,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>7 187 533,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 029 185,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>-158 347,78</b>	<b>-2,20%</b>	<b>7 900 042,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>870 857,26</b>	<b>12,39%</b>	<b>6 785 203,00</b>	<b>10 716 018,00</b>	<b>73,72%</b>
<b>O. E.</b>													
Despesas com pessoal	21 279 099,61	99,99%	21 501 289,16	99,99%	222 189,55	1,04%	21 948 441,61	99,89%	447 152,45	2,08%	21 469 200,00	22 003 748,00	99,75%
Bens e serviços correntes	2 344,30	0,01%	1 575,00	0,01%	-769,30	-32,82%	23 223,56	0,11%	21 648,56	1374,51%	5 000,00	26 200,00	88,64%
Bens de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5 000,00	0,00	0,00%
Reserva	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	550 748,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>21 281 443,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>21 502 864,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>221 420,25</b>	<b>1,04%</b>	<b>21 971 665,17</b>	<b>100,00%</b>	<b>468 801,01</b>	<b>2,18%</b>	<b>22 029 948,00</b>	<b>22 029 948,00</b>	<b>99,74%</b>
<b>COFRE PRIVATIVO + O. E.</b>													
Despesas com pessoal	25 902 583,34	90,99%	25 607 458,20	89,75%	-295 125,14	-1,14%	26 685 707,49	89,33%	1 078 249,29	4,21%	23 567 564,00	27 409 963,00	97,36%
Bens e serviços correntes	2 254 848,61	7,92%	2 513 006,98	8,81%	258 158,37	11,45%	2 733 715,00	9,15%	220 708,02	8,78%	3 946 694,00	4 310 758,00	63,42%
Bens de Capital	311 545,02	1,09%	411 584,26	1,44%	100 039,24	32,11%	452 285,22	1,51%	40 700,96	9,89%	580 515,00	1 011 368,00	44,72%
Reserva	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	720 378,00	13 877,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>28 468 976,97</b>	<b>100,00%</b>	<b>28 532 049,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>63 072,47</b>	<b>0,22%</b>	<b>29 871 707,71</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 339 658,27</b>	<b>4,70%</b>	<b>28 815 151,00</b>	<b>32 745 966,00</b>	<b>91,22%</b>

O orçamento corrigido do Cofre Privativo do Grupo Tribunal de Contas reflete o recurso ao mecanismo previsto na Lei de Enquadramento Orçamental<sup>4</sup> tendo sido reforçado em 3.930.815,00 euros.

Em 2022, a taxa de execução global correspondeu a 91,22%, com um total de despesa de 29.871.707,71 euros, o que equivale a um aumento de 4,70% (1.339.658,27 euros) face ao período homólogo.

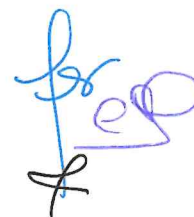
No triénio 2020 a 2022, as dotações do Orçamento do Estado suportaram quase exclusivamente despesas com o pessoal, cuja representatividade corresponde a 99,99% em 2020 e 2021, e de 99,89% em 2022 da despesa total. De referir que o valor relativo a despesas com aquisição de Bens e Serviços Correntes decorre igualmente de obrigações associadas ao pessoal, nomeadamente com a verificação médica da doença.

Refira-se que as dotações do Orçamento do Estado, à semelhança de exercícios anteriores, foram insuficientes para o pagamento integral das despesas com o pessoal, tendo os Cofres Privativos suportado parte das remunerações certas e permanentes, em cerca de 2.959.899,00 euros.

No que diz respeito ao total de despesa efetuada por conta do orçamento do Cofre Privativo, a mesma ascende a 7.900.042,54 euros, em que 4.737.265,88 euros correspondem a despesas com o pessoal, 2.710.491,44 euros a aquisição de bens e serviços correntes e 452.285,22 euros a aquisição de bens de capital.

<sup>4</sup> Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro.





O orçamento do Cofre Privativo suportou a totalidade dos encargos associados às despesas inerentes ao funcionamento do Tribunal de Contas e Serviços de Apoio.

Refira-se ainda, que no exercício de 2022 foram efetuados pagamentos relativos a compromissos transitados do exercício de 2021 que totalizaram 288.708,23 euros e, por outro lado, a despesa efetiva do ano em análise não reflete o total de 323.739,55 euros relativos a compromissos assumidos e não pagos que transitaram para o exercício de 2023.

#### 4.2.2.1. Taxa de cobertura e saldo da gerência

O quadro VI espelha a taxa de cobertura da receita cobrada no exercício relativamente ao total de despesa realizada.

QDR VI (em euros)

ANO	Receita Exercício ( 1 )	Despesa Realizada ( 2 )	Saldo (3)=(1)-(2)	Taxa de Cobertura (4)=(1)/(2)	Encargos OE
2019	6.501.154	6.668.924	-167.770	0,97	
2020	6.452.570	7.187.533	-734.963	0,90	
2021	7.681.050	7.029.186	651.864	1,09	
2022	5.762.893	7.900.043	-2.137.150	0,73	
<b>Sem encargos transferidos do Orçamento do Estado</b>					
2019	6.501.154	5.179.197	1.321.958	1,26	1.489.727
2020	6.452.570	4.339.603	2.112.967	1,49	2.847.930
2021	7.681.050	4.512.670	3.168.380	1,70	2.516.515
2022	5.762.893	4.940.143	822.749	1,17	2.959.899

Da observação do quadro, verifica-se que o indicador relativo à taxa de cobertura no exercício de 2022 é de 0,73 tendo a receita cobrada sido inferior ao total de despesa realizada em -2.137.150,00 euros.

No entanto, se excluirmos desta análise os encargos que o Cofre Privativo suportou, por insuficiência das dotações do Orçamento do Estado, e que, conforme referido anteriormente, ascenderam a 2.959.899,00 euros, a taxa de cobertura cifrar-se-ia em 1,17, correspondendo a um saldo positivo de 822.749,00 euros.

Após a análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2022, onde se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do TdC, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e despesa associados, pretende-se, nos pontos seguintes, evidenciar a situação financeira e patrimonial através da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

#### 4.3. Desempenho orçamental

O relato orçamental, apresentado através das demonstrações de execução orçamental anteriormente analisadas proporciona informação sobre se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através do controlo da execução orçamental da despesa e receita.

No entanto, por forma a proporcionar uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade, evidenciando os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria apresenta-se o quadro seguinte. De salientar que também se encontram evidenciados os principais indicadores orçamentais.



QDR VII

(em euros)

Demonstração Desempenho Orçamental		2021	2022
Saldo de Gerência anterior		<b>23 436 971,51</b>	<b>24 030 681,81</b>
	Operações Orçamentais	23 355 464,81	24 007 329,73
	Operações de Tesouraria	81 506,70	23 352,08
Recebimentos	Receita Corrente	29 182 394,54	27 733 437,50
	Receita de Capital	0,00	0,00
	Reposições Não Abatidas aos Pagamentos	1 519,82	1 120,64
	Receita Efetiva	29 183 914,36	27 734 558,14
	Receita não Efetiva	0,00	0,00
	<b>Total Receita</b>	<b>52 539 379,17</b>	<b>51 741 887,87</b>
	Operações de Tesouraria	8 022 260,58	8 420 598,85
Pagamentos	Despesa Corrente	28 120 465,18	29 419 422,49
	Despesa de Capital	411 584,26	452 285,22
	Despesa Efetiva	28 532 049,44	29 871 707,71
	Despesa não Efetiva	0,00	0,00
	<b>Total Despesa</b>	<b>28 532 049,44</b>	<b>29 871 707,71</b>
	Operações de Tesouraria	8 080 415,20	8 297 156,99
<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>		<b>24 030 681,81</b>	<b>22 016 974,10</b>
	Operações Orçamentais	24 007 329,73	21 870 180,16
	Operações de Tesouraria	23 352,08	146 793,94
<b>Saldo Global</b>		<b>651 864,92</b>	<b>-2 137 149,57</b>
	Despesa Primária	28 531 939,44	29 871 707,71
	Saldo Corrente	1 061 929,36	-1 685 984,99
	Saldo de Capital	-411 584,26	-452 285,22
	Saldo Primário	651 974,92	-2 137 149,57
	Receita Total	52 539 379,17	51 741 887,87
	Despesa Total	28 532 049,44	29 871 707,71

Após análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2022, na qual se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do Tribunal de Contas – Sede, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e da despesa, pretende-se, agora, evidenciar a situação financeira e patrimonial do Tribunal, tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados.

## 5. Informação financeira – Demonstrações financeiras

### 5.1. Balanço - Ativo

Da observação do quadro VIII, pode concluir-se que o total do ativo que ascende a 35.011.863,49 euros, tendo sofrido uma diminuição 2.159.275,69 euros, comparativamente ao apurado no exercício de 2021 (5,81%).





QDR VIII (em euros)

Descrição	2022	2021	Variação	%
Terrenos e Recursos Naturais	3 291 552,93	3 291 552,93	0,00	0,00%
Edifícios e outras construções	4 168 635,26	4 577 652,80	-409 017,54	-8,94%
Equipamento Básico	596 432,20	631 146,08	-34 713,88	-5,50%
Equipamento Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00%
Equipamento Administrativo	73 226,00	76 844,96	-3 618,96	-4,71%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 204 039,86	1 206 740,10	-2 700,24	-0,22%
Investimentos em Curso - AFT em Curso	182 655,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>9 516 541,25</b>	<b>9 783 936,87</b>	<b>-267 395,62</b>	<b>-2,73%</b>
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00%
Propriedade Industrial	9 910,99	13 309,05	-3 398,06	-25,53%
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>9 910,99</b>	<b>13 309,05</b>	<b>-3 398,06</b>	<b>-25,53%</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>9 526 452,24</b>	<b>9 797 245,92</b>	<b>-270 793,68</b>	<b>-2,76%</b>
Clientes, contribuintes e utentes	342 373,03	401 723,41	-59 350,38	-14,77%
Estado e outros entes públicos	338,82	344,90	-6,08	0,00%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	2 866 558,58	2 695 161,72	171 396,86	6,36%
Diferimentos	259 166,72	245 981,42	13 185,30	5,36%
Caixa e depósitos	22 016 974,10	24 030 681,81	-2 013 707,71	-8,38%
<b>Ativo corrente</b>	<b>25 485 411,25</b>	<b>27 373 893,26</b>	<b>-1 888 482,01</b>	<b>-6,90%</b>
<b>Ativo</b>	<b>35 011 863,49</b>	<b>37 171 139,18</b>	<b>-2 159 275,69</b>	<b>-5,81%</b>

A observação do balanço permite aferir que os meios financeiros líquidos, no total de 22.016.974,10 euros, os ativos fixos tangíveis, que ascende a 9.516.541,25 euros e os montantes registados ao nível da rubrica: Outras contas a receber, no total de 2.866.558,58 euros, correspondem à quase totalidade do ativo líquido, o qual, conforme já referido ascende a 35.011.863,49 euros.

Relativamente aos meios financeiros líquidos do Tribunal de Contas, a 31 de dezembro de 2022, encontram-se disponíveis em contas bancárias tituladas na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP-E.P.E, incluindo as operações de gestão do Fundo de Maneio.

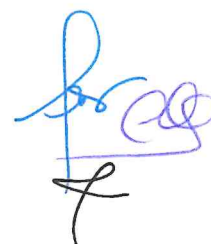
O decréscimo verificado ao nível do ativo não corrente (270.793,68 euros) resulta, essencialmente, das depreciações registadas na grande maioria dos bens que o compõem, conjugado com o aumento das aquisições ao nível dos bens de capital no ano de 2022.

O exercício de 2022, reflete ainda processos de abate ao ativo imobilizado do Tribunal de Contas, num total de 569.544,70 euros, dos quais 510.503,35 euros correspondem a equipamento básico, 52.130,54 euros a equipamento administrativo e 6.910,81 euros de outros bens. De referir que o valor líquido dos bens abatidos se cifrava em 1.193,60 euros.

Ainda no âmbito do ativo corrente importa realçar ao nível dos inventários que, nos termos do Decreto-lei n.º 232/97, de 3 de setembro que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), e no seguimento Release Note da eSPap de Julho de 2020, a contabilização de material de economato para stock passou a ter uma contabilização específica tendo passado a ser reconhecido, desde junho de 2020, como custo diferido 27299 Acréscimo/Diferimento – Consumíveis (2819100010 em SNC-AP), deixando desta forma de ser registada como existências.

Importa, no entanto, referir que se mantêm em vigor todos os procedimentos até então associados a existências. Estes bens são valorizados e registados ao custo de compra, que se traduz na soma do preço de aquisição com os gastos suportados até o bem chegar ao armazém, em condições de ser consumido, e o método adotado para a saída de bens foi o custo médio ponderado.

Procedeu-se a 31 de dezembro de 2022 ao ajuste da imparidade constituída em 2021, com base no consumo dos bens que apresentem uma taxa de rotação de stock igual ou inferior a 5% (imparidade constituída a 100%), pelo que a conta de Gastos a Reconhecer-Imparidades de Consumíveis, apresenta a 31 de dezembro de 2022, um saldo de 22.131,23 euros.



O valor “patrimonial” dos bens existentes em armazém para consumo é a 31 de dezembro de 2022 é de 35.582,99 euros.

Acresce notar que o valor de 342.373,03 euros, observado ao nível da conta Clientes, contribuintes e utentes, é apenas referente ao valor em dívida de clientes e contribuintes, não refletindo o valor registado ao nível das dívidas de clientes/contribuintes com cobranças duvidosas, no total de 49.680,87 euros.

### 5.2. Balanço – Passivo

Da análise do total do passivo, constantes do quadro IX, pode observar-se que, em 2022, o mesmo apresenta uma variação face ao ano transato de 339.823,27 euros.

QDRX Descrição	(em euros)			
	2022	2021	Varição	%
Provisões	7.096,00	7.096,00	0,00	0,00%
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Passivo não Corrente</b>	<b>7.096,00</b>	<b>7.096,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Fornecedores	122.021,85	129.392,23	-7.370,38	-5,70%
Fornecedores de investimentos	1.286,70	0,00	1.286,70	0,00%
Estado e outros entes públicos	60.448,76	45.192,45	15.256,31	33,76%
Acréscimos - Remunerações a Pagar ao Pessoal	3.867.762,72	3.648.326,34	219.436,38	6,01%
Acréscimos Gastos	77.336,49	88.703,89	-11.367,40	-12,81%
Outros Credores	127.541,06	4.959,40	122.581,66	2471,70%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Passivo corrente</b>	<b>4.256.397,58</b>	<b>3.916.574,31</b>	<b>339.823,27</b>	<b>8,68%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>4.263.493,58</b>	<b>3.923.670,31</b>	<b>339.823,27</b>	<b>8,66%</b>

A variação percentual do total do passivo (8,66%) decorre, sobretudo, do aumento ao nível da rubrica outros credores (122.581,66 euros). Este acréscimo resulta fundamentalmente de um seguro-caução relativo ao contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança e de três cauções no âmbito do processo 1/2022 RO da 3.ª Secção - Secretaria.

A variação de 219.436,38 euros verificada ao nível da rubrica dos acréscimos de gastos – pessoal, reflete a atualização das remunerações da Administração Pública, decorrentes da aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro.

O valor 7.096,00 euros é referente à reclamação judicial que se encontra a aguardar decisão.

### 5.3. Balanço - Património Líquido

Da análise do património líquido constante do quadro infra, pode observar-se que, em 2022, o património líquido do exercício apresenta uma alteração face ao ano transato de 2.499.098,96 euros (7,52%).

QDRX Descrição	(em euros)			
	2022	2021	Varição	%
Património/Capital	18 961 949,76	18 961 949,76	0,00	0,00%
Resultados transitados	13 187 110,25	13 911 507,64	-724 397,39	-5,21%
Outras variações no património líquido	1 041 102,32	1 098 408,86	-57 306,54	-5,22%
Resultado líquido do período	-2 441 792,42	-724 397,39	-1 717 395,03	-237,08%
<b>Total Património Líquido</b>	<b>30 748 369,91</b>	<b>33 247 468,87</b>	<b>-2 499 098,96</b>	<b>-7,52%</b>





A variação observada decorre, essencialmente, das alterações verificadas ao nível dos resultados transitados e do resultado líquido do exercício.

Os fatores acima mencionados influíram uma variação negativa de 5,81% no património líquido e passivo, conforme o observado no quadro infra.

QDR XI (em euros)

Descrição	2022	2021	Variação	%
<b>Ativo</b>	<b>35.011.863,49</b>	<b>37.171.139,18</b>	<b>-2.159.275,69</b>	<b>-5,81%</b>
<b>Total Património Líquido</b>	<b>30.748.369,91</b>	<b>33.247.468,87</b>	<b>-2.499.098,96</b>	<b>-7,52%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>4.263.493,58</b>	<b>3.923.670,31</b>	<b>339.823,27</b>	<b>8,66%</b>
<b>Património Líquido e Passivo</b>	<b>35.011.863,49</b>	<b>37.171.139,18</b>	<b>-2.159.275,69</b>	<b>-5,81%</b>

#### 5.4. Demonstração de resultados

O quadro XII evidencia os rendimentos e gastos segundo a sua natureza, tendo por finalidade o apuramento dos resultados do exercício económico em análise, bem como a sua comparação com o exercício de 2021.

QDR XII (em euros)

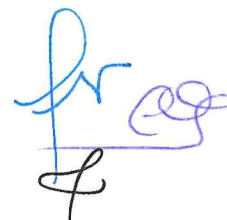
Rendimentos e Gastos	2022	2021	Variação	%
Tx, Mult e Out Pen-Taxas-Emolumentos	5.947.547,10	6.762.584,63	-815.037,53	-12,05%
Tx, Mult e Out Pen-Taxas-Outras	69,67	295,80	-226,13	-76,45%
Transferências e subsídios correntes obtidos	21.971.665,17	21.502.864,16	468.801,01	2,18%
Outros rendimentos	167.861,12	194.550,75	-26.689,63	-13,72%
<b>Rendimentos</b>	<b>28.087.143,06</b>	<b>28.460.295,34</b>	<b>-373.152,28</b>	<b>-1,31%</b>
Fornecimentos e serviços externos	2.712.756,49	2.503.988,18	208.768,31	8,34%
Gastos com pessoal - Remunerações	22.327.936,26	21.407.492,55	920.443,71	4,30%
Gastos com pessoal - Encargos Sociais	4.558.334,37	4.352.545,02	205.789,35	4,73%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	723.172,00	712.337,86	10.834,14	1,52%
Outros gastos	232.445,36	230.493,65	1.951,71	0,85%
<b>Gastos</b>	<b>30.554.644,48</b>	<b>29.206.857,26</b>	<b>1.347.787,22</b>	<b>4,61%</b>
Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.)	25.709,00	22.164,53	3.544,47	15,99%
Imp.de invent.e ativos biol. (perdas/revers.)	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-2.441.792,42</b>	<b>-724.397,39</b>	<b>-1.717.395,03</b>	<b>237,08%</b>

Os rendimentos de 2022 correspondem a 28.087.143,06 euros, dos quais 5.947.547,10 euros respeitam a rendimentos decorrentes da fixação de emolumentos, 21.971.665,17 euros respeitam a rendimentos inerentes aos pedidos de libertação de créditos e 167.861,12 euros a outros rendimentos, nomeadamente, os reembolsos recebidos no âmbito da execução de contratos e protocolos celebrados com Instituições Congéneres.

No que concerne aos gastos da análise da demonstração de resultados conclui-se que o total dos gastos em 2022, ascendeu a 30.554.644,48 euros, dos quais 26.886.270,63 euros dizem respeito a gastos com pessoal e 3.668.373,85 euros são decorrentes da atividade operacional da entidade.

Verifica-se que os encargos com pessoal têm a maior representatividade (87,99%), apresentando um acréscimo de 1.126.233,06 euros (4,37%) face ao montante apurado no ano anterior.

A conjugação dos fatores referenciados contribuiu para o apuramento de um resultado líquido do período negativo de 2.441.792,42 euros.



## 5.5. Outras observações às demonstrações financeiras

## 5.5.1. Dívidas de terceiros

QDR XIII (em euros)

DÍVIDA DE TERCEIROS	Anteriores a 2020		2020		2021		2022		TOTAL	
		%		%		%		%		%
<b>Emolumentos</b>	<b>41 733,33</b>	<b>92,84%</b>	<b>8 445,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 466,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>338 113,95</b>	<b>96,98%</b>	<b>389 759,84</b>	<b>96,59%</b>
Fiscalização prévia	23 967,72	53,32%	4 318,05	51,13%	940,87	64,15%	141 097,40	40,47%	170 324,04	42,21%
Verificação interna de contas	11 407,17	25,38%	4 127,89	48,87%	0,00	0,00%	107 771,71	30,91%	123 306,77	30,56%
Auditorias / VEC	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	82 324,62	23,61%	82 324,62	20,40%
Outros	6 358,44	14,15%	0,00	0,00%	525,75	35,85%	6 920,22	1,98%	13 804,41	3,42%
Outras tipologias	3 217,85	7,16%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10 530,41	3,02%	13 748,26	3,41%
<b>TOTAL DA DÍVIDA</b>	<b>44 951,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 445,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 466,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>348 644,36</b>	<b>100,00%</b>	<b>403 508,10</b>	<b>100,00%</b>
		11,14%		2,09%		0,36%		86,40%		100,00%

Da análise do quadro supra verifica-se que do total da dívida de terceiros a 31 de dezembro de 2022, 86,40% resultam da liquidação de receita no exercício em análise, existindo apenas 0,36% de receita por cobrar do exercício de 2021, 2,09% relativos ao exercício de 2020 e os restantes 11,14% constituem dívida de receita reconhecida em anos anteriores.

O total da dívida de terceiros decorrente da atividade de fiscalização do Tribunal resulta, maioritariamente, da fiscalização prévia (42,21%), com um total de 170.324,04 euros de receita por cobrar.

## 5.5.2. Especialização de rendimentos

QDR XIV (em euros)

Designação	Saldo Inicial 01-01-2022	Aumento	Redução	Saldo Final 31-12-2022
Acréscimo Rendimentos - Impostos e Taxas	2 684 330,68	1 435 423,20	1 270 835,40	2 848 918,48
<b>Total</b>	<b>2 684 330,68</b>	<b>1 435 423,20</b>	<b>1 270 835,40</b>	<b>2 848 918,48</b>

As Demonstrações Financeiras do Tribunal de Contas englobam em especialização de rendimentos, a 31 de dezembro de 2022, um saldo de 2.848.918,48 euros, sendo que este montante se encontra associado a processos que poderão dar origem à fixação de emolumentos.

Assim, relativamente ao processo de especialização de rendimentos do exercício de 2022, no âmbito da atividade de fiscalização do Tribunal de Contas, foi reconhecido o total de 1.435.423,20 euros.





5.6. Outras considerações de natureza financeira

5.6.1. Evolução de gastos com fornecimentos e serviços externos

QDR XV (em euros)

GASTOS RECONHECIDOS	2020		2021		2021 / 2020		2022		2022/2021	
	Gastos reconhecidos	%	Gastos reconhecidos	%	Variação		Gastos reconhecidos	%	Variação	
	(1)		(2)		(3) = (2) - (1)	(4) = (3)/(1)	(5)		(6) = (5) - (2)	(7) = (6)/(2)
<b>Deslocações e estadas</b>	<b>57 392,94</b>	<b>2,69%</b>	<b>77 429,14</b>	<b>3,09%</b>	<b>20 036,20</b>	<b>34,91%</b>	<b>234 217,27</b>	<b>8,63%</b>	<b>156 788,13</b>	<b>202,49%</b>
Transportes	53 531,54		57 161,22		3 629,68	6,78%	194 428,15		137 266,93	240,14%
Alojamento	3 861,40		20 267,92		16 406,52	424,89%	39 789,12		19 521,20	96,32%
<b>Comunicações</b>	<b>86 503,88</b>	<b>4,06%</b>	<b>78 361,32</b>	<b>3,13%</b>	<b>-8 142,56</b>	<b>-9,41%</b>	<b>93 582,10</b>	<b>3,45%</b>	<b>15 220,78</b>	<b>19,42%</b>
Fixas	86 503,88		78 361,32		-8 142,56	-9,41%	93 582,10		15 220,78	19,42%
<b>Conservação e reparação</b>	<b>509 488,42</b>	<b>23,89%</b>	<b>568 678,34</b>	<b>22,71%</b>	<b>59 189,92</b>	<b>11,62%</b>	<b>576 195,72</b>	<b>21,24%</b>	<b>7 517,38</b>	<b>1,32%</b>
<b>Encargos das instalações</b>	<b>731 208,24</b>	<b>34,29%</b>	<b>761 403,63</b>	<b>30,41%</b>	<b>30 195,39</b>	<b>4,13%</b>	<b>714 541,68</b>	<b>26,34%</b>	<b>-46 861,95</b>	<b>-6,15%</b>
Electricidade	123 884,38		132 605,80		8 721,42	7,04%	86 394,45		-46 211,35	-34,85%
Água	18 578,91		17 464,28		-1 114,63	-6,00%	21 898,70		4 434,42	25,39%
Segurança	275 978,53		275 992,30		13,77	0,00%	277 246,05		1 253,75	0,45%
Limpeza	312 766,42		335 341,25		22 574,83	7,22%	329 002,48		-6 338,77	-1,89%
<b>Trabalhos especializados</b>	<b>425 400,83</b>	<b>19,95%</b>	<b>622 210,09</b>	<b>24,85%</b>	<b>196 809,26</b>	<b>46,26%</b>	<b>665 399,68</b>	<b>24,53%</b>	<b>43 189,59</b>	<b>6,94%</b>
Honorários	87 719,50		114 656,45		26 936,95	30,71%	133 516,55		18 860,10	16,45%
Serviços de informática	272 141,65		364 301,93		92 160,28	33,86%	422 031,00		57 729,07	15,85%
Formação	16 402,00		22 925,90		6 523,90	39,78%	24 678,80		1 752,90	7,65%
Outros	49 137,68		120 325,81		71 188,13	144,87%	85 173,33		-35 152,48	-29,21%
<b>Rendas - Outros bens</b>	<b>108 648,27</b>	<b>5,09%</b>	<b>161 663,43</b>	<b>6,46%</b>	<b>53 015,16</b>	<b>48,80%</b>	<b>121 668,70</b>	<b>4,49%</b>	<b>-39 994,73</b>	<b>-24,74%</b>
<b>Outros fornecimentos e serviços externos</b>	<b>213 935,13</b>	<b>10,03%</b>	<b>234 242,23</b>	<b>9,35%</b>	<b>20 307,10</b>	<b>9,49%</b>	<b>307 151,34</b>	<b>11,32%</b>	<b>72 909,11</b>	<b>31,13%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2 132 577,71</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 503 988,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>371 410,47</b>	<b>17,42%</b>	<b>2 712 756,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>208 768,31</b>	<b>8,34%</b>

Em termos globais, os gastos com o fornecimento de bens e serviços apresentam um aumento de 8,34% face ao período homólogo de 2021, correspondente ao montante de 208.768,31 euros.

Com a evolução positiva do combate à pandemia e o fim das medidas de contenção, verificou-se, ao longo de 2022, um retomar da atividade normal da Instituição, o que originou o incremento dos gastos na maioria das tipologias de despesa.

Os trabalhos especializados, que representam 24,53% da totalidade dos gastos (665.399,68 euros), apresentam um aumento de 6,94% face a 2021, justificado pelo aumento verificado ao nível da manutenção de licenças de software, aquisição de projetos e serviços de informática, honorários e serviços de assistência técnica.

Relativamente aos gastos com **deslocações e estadas**, verifica-se que a variação positiva de 156.788,13 euros (202,49%) ocorrida em 2022, face ao período homólogo, decorre essencialmente, das deslocações e estadas que se realizaram no espaço nacional e para fora de Portugal. No ano anterior, esta tipologia de gastos cifrou-se em 77.429,14 euros. Este acréscimo encontra justificação no levantamento gradual das restrições impostas pelas medidas COVID 19, tendo o TdC retomado gradualmente as suas relações internacionais com as Instituições congéneres.

Verifica-se que os gastos com os encargos das instalações são os que apresentam o maior peso no total dos gastos reconhecidos no período, correspondendo a 26,34% do seu total, apesar de terem sofrido um decréscimo de 6,15% face ao ano anterior.

## 5.6.2. Evolução dos gastos com pessoal

QDR XXIII (em euros)

GASTOS RECONHECIDOS	2020		2021		2021/2020		2022		2022 / 2021	
	Gastos reconhecidos (1)	%	Gastos reconhecidos (2)	%	Variação Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)	Gastos reconhecidos (5)	%	Variação Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
<b>Remunerações</b>	<b>19 611 579,68</b>	<b>75,86%</b>	<b>19 647 365,48</b>	<b>76,27%</b>	<b>35 785,80</b>	<b>0,18%</b>	<b>20 403 190,42</b>	<b>75,89%</b>	<b>755 824,94</b>	<b>3,85%</b>
Remuneração base	16 155 251,38	62,49%	16 153 755,51	62,71%	-1 495,87	-0,01%	16 748 769,31	62,29%	595 013,80	3,68%
Subsídio de refeição	564 829,92	2,18%	547 542,74	2,13%	-17 287,18	-3,06%	558 827,64	2,08%	11 284,90	2,06%
Subsídio de férias e de Natal	2 742 464,64	10,61%	2 808 031,89	10,90%	65 567,25	2,39%	2 910 928,96	10,83%	102 897,07	3,66%
Trabalho extraordinário	80 105,25	0,31%	71 333,37	0,28%	-8 771,88	-10,95%	112 290,04	0,42%	40 956,67	57,42%
Maternidade e paternidade	9 969,76	0,04%	6 226,77	0,02%	-3 742,99	-37,54%	4 748,89	0,02%	-1 477,88	-23,73%
Representação	58 958,73	0,23%	60 475,20	0,23%	1 516,47	2,57%	67 625,58	0,25%	7 150,38	11,82%
<b>Encargos sociais</b>	<b>4 751 939,27</b>	<b>18,38%</b>	<b>4 735 659,23</b>	<b>18,38%</b>	<b>-16 280,04</b>	<b>-0,34%</b>	<b>4 958 594,55</b>	<b>18,44%</b>	<b>222 935,32</b>	<b>4,71%</b>
Caixa Geral de Aposentações	4 268 001,70	16,51%	4 256 810,12	16,52%	-11 191,58	-0,26%	4 379 669,63	16,29%	122 859,51	2,89%
Segurança Social	481 867,57	1,86%	477 049,11	1,85%	-4 818,46	-1,00%	575 326,93	2,14%	98 277,82	20,60%
ADSE	2 070,00	0,01%	1 800,00	0,01%	-270,00	100,00%	3 597,99	0,00%	1 797,99	99,89%
<b>Outros custos com o pessoal</b>	<b>1 487 514,36</b>	<b>5,75%</b>	<b>1 377 012,86</b>	<b>5,35%</b>	<b>-110 501,50</b>	<b>-7,43%</b>	<b>1 524 485,66</b>	<b>5,67%</b>	<b>147 472,80</b>	<b>10,71%</b>
Ajudas de custo	19 435,55	0,08%	12 497,28	0,05%	-6 938,27	-35,70%	34 248,68	0,13%	21 751,40	174,05%
Despesas de Saúde	15,34	0,00%	332,44	0,00%	317,10	2067,14%	2 410,08	0,01%	2 077,64	624,97%
Supl. disponibilidade permanente	1 382 776,92	5,35%	1 279 579,67	4,97%	-103 197,25	-7,46%	1 408 686,72	5,24%	129 107,05	10,09%
Outros gastos	85 286,55	0,33%	84 603,47	0,33%	-683,08	-0,80%	79 140,18	0,29%	-5 463,29	-6,46%
<b>TOTAL</b>	<b>25 851 033,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>25 760 037,57</b>	<b>100,00%</b>	<b>-90 995,74</b>	<b>-0,35%</b>	<b>26 886 270,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 126 233,06</b>	<b>4,37%</b>

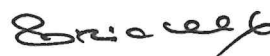
Da análise do quadro supra observa-se que os gastos com o pessoal sofreram um aumento face ao exercício anterior.

Pese embora os encargos referentes a despesas com pessoal representem 87,99% do valor da despesa total, conforme anteriormente mencionado no ponto 5.4, verifica-se, em 2022, um acréscimo residual nos gastos desta tipologia na ordem dos 4,37%, (1.126.233,06 euros).

A variação verificada ao nível das ajudas de custo acompanha o incremento registado ao nível das deslocações e estadas, referido anteriormente na análise da evolução de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.

Lisboa, em 28 de março de 2023.

O Conselho Administrativo




Demonstração consolidada de execução orçamental da despesa  
Grupo Tribunal de Contas

Exercício: 2022		Unidade Monetária: EUR											
Rubrícula	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas Líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental
								Períodos anteriores	Período Corrente	Total			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)-(8)+(7)	(10)-(5)-(6)	(11)-(6)-(9)	(12)-(9)-(7)x100
D.01.01.01.A0.00	TITULARES DE ÓRGÃOS SOBERANIA MEMBROS ÓRGÃOS	0,00	1.625.158,00	0,00	1.623.406,51	1.623.406,51	1.623.406,51	0,00	1.623.406,51	1.623.406,51	0,00	0,00	99,89
D.01.01.01.B0.00	SUBSÍDIO DE COMPENSAÇÃO	0,00	217.251,00	0,00	217.131,61	217.131,61	217.131,61	0,00	217.131,61	217.131,61	0,00	0,00	99,95
D.01.01.03.00.00	PESSOAL QUADROS-REG.FUNÇÃO PÚBLICA	0,00	13.729.182,00	0,00	13.690.131,29	13.690.131,29	13.690.131,29	0,00	13.690.131,29	13.690.131,29	0,00	0,00	99,72
D.01.01.08.00.00	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	0,00	44.015,00	0,00	44.014,02	44.014,02	44.014,02	0,00	44.014,02	44.014,02	0,00	0,00	100,00
D.01.01.09.00.00	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	0,00	932.862,00	0,00	921.171,11	921.171,11	921.171,11	0,00	921.171,11	921.171,11	0,00	0,00	98,75
D.01.01.11.00.00	REPRESENTAÇÃO	0,00	69.426,00	0,00	68.967,48	68.967,48	68.967,48	0,00	68.967,48	68.967,48	0,00	0,00	99,34
D.01.01.12.00.00	SUPLEMENTOS E PRÉMIO	0,00	1.360.341,00	0,00	1.136.851,64	1.136.851,64	1.136.851,64	0,00	1.136.851,64	1.136.851,64	0,00	0,00	83,57
D.01.01.13.00.00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	0,00	558.537,00	0,00	557.546,16	557.546,16	557.546,16	0,00	557.546,16	557.546,16	0,00	0,00	99,82
D.01.01.14.SF.00	SUBSÍDIO DE FERIAS	0,00	1.417.312,00	0,00	1.417.310,46	1.417.310,46	1.417.310,46	0,00	1.417.310,46	1.417.310,46	0,00	0,00	100,00
D.01.01.14.SN.00	SUBSÍDIO DE NATAL	0,00	1.409.307,00	0,00	1.407.167,55	1.407.167,55	1.407.167,55	0,00	1.407.167,55	1.407.167,55	0,00	0,00	99,85
D.01.01.15.00.00	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE/PATERNIDADE	0,00	134.607,00	0,00	134.604,36	134.604,36	134.604,36	0,00	134.604,36	134.604,36	0,00	0,00	100,00
D.01.02.02.00.00	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00	52.900,00	0,00	39.967,70	39.967,70	39.967,70	0,00	39.967,70	39.967,70	0,00	0,00	75,55
D.01.02.04.00.00	AJUDAS DE CUSTO	0,00	102.500,00	0,00	72.303,32	72.303,32	72.258,32	0,00	71.177,80	71.177,80	45,00	1.080,52	69,44
D.01.02.05.00.00	ABONO P/ FALHAS	0,00	5.241,00	0,00	3.754,47	3.754,47	3.754,47	0,00	3.754,47	3.754,47	0,00	0,00	71,64
D.01.02.06.00.00	FORMAÇÃO	0,00	10.480,00	0,00	5.479,65	5.479,65	5.479,65	0,00	5.479,65	5.479,65	0,00	0,00	52,29
D.01.02.06.A0.00	FORMAÇÃO	0,00	15.000,00	0,00	7.559,10	7.559,10	7.559,10	0,00	7.559,10	7.559,10	0,00	0,00	50,39
D.01.02.06.A0.01	FORMAÇÃO ANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.01.02.06.A0.09	FORMAÇÃO-ANOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.01.02.08.00.00	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM.	0,00	368.011,00	0,00	240.802,25	240.802,25	240.802,25	0,00	240.802,25	240.802,25	0,00	0,00	65,43
D.01.02.12.00.00	INDEMINIZAÇÃO CESSAÇÃO FUNÇÕES	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.01.02.12.A0.00	INDEMINIZAÇÃO CESSAÇÃO FUNÇÕES	0,00	69.582,00	0,00	66.921,54	66.921,54	66.921,54	0,00	66.921,54	66.921,54	0,00	0,00	96,18
D.01.02.14.00.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	0,00	89.430,00	0,00	68.249,49	68.249,49	68.249,49	0,00	68.249,49	68.249,49	0,00	0,00	76,32
D.01.02.14.A0.00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	0,00	7.393,00	0,00	7.392,52	7.392,52	7.392,52	0,00	7.392,52	7.392,52	0,00	0,00	99,99
D.01.02.14.A0.01	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE- ANO	0,00	42.000,00	0,00	10.297,97	10.297,97	9.540,11	0,00	9.236,93	9.236,93	757,86	303,18	21,99
D.01.02.14.A0.09	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE - ANO ANTERIOR	0,00	2.210,00	0,00	1.365,17	1.365,17	1.365,17	1.294,48	70,69	1.365,17	0,00	0,00	61,77
D.01.03.03.00.00	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	1.313,97	13.721,00	0,00	11.892,09	11.892,09	11.892,09	0,00	11.892,09	11.892,09	0,00	0,00	86,67
D.01.03.04.00.00	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	0,00	4.431.847,00	0,00	4.343.448,97	4.343.448,97	4.343.448,97	0,00	4.343.448,97	4.343.448,97	0,00	0,00	98,01
D.01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	373.299,00	0,00	362.618,89	362.618,89	362.618,89	0,00	362.618,89	362.618,89	0,00	0,00	97,14
D.01.03.05.A0.B1	SEGURANÇA SOCIAL - ENCARGOS DO ANO ANO	0,00	263.500,00	0,00	207.714,36	207.714,36	207.714,36	0,00	168.017,50	168.017,50	0,00	39.696,86	63,76
D.01.03.05.A0.B9	SEGURANÇA SOCIAL - ENC DO ANO ANTERIOR	0,00	29.313,05	0,00	29.312,05	29.312,05	29.312,05	29.312,05	0,00	29.312,05	0,00	0,00	100,00
D.01.03.06.00.00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	0,00	4.931,00	0,00	4.430,68	4.430,68	4.430,68	0,00	4.430,68	4.430,68	0,00	0,00	89,85
D.01.03.08.00.00	OUTRAS PENSÕES	0,00	12.000,00	0,00	9.460,24	9.460,24	9.460,24	0,00	9.460,24	9.460,24	0,00	0,00	78,84
D.01.03.09.00.00	SEGUROS-OUTROS	0,00	1.100,00	0,00	814,53	814,53	814,53	0,00	814,53	814,53	0,00	0,00	74,05
D.01.03.10.D0.00	DOENÇA	0,00	3.582,00	0,00	3.576,88	3.576,88	3.576,88	0,00	3.576,88	3.576,88	0,00	0,00	99,86
D.01.03.10.G0.00	CONTRIBUIÇÕES SEG.SOC.	0,00	533,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.01.03.10.P0.00	OUTRAS DESPE.SEG.SOC-PARENTALIDADE	0,00	12.892,00	0,00	11.926,85	11.926,85	11.926,85	0,00	11.926,85	11.926,85	0,00	0,00	92,51
D.02.01.02.00.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	500,00	0,00	100,13	100,13	100,13	0,00	100,13	100,13	0,00	0,00	20,03
D.02.01.02.01.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - ANO	0,00	455,00	0,00	213,87	213,87	213,87	0,00	213,87	213,87	0,00	0,00	47,00
D.02.01.02.01.09	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - ANO ANTERIOR	0,00	455,00	0,00	454,19	454,19	454,19	0,00	454,19	454,19	0,00	0,00	99,82
D.02.01.02.A0.01	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - ANO ANTERIOR	0,00	22.000,00	0,00	14.620,01	14.620,01	13.420,01	0,00	13.420,01	13.420,01	1.200,00	0,00	61,00
D.02.01.02.A0.09	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - ANO ANTERIOR	0,00	500,00	0,00	220,33	220,33	220,33	0,00	220,33	220,33	0,00	0,00	44,07
D.02.01.04.00.00	LIMPEZA E HIGIENE	0,00	3.900,00	0,00	2.443,04	2.443,04	2.443,04	0,00	2.443,04	2.443,04	0,00	0,00	62,64
D.02.01.04.A0.01	LIMPEZA HIGIENE-ENCARGOS DO ANO	0,00	24.500,00	0,00	13.544,14	13.544,14	13.544,14	0,00	13.544,14	13.544,14	0,00	0,00	55,28
D.02.01.04.A0.09	LIMPEZA HIGIENE-ENCARGOS ANO ANTERIOR	0,00	624,00	0,00	623,25	623,25	623,25	0,00	623,25	623,25	0,00	0,00	99,88
D.02.01.07.00.00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	0,00	1.704,00	0,00	1.703,99	1.703,99	1.703,99	0,00	1.703,99	1.703,99	0,00	0,00	100,00
D.02.01.08.A0.00	PAPEL	0,00	32.790,00	0,00	15.430,97	15.430,97	15.430,97	0,00	15.430,97	15.430,97	0,00	0,00	47,06
D.02.01.08.B0.00	CONSUMÍVEIS DE IMPRESSÃO	0,00	8.800,00	0,00	6.762,08	6.762,08	6.762,08	0,00	6.762,08	6.762,08	0,00	0,00	76,84
D.02.01.08.C0.00	MATERIAL ESCRITÓRIO - OUTROS	0,00	2.235,00	0,00	1.330,64	1.330,64	1.330,64	0,00	1.330,64	1.330,64	0,00	0,00	59,54
D.02.01.08.C0.01	MATERIAL ESCRITÓRIO - OUTROS - ANO	0,00	50.000,00	0,00	16.279,70	16.279,70	16.266,14	0,00	16.254,58	16.254,58	13,56	11,56	32,51
D.02.01.08.C0.09	MATERIAL ESCRITÓRIO - OUTROS - ANO ANTERIOR	0,00	12.368,00	0,00	12.367,51	12.367,51	12.367,51	0,00	12.367,51	12.367,51	0,00	0,00	100,00
D.02.01.09.B0.00	VACINAS	0,00	2.000,00	0,00	465,13	465,13	465,13	0,00	465,13	465,13	0,00	0,00	23,26
D.02.01.09.C0.00	OUTROS	0,00	1.000,00	0,00	586,48	586,48	586,48	0,00	586,48	586,48	0,00	0,00	58,65
D.02.01.11.00.00	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO	0,00	25.000,00	0,00	2.568,04	2.568,04	2.568,04	0,00	2.568,04	2.568,04	0,00	0,00	10,27
D.02.01.12.00.00	MATERIAL DE TRANSPORTE-PEÇAS	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.01.14.00.00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	0,00	3.710,00	0,00	2.709,42	2.709,42	2.709,42	0,00	2.709,42	2.709,42	0,00	0,00	73,03
D.02.01.15.00.00	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	0,00	13.800,00	0,00	6.991,86	6.991,86	6.991,86	0,00	6.991,86	6.991,86	0,00	0,00	50,67
D.02.01.17.00.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0,00	1.500,00	0,00	130,57	130,57	130,57	0,00	130,57	130,57	0,00	0,00	8,70
D.02.01.18.00.00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	0,00	2.500,00	0,00	492,28	492,28	492,28	0,00	492,28	492,28	0,00	0,00	19,69
D.02.01.18.01.01	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA- ANO	0,00	4.246,00	0,00	3.700,84	3.700,84	3.700,84	0,00	3.673,93	3.673,93	0,00	26,91	86,53
D.02.01.18.01.09	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA-ANO ANTERIOR	0,00	154,00	0,00	153,62	153,62	153,62	0,00	153,62	153,62	0,00	0,00	99,75
D.02.01.18.A0.01	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA- ANO	0,00	10.000,00	0,00	8.416,11	8.416,11	8.416,11	0,00	7.415,72	7.415,72			



**Demonstração consolidada de execução orçamental da despesa  
Grupo Tribunal de Contas**

Exercício: 2022


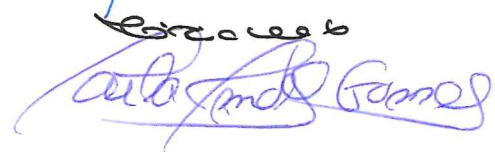
Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações Corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas liquidadas de reposições			Compromissos a transferir (10)=(5)-(6)	Obrigações por pagar (11)=(6)-(9)	Grau de execução orçamental (12)=(9)/(2)x100
								Períodos anteriores (7)	Período Corrente (8)	Total (9)=(8)+(7)			
								Unidade Monetária: EUR					
D.02.02.03.A0.01	CONSERVAÇÃO DE BENS - ANO	0,00	30.000,00	0,00	19.785,39	19.785,39	19.215,47	0,00	19.215,47	19.215,47	569,92	0,00	64,05
D.02.02.03.A0.09	CONSERVAÇÃO DE BENS - ANOS ANT	2.052,01	3.893,00	0,00	3.892,01	3.892,01	3.892,01	3.892,01	2.052,01	1.840,00	0,00	0,00	99,97
D.02.02.06.00.00	LOCAÇÃO MATERIAL	0,00	8.220,00	0,00	8.059,87	8.059,87	7.439,88	0,00	7.439,88	7.439,88	619,99	0,00	90,51
D.02.02.06.A0.01	LOCAÇÃO MATERIAL - ANO	0,00	46.000,00	0,00	45.377,64	45.377,64	41.596,17	0,00	41.596,17	41.596,17	3.781,47	0,00	90,43
D.02.02.06.A0.09	LOCAÇÃO MATERIAL - ANOS ANT	0,00	3.782,00	0,00	3.781,47	3.781,47	3.781,47	0,00	3.781,47	3.781,47	0,00	0,00	99,99
D.02.02.08.A0.01	LOCAÇÃO OUTROS BENS	0,00	69.000,00	0,00	52.537,45	52.537,45	51.856,61	0,00	47.928,84	47.928,84	680,84	3.927,77	69,46
D.02.02.08.A0.09	LOCAÇÃO OUTROS BENS	3.894,06	5.513,00	0,00	5.512,17	5.512,17	5.512,17	3.894,06	1.618,11	5.512,17	0,00	0,00	99,98
D.02.02.09.A0.01	ACESSOS A INTERNET	0,00	17.000,00	0,00	8.826,08	8.826,08	7.294,72	0,00	7.294,72	7.294,72	1.531,36	0,00	42,91
D.02.02.09.A0.09	ACESSOS A INTERNET -	0,00	2.839,00	0,00	2.838,06	2.838,06	2.838,06	0,00	2.838,06	2.838,06	0,00	0,00	99,97
D.02.02.09.B0.01	COMUNICAÇÕES FIXAS D	0,00	7.000,00	0,00	4.738,44	4.738,44	4.342,14	0,00	4.342,14	4.342,14	396,30	0,00	62,03
D.02.02.09.B0.09	COMUNICAÇÕES FIXAS D	0,00	489,00	0,00	485,22	485,22	485,22	0,00	485,22	485,22	0,00	0,00	99,23
D.02.02.09.C0.00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	0,00	3.200,00	0,00	1.703,65	1.703,65	1.390,39	0,00	1.390,39	1.390,39	313,26	0,00	43,45
D.02.02.09.C0.01	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ - ANO	0,00	24.113,00	0,00	17.451,01	17.451,01	17.284,49	0,00	17.284,49	17.284,49	166,52	0,00	71,68
D.02.02.09.C0.09	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ - ANOS ANT	0,00	202,00	0,00	201,29	201,29	201,29	0,00	201,29	201,29	0,00	0,00	99,65
D.02.02.09.D0.00	COMUNICAÇÕES MOVEIS-ANO	0,00	7.500,00	0,00	6.054,95	6.054,95	6.054,95	0,00	6.054,95	6.054,95	0,00	0,00	80,73
D.02.02.09.D0.01	COMUNICAÇÕES MOVEIS-ANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.09.D0.09	COMUNICAÇÕES MOVEIS-ANOS ANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.09.F0.00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	0,00	5.950,00	0,00	2.470,86	2.470,86	2.470,86	0,00	2.470,86	2.470,86	0,00	0,00	41,53
D.02.02.09.F0.01	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES - ANO	0,00	70.000,00	0,00	52.416,73	52.416,73	50.556,37	0,00	47.941,55	47.941,55	1.860,36	2.614,82	68,49
D.02.02.09.F0.09	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES - ANOS ANT	1.048,07	2.823,00	0,00	2.803,06	2.803,06	2.803,06	1.048,07	1.754,99	2.803,06	0,00	0,00	99,29
D.02.02.10.00.00	TRANSPORTES	0,00	96.532,00	0,00	75.965,18	75.965,18	75.965,18	0,00	75.725,18	75.725,18	0,00	240,00	78,45
D.02.02.10.A0.01	TRANSPORTES - ANOS A	0,00	35.000,00	0,00	11.255,56	11.255,56	10.915,56	0,00	10.915,56	10.915,56	0,00	340,00	31,19
D.02.02.10.A0.09	TRANSPORTES - ANOS ANT	0,00	7,00	0,00	7,00	7,00	7,00	0,00	7,00	7,00	0,00	0,00	100,00
D.02.02.11.00.00	REPRESENTAÇÃO DOS SE	0,00	34.500,00	0,00	16.467,59	16.467,59	16.467,59	0,00	16.036,22	16.036,22	0,00	431,37	46,48
D.02.02.12.00.00	SEGUROS-OUTROS	0,00	9.200,00	0,00	7.296,88	7.296,88	3.939,24	0,00	3.939,24	3.939,24	3.357,64	0,00	42,82
D.02.02.12.B0.01	SEGUROS-OUTROS - ANO	0,00	20.000,00	0,00	14.723,44	14.723,44	14.723,44	0,00	14.723,44	14.723,44	0,00	0,00	73,62
D.02.02.13.00.00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	0,00	142.682,00	0,00	107.278,01	107.278,01	106.722,23	0,00	106.722,23	106.722,23	555,78	0,00	74,80
D.02.02.13.A0.01	DESLOCAÇÕES E ESTADAS - ANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.13.A0.09	DESLOCAÇÕES E ESTADAS - ANOS ANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.14.A0.00	SERVICIOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.14.A0.01	SERVICIOS DE NATUREZA INFORMÁTICA - ANO	0,00	58.500,00	0,00	19.372,50	19.372,50	8.302,50	0,00	8.302,50	8.302,50	11.070,00	0,00	14,19
D.02.02.14.A0.09	SERVICIOS DE NATUREZA INFORMÁTICA - ANOS ANT	0,00	2.768,00	0,00	2.767,50	2.767,50	2.767,50	0,00	2.767,50	2.767,50	0,00	0,00	99,98
D.02.02.14.B0.01	SVC NATUREZA JURIDIC	0,00	78.500,00	0,00	78.474,10	78.474,10	75.204,35	0,00	71.934,60	71.934,60	3.269,75	3.269,75	91,64
D.02.02.14.B0.09	SVC NATUREZA JURIDIC - ANO ANTERIOR	3.269,75	6.540,00	0,00	6.539,50	6.539,50	6.539,50	3.269,75	3.269,75	6.539,50	0,00	0,00	99,98
D.02.02.14.C0.01	SERVICIOS DE NATUREZA ECONÓMICA E FINANCEIRA - ANO	0,00	65.000,00	0,00	17.066,25	17.066,25	11.377,50	0,00	11.377,50	11.377,50	5.688,75	0,00	17,50
D.02.02.14.C0.09	SERVICIOS DE NATUREZA ECONÓMICA E FINANCEIRA - ANOS ANT	0,00	41.447,00	0,00	41.446,08	41.446,08	41.446,08	0,00	41.446,08	41.446,08	0,00	0,00	99,98
D.02.02.14.D0.00	OUTROS	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.14.D0.01	OUTROS - ANO	0,00	45.001,00	0,00	39.573,95	39.573,95	38.988,35	0,00	32.697,50	32.697,50	585,60	6.290,85	72,66
D.02.02.14.D0.09	OUTROS - ANOS ANT	0,00	14.925,00	0,00	14.924,70	14.924,70	14.311,45	0,00	14.311,45	14.311,45	10.793,25	0,00	27,68
D.02.02.15.A0.00	FORMAÇÃO - TIC	0,00	15.000,00	0,00	4.428,00	4.428,00	4.428,00	0,00	4.428,00	4.428,00	0,00	0,00	29,52
D.02.02.15.B0.00	FORMAÇÃO - OUTRAS	0,00	25.160,00	0,00	20.250,80	20.250,80	20.250,80	0,00	20.250,80	20.250,80	0,00	0,00	80,49
D.02.02.16.00.00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	0,00	115.000,00	0,00	53.498,27	53.498,27	53.498,27	0,00	53.498,27	53.498,27	0,00	0,00	46,52
D.02.02.17.A0.00	PUBLICIDADE OBRIGATORIA	0,00	10.719,00	0,00	5.150,64	5.150,64	5.150,64	0,00	5.150,64	5.150,64	0,00	0,00	48,05
D.02.02.17.A0.01	PUBLICIDADE OBRIGATORIA - ANO	0,00	10.000,00	0,00	6.752,85	6.752,85	6.752,85	0,00	5.877,49	5.877,49	875,36	0,00	58,77
D.02.02.17.A0.09	PUBLICIDADE OBRIGATORIA - ANOS ANT	340,37	341,00	0,00	340,37	340,37	340,37	340,37	340,37	340,37	0,00	0,00	99,82
D.02.02.17.C0.00	PUBLICIDADE - OUTRA	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.18.00.00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	0,00	33.339,00	0,00	32.338,20	32.338,20	32.338,20	0,00	29.643,35	29.643,35	0,00	2.694,85	88,91
D.02.02.18.A0.01	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ANO	0,00	250.000,00	0,00	244.599,81	244.599,81	222.367,61	0,00	222.262,77	222.262,77	22.232,20	104,84	88,91
D.02.02.18.A0.09	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ANOS ANT	104,84	22.338,00	0,00	21.923,18	21.923,18	21.923,18	104,84	21.818,34	21.923,18	0,00	0,00	98,14
D.02.02.19.A0.B1	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - OUTROS - ANO	0,00	300.000,00	0,00	274.237,12	274.237,12	274.237,11	0,00	247.643,05	247.643,05	0,01	26.594,06	82,55
D.02.02.19.A0.B9	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - OUTROS - ANOS ANT	1.766,19	23.061,00	0,00	23.060,48	23.060,48	23.060,48	1.766,19	21.294,29	23.060,48	0,00	0,00	100,00
D.02.02.19.B0.00	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SOFTWARE INFORMÁTICO	0,00	26.200,00	0,00	25.720,09	25.720,09	25.720,09	0,00	25.720,09	25.720,09	0,00	0,00	98,17
D.02.02.19.B0.01	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SOFTWARE INFORMÁTICO - ANO	0,00	290.000,00	0,00	232.374,20	232.374,20	228.894,78	0,00	225.204,78	225.204,78	3.479,42	3.690,00	77,66
D.02.02.19.B0.09	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SOFTWARE INFORMÁTICO - ANOS ANT	3.690,00	5.720,00	0,00	5.719,64	5.719,64	5.719,64	3.690,00	2.029,64	5.719,64	0,00	0,00	99,99
D.02.02.19.C0.00	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - OUTROS	0,00	5.000,00	0,00	2.503,20	2.503,20	2.503,20	0,00	2.503,20	2.503,20	0,00	0,00	50,06
D.02.02.19.C0.01	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - OUTROS - ANO	0,00	301.968,00	0,00	117.982,88	117.982,88	117.028,40	0,00	108.240,32	108.240,32	954,48	8.788,08	35,84
D.02.02.19.C0.09	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - OUTROS - ANOS ANT	1.427,60	11.631,00	0,00	11.629,63	11.629,63	11.629,63	1.427,60	10.202,03	11.629,63	0,00	0,00	99,99
D.02.02.20.A0.C1	OUTROS TRAB ESP-SERVIÇOS INF. - ANO	0,00	150.000,00	0,00	113.394,53	113.394,53	113.394,53	0,00	112.779,53	112.779,53	0,00	615,00	75,19
D.02.02.20.A0.C9	OUTROS TRAB ESP-SERVIÇOS INF. - ANOS ANT	615,00	25.154,00	0,00	25.153,50	25.153,50	25.153,50	615,00	24.538,50	25.153,50	0,00	0,00	100,00
D.02.02.20.B0.00	PAGAMENTOS A ESPAP,	0,00	158.720,00	0,00	139.121,00	139.121,00	139.121,00	0,00	139.121,00	139.121,00	0,00	0,00	87,65
D.02.02.20.D0.00	PATROCINIO JUDICIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.20.E0.00	OUTROS	0,00	213.596,00	0,00	33.527,59	33.527,59	30.282,38	0,00	29.614,34	29.614,34	3.245,21	668,04	13,86
D.02.02.22.A0.00	SVC SAÚDE-MCDIAGNÓST	0,00	6.000,00	0,00	666,22	666,22	666,22	0,00	666,22	666,22	0,00	0,00	11,10
D.02.02.22.H0.00	SERVICIOS DE SAÚDE-OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.22.H0.01	SERVICIOS DE SAÚDE-OUTROS - ANO	0,00	22.700,00	0,00	17.380,96	17.380,96	15.992,13	0,00	15.992,13	15.992,13	1.388,83	0,00	70,45
D.02.02.22.H0.09	SERVICIOS DE SAÚDE-OUTROS - ANOS ANT	0,00	1.389,00	0,00	1.388,83	1.388,83	1.388,83	0,00	1.388,83	1.388,83	0,00	0,00	99,99
D.02.02.23.B0.00	VERIFICAÇÃO MÉDICA JUNTA MÉDICA VERIF. DOENÇA	0,00	805,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.02.02.23.B0.01	VERIFICAÇÃO MÉDICA JUNTA MÉDICA VERIF. DOENÇA - ANO	0,00	4.775,00	0,00	2.035,00	2.035,00	2.						

**Demonstração consolidada de execução orçamental da despesa**  
**Grupo Tribunal de Contas**

Exercício: 2022

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações Corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Cabimentos (4)	Compromissos (5)	Obrigações (6)	Despesas pagas Liquidadas de reposições			Compromissos a transitar (10)-(5)-(6)	Obrigações por pagar (11)-(6)-(9)	Grau de execução orçamental (12)-(9)/(2)*100	
								Períodos anteriores (7)	Período Corrente (8)	Total (9)=(8)+(7)				
D.06.02.03.R0.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - RESERVA	0,00	13.877,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07.01.03.B0.B0	EDIFÍCIOS - CONSERVAÇÃO OU REPARAÇÃO	0,00	282.655,00	0,00	182.655,00	182.655,00	182.655,00	0,00	182.655,00	182.655,00	0,00	0,00	0,00	64,62
D.07.01.07.A0.C0	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D.07.01.07.B0.A0	HARD.COMUNICAÇÕES	0,00	7.083,00	0,00	7.080,98	7.080,98	7.080,98	0,00	5.794,28	5.794,28	0,00	1.286,70	81,81	
D.07.01.07.B0.B0	IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS/SCANNER	0,00	22.000,00	0,00	10.933,18	10.933,18	10.933,18	0,00	10.933,18	10.933,18	0,00	0,00	49,70	
D.07.01.07.B0.C0	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - OUTROS	0,00	54.090,00	0,00	43.137,76	43.137,76	37.145,20	0,00	37.145,20	37.145,20	5.992,56	0,00	68,67	
D.07.01.07.B0.C1	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - OUTROS - ANO	0,00	425.753,00	0,00	188.062,08	188.062,08	133.929,78	0,00	133.929,78	133.929,78	54.132,30	0,00	31,46	
D.07.01.07.B0.C9	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - OUTROS - ANOS ANT	0,00	69.445,00	0,00	69.444,20	69.444,20	69.444,20	0,00	69.444,20	69.444,20	0,00	0,00	100,00	
D.07.01.09.A0.B0	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - OUTROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.09.B0.A0	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - HARD.COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.09.B0.B0	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - OUTROS	0,00	72.160,00	0,00	5.167,23	5.167,23	5.167,23	0,00	5.167,23	5.167,23	0,00	0,00	7,16	
D.07.01.09.B0.B1	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - OUTROS - ANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.09.B0.B9	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - OUTROS - ANOS ANT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.10.B0.A0	EQUIPAMENTO BÁSICO - HARD.COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D.07.01.10.B0.B0	EQUIPAMENTO BÁSICO - OUTROS	0,00	3.380,00	0,00	1.410,44	1.410,44	1.410,44	0,00	1.410,44	1.410,44	0,00	0,00	41,73	
D.07.01.11.B0.00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	0,00	600,00	0,00	28,49	28,49	28,49	0,00	28,49	28,49	0,00	0,00	4,75	
D.07.01.12.B0.00	ARTIGOS E OBJETOS VALOR	0,00	13.120,00	0,00	5.281,06	5.281,06	5.281,06	0,00	5.281,06	5.281,06	0,00	0,00	40,25	
D.07.01.12.B0.B0	ARTIGOS E OBJETOS VALOR	0,00	840,00	0,00	420,00	420,00	420,00	0,00	420,00	420,00	0,00	0,00	50,00	
D.07.01.15.B0.B0	OUTROS INVESTIMENTOS	0,00	60.242,00	0,00	2.901,06	2.901,06	76,36	0,00	76,36	76,36	2.824,70	0,00	0,13	
<b>Total</b>		<b>72.934,26</b>	<b>32.745.966,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.195.447,26</b>	<b>30.195.447,26</b>	<b>29.981.536,16</b>	<b>72.914,77</b>	<b>29.798.792,94</b>	<b>29.871.707,71</b>	<b>213.911,10</b>	<b>109.828,45</b>	<b>91,22</b>	

Lisboa, 30 de março de 2023  
O CONSELHO ADMINISTRATIVO



**Demonstração consolidada de execução orçamental da receita  
Grupo Tribunal de Contas**

Exercício: 2022

Unidade Monetária: EUR

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas liquidadas		Total (10)=(5)-(7)	Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental (12)= (10)/(1)x100
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período Corrente (9)			
R.04.01.99.02.78	REC PROPRIAS- EMOLUMENTOS	6.729.503,00	475.633,83	5.613.155,39	29.621,56	5.683.556,31	14.148,49	14.148,49	415.501,79	5.253.997,83	5.669.407,82	389.759,84	84,25
R.04.02.01.01.78	REC PROPRIAS- JUROS DE MORA	150,00	1,35	303,42	0,00	303,42	0,00	0,00	0,00	303,42	303,42	1,35	202,28
R.07.01.02.01.78	REC PROPRIAS- REVISTAS-LIVROS E DOC TECNICA	50,00	135,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,15	0,00
R.07.02.05.01.78	REC PROPRIAS- REEMB ASSIST HOSPITALAR-ATIV SAUDE	50,00	563,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563,78	0,00
R.08.01.99.06.78	REC PROPRIAS- PROTOCOLOS COM ENTIDADES DIVERSAS	850,00	1.164,72	20.516,68	0,00	13.743,14	0,00	0,00	1.164,72	12.578,42	13.743,14	7.938,26	1616,84
R.08.01.99.99.78	REC PROPRIAS- OUTRAS-OUTR REC CORRENTES	52.000,00	5.620,57	77.807,10	0,00	78.317,95	0,00	0,00	3.103,00	75.214,95	78.317,95	5.109,72	150,61
R.99.99.98.01.00	ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO - CORRENTES	22.024.948,00	0,00	21.971.665,17	0,00	21.971.665,17	0,00	0,00	0,00	21.971.665,17	21.971.665,17	0,00	99,76
R.15.01.01.01.01	REC PROPRIAS-RNAP- ORG ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	2.600,00	351,40	1.350,29	0,00	1.120,64	0,00	0,00	71,30	1.120,64	1.120,64	581,05	43,10
R.16.01.03.01.78	NA POSSE DO SERVIÇO-RECEITAS PRÓPRIAS	24.007.331,00	0,00	24.007.329,73	0,00	24.007.329,73	0,00	0,00	0,00	24.007.329,73	24.007.329,73	0,00	100,00
R.99.99.98.02.00	ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO-CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>52.822.482,00</b>	<b>483.470,80</b>	<b>51.692.127,78</b>	<b>29.621,56</b>	<b>51.756.036,36</b>	<b>14.148,49</b>	<b>14.148,49</b>	<b>419.840,81</b>	<b>51.322.210,16</b>	<b>51.741.887,87</b>	<b>404.089,15</b>	<b>97,95</b>

Lisboa em 28 de março de 2023  
O CONSELHO ADMINISTRATIVO

*Fernando Silva*  
*Dir. Geral*  
*António José Gomes*